



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXV - Nº 189 - SEXTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Mão Santa - (PSC-PI)	<b>4º SECRETÁRIA</b> Patrícia Saboya - (PDT-CE)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marconi Perillo - (PSDB-GO)	<b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b>	
<b>2ª VICE-PRESIDENTE</b> Serys Slhessarenko - (PT-MT)	1º - César Borges - (PR-BA)	
<b>1º SECRETÁRIO</b> Heráclito Fortes - (DEM-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)	
<b>2º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)	
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)	

### LIDERANÇA

<p><b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29</b></p> <p><b>Líder</b> Vago (1)</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana .....</p> <p><b>Líder do PSDB - 16</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p><b>Líder do DEM - 13</b> <b>Antonio Carlos Júnior (14)</b></p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p>	<p><b>Maioria (PMDB/PP) - 18</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b></p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (13,15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior .....</p> <p><b>Líder do PMDB - 17</b> <b>Renan Calheiros</b></p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9)</p> <p><b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b></p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 17</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b></p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella .....</p> <p><b>Líder do PT - 8</b> <b>Aloizio Mercadante</b></p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b></p> <p><b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b></p> <p><b>Líder do PRB - 2</b> <b>Marcelo Crivella</b></p> <p><b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b></p>
<p><b>PTB - 7</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b></p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Vago (18)</p>	<p><b>PSOL - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b></p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b></p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Vago (18)</p>
<p><b>PDT - 6</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b></p> <p>Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p><b>PSC - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Mão Santa - PSC</b></p>	
	<p><b>PV - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Marina Silva - PV</b></p>	

#### Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
6. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010, tendo retornado ao exercício do mandato em 05.09.10.
12. Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
13. Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
14. Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
15. Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
16. Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.
17. O Senador Neuto De Conto retornou ao exercício do mandato em 1.10.2010 (OF.INT.GSNC nº 40/2010).
18. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

EXPEDIENTE	
<p><b>Haroldo Feitosa Tajra</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editorações e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE		4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Silhessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

### LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 29</b></p> <p><b>Líder</b> Vago (1)</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana .....</p> <p><b>Líder do DEM - 15</b> <b>José Agripino (14,19)</b></p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p> <p><b>Líder do PSDB - 14</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>	<p><b>Maioria (PMDB/PP) - 19</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b></p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (6) Regis Fichtner (13,15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior .....</p> <p><b>Líder do PMDB - 18</b> <b>Renan Calheiros</b></p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9)</p> <p><b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b></p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 17</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b></p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella .....</p> <p><b>Líder do PT - 8</b> <b>Aloizio Mercadante</b></p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b></p> <p><b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b></p> <p><b>Líder do PRB - 2</b> <b>Marcelo Crivella</b></p> <p><b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b></p>
<p><b>PTB - 6</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b></p> <p>Vice-Líder Sérgio Zambiasi Vago (18)</p>	<p><b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b></p>	<p><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b></p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Vago (18)</p>
<p><b>PDT - 6</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b></p> <p>Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p><b>PSC - 1</b> <b>Líder</b> <b>Mão Santa - PSC</b></p>	
	<p><b>PV - 1</b> <b>Líder</b> <b>Marina Silva - PV</b></p>	

#### Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010, tendo retornado ao exercício do mandato em 05.09.10.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior exerceu a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdeu o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.
- O Senador Neuto De Conto retornou ao exercício do mandato em 1.10.2010 (OF.INT.GSNC nº 40/2010).
- Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- Em 13.11.2010, o Senador José Agripino retornou ao exercício do mandato.

#### EXPEDIENTE

<p><b>Haroldo Feitosa Tajra</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 185ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2010

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Comunicação da Presidência

Dedicação do tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão para comemorar os oitenta anos de criação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, nos termos do Requerimento nº 678, de 2010, do Senador Valter Pereira e outros Srs. Senadores..... 51039

##### 1.2.2 – Fala da Presidência (Senadora Serys Shessarenko)

##### 1.2.3 – Oradores

Senador Valter Pereira ..... 51043

Senador Mozarildo Cavalcanti ..... 51044

Senador Flexa Ribeiro ..... 51046

Senador Pedro Simon..... 51047

Senador Adelmir Santana..... 51051

Senador Geraldo Mesquita Júnior ..... 51053

Senador Antonio Carlos Valadares..... 51054

Senador Jayme Campos..... 51056

Sr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente do Conselho Federal da OAB..... 51057

##### 1.2.4 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

##### 1.2.5 – Suspensa às 17 horas e 24 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 32 minutos

##### 1.2.6 – Comunicações da Presidência

Designação do Senador Alfredo Cotait para integrar, como titular, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (Ofício nº 73, de 2010, da Liderança do DEM)..... 51060

Designação do Senador Raimundo Colombo para integrar, como titular, as Comissões de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Agricultura e Reforma Agrária, e, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofícios nºs 67 e 68, de 2010, da Liderança do DEM)..... 51060

Designação do Senador José Agripino para integrar, como titular, as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Desenvolvimento

Regional e Turismo; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Educação, Cultura e Esporte; e, como suplente, as Comissões de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Constituição, Justiça e Cidadania. (Ofícios nºs 69 e 70, de 2010, da Liderança do DEM)..... 51060

Lembrança de que a primeira hora da sessão não deliberativa de amanhã, dia 19, será dedicada a homenagear os grupos vítimas de discriminação e preconceito, de acordo com os Requerimentos nºs 56 e 879, de 2010, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores. .... 51060

Arquivamento definitivo das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16, de 2004; 3, de 2006; e 85, de 2007..... 51060

##### 1.2.7 – Pareceres

Nº 1.489, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 441, de 2010..... 51061

Nº 1.490, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 506, de 2010..... 51061

Nº 1.491, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 507, de 2010..... 51065

Nº 1.492, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 509, de 2010..... 51066

Nº 1.493, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 572, de 2010..... 51067

Nº 1.494, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 585, de 2010..... 51068

Nº 1.495, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 599, de 2010..... 51070

Nº 1.496, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 600, de 2010..... 51070

Nº 1.497, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 617, de 2010..... 51071

Nº 1.498, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 648, de 2010..... 51072

Nº 1.499, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 673, de 2010..... 51073

Nº 1.500, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 751, de 2010..... 51073

Nº 1.501, de 2010, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 773, de 2010..... 51074

**1.2.8 – Comunicações da Presidência**

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos nºs 441, 506, 507, 509, 572, 585, 599, 600, 617, 648, 673, 751 e 773, de 2010, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 51075

Encaminhamento, pela Mesa do Senado Federal, do Requerimento nº 485, de 2010, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cujo parecer foi lido anteriormente..... 51075

Declaração, pela Mesa do Senado Federal, da prejudicialidade do Requerimento nº 450, de 2010, que vai ao Arquivo, cujo parecer foi lido anteriormente..... 51075

Rejeição, pela Mesa do Senado Federal, do Requerimento nº 1.466, de 2009, cujo parecer foi lido anteriormente..... 51075

**1.2.9 – Leitura de requerimento**

Nº 897, de 2010, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escultor Espedito Oliveira da Rocha..... 51075

**1.2.10 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição**

Nº 27, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *revoga, em parte, o § 4 do artigo 14 da Constituição Federal.* .... 51076

**1.2.11 – Aviso do Tribunal de Contas da União**

Nº 90, de 2010 (nº 1.939/2010, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 2.936/2010-TCU, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à consulta realizada pelo Ministro de Estado dos Transportes sobre a validade dos atos praticados durante a vigência da Medida Provisória nº 82, de 2002, em razão da manutenção, pelo Congresso Nacional, do veto total ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2003. .... 51085

**1.2.12 – Discursos**

SENADORA IDELI SALVATTI – Lamento pelo preconceito com a mobilidade social verificada durante o Governo Lula, a qual permitiu que integrantes de classes C e D pudessem ter acesso a bens e serviços, externando preocupação com grupos organizados que discriminam os mais pobres e as minorias..... 51085

**1.3 – ORDEM DO DIA****1.3.1 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.****1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA****1.4.1 – Discursos**

SENADOR VALTER PEREIRA, como Líder – Homenagem de pesar ao radialista Rui Pimentel, falecido hoje..... 51102

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Referência à matéria publicada no jornal **Valor Econômico**, da última terça-feira, dia 16, segundo a qual o Brasil estaria vivendo um processo de “desindus-

trialização” que pode ameaçar as contas externas, pedindo apoio governamental aos exportadores brasileiros. .... 51103

SENADOR PAULO PAIM – Lembrança de realização, amanhã, no plenário do Senado, de homenagem às vítimas de qualquer tipo de preconceito e de discriminação. Registro da realização, em Brasília, nos dias 23 e 24 do corrente, do 1º Congresso Mundial dos Aposentados, Pensionistas e Idosos. Orgulho pela vitória da estudante Fernanda Rodrigues, do Rio Grande do Sul, no III Concurso de Redação do Senado Federal. Destaque para o Dia Mundial do Diabetes, comemorado no dia 14 de novembro. Registro da realização da **Oktoberfest** de Igrejinha/RS..... 51104

SENADOR MAGNO MALTA – Saudação a três jovens de Vila Velha, inclusive uma filha de S. Ex<sup>a</sup>, presentes na tribuna de honra do Senado Federal, referindo-se ao trabalho que desenvolvem na recuperação de drogados. Registro do envio ao Presidente do Senado Federal de ofício pedindo providências sobre ameaças de morte, que teriam como origem grupos nazistas, contra o Senador Paulo Paim. Defesa da proposta de emenda à Constituição, da qual S. Ex<sup>a</sup> é o primeiro signatário, que dá aos analfabetos o direito de se candidatarem a cargos públicos. .... 51111

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Apoio à proposta de emenda à Constituição, cujo primeiro signatário é o Senador Magno Malta, que dá aos analfabetos o direito de se candidatarem a cargos eletivos, ressalvando que haja um tempo de validade. Destaque para os avanços econômicos e sociais do governo Lula em todo o País, especialmente no Estado de Rondônia. Preocupação com os encargos trabalhistas, que aumentam o custo das empresas brasileiras. .... 51112

**1.4.2 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADORA PATRÍCIA SABOYA – Homenagem à escritora cearense Rachel de Queiroz, por ocasião do centenário do seu nascimento. .... 51125

SENADOR PEDRO SIMON – Registro da realização, entre os dias 16 e 19 deste mês, da 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, com o lema “A importância dos primeiros laços entre os bebês e os seus cuidadores”. . 51127

**1.5 – ENCERRAMENTO****2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 18-11-2010****SENADO FEDERAL****3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS****SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

**7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

**CONGRESSO NACIONAL****8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

# Ata da 185ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 18 de novembro de 2010

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Valter Pereira, Augusto Botelho, Jayme Campos, Marco Maciel e Paulo Paim

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 31 minutos e encerra-se às 20 horas e 2 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

#### 185ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, ÀS 14 HORAS

Período : 18/11/2010 07:44:55 até 18/11/2010 20:30:05

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X		<b>Compareceram: 59 Senadores</b>				
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X						
DEM	SP	ALFREDO COTAÍ	X						
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	RJ	REGIS FICHTNER	X						
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	X						
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X						
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X						
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O tempo dos senhores oradores no período do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar os 80 anos de criação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, nos termos do **Requerimento nº 678, de 2010**, do Sr. Senador Valter Pereira e outros Srs. Senadores.

O Senador José Sarney, Presidente desta Casa, não pôde estar presente. Como 2ª Vice-Presidente do Senado Federal, assumo a Presidência desta sessão e convido, para compor a Mesa, o Exmº Sr. Senador Valter Pereira, primeiro signatário da presente sessão; o Sr. Ophir Cavalcante Junior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Por favor, componham a Mesa conosco. (*Palmas.*)

O Exmº Sr. Ministro Carlos Fernando Mathias, Vice-Reitor da Unilegis; o Sr. Florindo Poersch, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Acre; e o Sr. José Lúcio Glomb, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Paraná.

Saúdo a todos, as senhoras conselheiras federais, os senhores conselheiros federais, membros honorários vitalícios da Ordem dos Advogados do Brasil, senhores conselheiros seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil.

Senhoras e senhores advogados, como Presidente desta sessão, usarei da palavra e, logo de imediato, usará da palavra o Senador Valter Pereira, primeiro subscritor. Logo após, teremos o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senhoras e senhores aqui presentes, primeiramente parabeno o Senador Valter Pereira, Senador de Mato Grosso do Sul e autor do requerimento desta solenidade em homenagem à Ordem dos Advogados do Brasil pelos 80 anos de sua criação.

Sabemos que a história da OAB é muito emblemática e se confunde com a luta do povo brasileiro por justiça, Estado de Direito consolidado, perene e com plena democracia.

Essa importante instituição teve a sua criação prevista em 1843 pelo Instituto dos Advogados do Brasil, mas, somente 87 anos depois, foi instituída como a respeitável Ordem dos Advogados, numa inspiração francesa, que permanece honrando os seus inspiradores.

A OAB, na verdade, é a grande entidade vanguardista das boas causas do povo brasileiro. Por isso mesmo, senhoras e senhores, especialmente o Sr. Presidente da OAB aqui presente, Dr. Ophir Cavalcante,

Senador Valter Pereira, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores aqui presentes, temos o dever cívico de, todos os anos, render esta justa homenagem no sentido de fortalecer seus nobres ideários.

Registro que, ao completar seus 80 anos, a Ordem dos Advogados do Brasil está lançando um livro comemorativo e um concurso nacional de artigos. Essa será, com toda certeza, uma obra que servirá para nossas consultas e direcionamento na construção do Brasil que queremos. Para integrar o rol de autores convidados, o Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso, meu Estado, Cláudio Stá-bile Ribeiro, juntamente com todos os presidentes de seccionais, participará da publicação desse livro em comemoração aos 80 anos da OAB, com elaboração de artigos, a convite do Presidente da OAB nacional, que se encontra, com muita honra para o Senado da República, compondo a Mesa conosco.

Além disso, os advogados que desejarem dar sua parcela de colaboração poderão participar por meio do Concurso Nacional de Artigos “80 Anos da OAB e a História do Brasil”, e, ao final do concurso, a OAB Editora publicará um livro com os 20 melhores artigos recebidos, além dos textos dos autores convidados e outros.

Quero aqui, senhoras e senhores, antes de exaltar nacionalmente a OAB, homenagear a Seccional da OAB de Mato Grosso. Peço permissão a todos para, em nome da nossa Seccional de Mato Grosso, porque sou Senadora por Mato Grosso, homenagear Francisco Esgaib, que está presente, conselheiro de Mato Grosso.

Além de professora aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso, meu Estado, sou também advogada inscrita na Ordem dos Advogados de Mato Grosso, o que muito me honra. E, na condição de mulher e Senadora, quero destacar as mulheres do meu Estado de Mato Grosso, que atuam bravamente por justiça e principalmente por uma justiça expedita, que chegue a tempo e a hora ao cidadão e à cidadã.

Também peço licença a todos que aqui estão para dizer que vou falar um pouco agora das mulheres que atuam nessa área, porque nós, há muito pouco tempo, éramos absolutamente minoria. Hoje, já temos uma participação, eu diria, bastante significativa e, com certeza, todos os que vão se pronunciar aqui hoje falarão de um modo mais amplo da OAB, e eu quero falar dessa especificidade, que é a participação de mulheres na OAB.

Destaco, com muita honra, senhoras e senhores, as Promotoras de Justiça Lindinalva Rodrigues Corrêa e Elisamara Sigles Vodonós Portela, titulares das Promotorias Especializadas de Combate à Violência

contra a Mulher, de Cuiabá, que estão fazendo trabalhos revolucionários nas áreas em que atuam.

Destaco a competente Juíza Federal Amini Haddad Campos, uma das entusiastas da mobilização para aprovação do projeto da “Lei da Igualdade”, que começou a tramitar no Congresso Nacional sob o nº 4.857/2009. Esse documento estabelece o desenvolvimento de políticas públicas eficazes de combate às desigualdades sociais e à discriminação contra a mulher, garantindo a ela as mesmas oportunidades de acesso e de vencimentos em relação aos homens.

Destaco a Juíza Maria Erotildes Kneip, pela sua dedicação e competência. Conheço a luta de Maria Erotildes, essa magistrada destemida, que já enfrentou situações difíceis em sua carreira e, por sua vida profissional sempre íntegra, até mesmo a comunidade várzea-grandense faz do Poder Judiciário um amigo, por meio da personalidade dessa grande juíza.

Homenageio a Dr<sup>a</sup> Ana Emília Iponema, Presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica/MT, e Dr<sup>a</sup> Arinda Cristina, Vice-Presidente da Associação. Mulheres guerreiras que lutam quotidianamente pela diminuição da violência contra as meninas, adolescentes, mulheres e idosas; que lutaram e conseguiram que o Estado de Mato Grosso assinasse o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Aqui destaco também que Mato Grosso já decidiu que terá uma cadeira reservada à OAB no Conselho de Contribuintes do Estado de Mato Grosso. Essa é uma questão muito importante e que deve ser disseminada para todos os demais Estados, ou seja, que tenham uma cadeira reservada à OAB no Conselho Estadual do Contribuinte. Diria que esse assunto é da mais alta relevância.

Destaco também a Dr<sup>a</sup> Ana Lucia Ricarte, Presidente da Comissão dos Direitos da Mulher OAB/MT, que está realizando um grande trabalho no nosso Estado, levando nossas lutas às OABs de todos os Municípios de Mato Grosso.

Destaco com muita honra a Desembargadora Shelma Lombardi de Kato, primeira mulher a presidir o Tribunal de Justiça de Mato Grosso de 1991 a 1993, que carrega no seu perfil a dedicação de longos anos à carreira jurídica e, ao longo dos mais de trinta anos dedicados à Justiça, seu amplo conhecimento jurídico que lhe conferiu prestígio nos meios sociais, mulher de coragem e de prestígio internacional.

Destaco e homenageio a Desembargadora Maria Helena Povoas, magistrada destemida, guerreira.

Lembrando essas grandes mulheres do meu Estado, homenageio todos os advogados, mas, especialmente, todas as advogadas do meu País.

Sr. Presidente da OAB, em meu Estado, a OAB também sempre esteve na vanguarda das grandes lutas nacionais incentivando a participação popular.

Como exemplo desse engajamento, cito a recente luta da OAB de Mato Grosso, junto com a OAB, de forma bastante decidida e decisiva, pela aprovação da Lei da Ficha Limpa, exatamente no momento em que o texto era duramente combatido por alguns setores da sociedade, claramente inconformados com a possibilidade de uma forte renovação nos costumes políticos no Brasil.

Apoiei com entusiasmo essa causa por entender que já estava passando da hora de consolidarmos o princípio da probidade administrativa e da moralidade para o exercício de qualquer mandato eletivo. Quando digo qualquer mandato, quero dizer todos, seja para os membros do nosso Congresso Nacional, seja para a eleição de presidente de entidades, seja para nomeação do Executivo, do Judiciário. Todos devem ter ficha limpa ou fichas limpas.

É preciso, para o bem do Brasil e de sua democracia, que seja declarada a inelegibilidade de todas as pessoas que acumularam em seus históricos, que alguns denominam de folha corrida, uma vida que não guarda compatibilidade com o nobre exercício de funções públicas.

Mas, sinceramente, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, não basta o apoio para a aprovação dessa lei. É fundamental o *day after* (o dia seguinte) exatamente para que a luta da OAB de Mato Grosso e, especialmente, de todo o Brasil possa ter efetiva credibilidade.

Para tanto, penso que seja necessário um acompanhamento de todos os processos abertos, punindo os culpados e não permitindo diplomações dos que descumpriram a legislação eleitoral, ou declarando suas inocências.

Faço um apelo, Sr. Presidente Nacional da OAB, Dr. Ophir Cavalcante, que – mais uma vez digo – nos honra muito presidindo a nossa entidade – e digo nossa porque sou membro da OAB. Pois bem, faço um apelo para que esse possa ser um comando nacional da entidade pelo acompanhamento dos casos em tramitação na Justiça e seus necessários desdobramentos, lembrando que temos pela frente o que poderá ser a última batalha da Ficha Limpa.

Mais de 175 mil pessoas agiram assinando a petição e telefonando para o Supremo Tribunal Federal, pedindo para eles declararem a constitucionalidade da Ficha Limpa; mas a votação teve empate dramático de 5 a 5. E aqui quero fazer parênteses: neste momento, temos aqui no plenário uma pessoa que honra o Brasil e que vem batalhando muito por isso e que se

chama Senador Pedro Simon, que todos os dias praticamente usa essa tribuna para cobrar a Lei da Ficha Limpa (*Palmas.*). A OAB, este Congresso Nacional, a imprensa e toda a sociedade exigem e aguardam o desdobramento desse impasse.

Quero registrar ainda outro grande momento da atuação da OAB do meu Estado. Foi quando convidou, em 2008, a querida e lutadora Maria da Penha Maia, que empresta o seu nome a uma das mais populares leis brasileiras, a Lei Maria da Penha, que trata com rigor da violência doméstica e familiar.

Lá em Mato Grosso, Maria da Penha preferiu palestra relatando os vinte anos de luta que travou para ver o seu agressor condenado pela Justiça. Essa palestra foi um marco na história de nossa OAB de Mato Grosso. Falando para operadores do Direito, advogados, estagiários, ativistas e integrantes da sociedade, tivemos a oportunidade de conhecer um exemplo vivo de luta e determinação contra a violência contra a mulher. Todos sabem que Maria da Penha Maia virou símbolo contra a violência doméstica. Em 1983, o seu então marido, professor universitário Marco Antonio Herredia, tentou matá-la por duas vezes: na primeira vez, ele deu um tiro e a deixou paraplégica; na segunda vez, tentou eletrocutá-la. Na ocasião, ela tinha 38 anos e 3 filhas. A investigação começou em junho do mesmo ano, 83, mas a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro de 84. Oito anos depois, Herredia, seu marido, foi condenado a oito anos de prisão, mas, como já é costume nesses casos, usou de recursos para protelar o cumprimento da pena. Esse caso é tão emblemático que chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. Seu agressor foi preso em 28 de outubro de 2002 e cumpriu dois anos de prisão.

Após as tentativas de homicídio, Maria da Penha Maia começou a atuar em movimentos sociais contra violência e impunidade e hoje é coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV) no Ceará. O projeto, que mais tarde se transformou em lei, foi elaborado por um grupo interministerial a partir de um anteprojeto de organizações não governamentais. O Governo Federal enviou o anteprojeto ao Congresso Nacional, que teve, nós sabemos, a grande participação da nossa aguerrida OAB. No dia 25 de outubro de 2004, o anteprojeto chegou ao Congresso Nacional. Finalmente ele se transformou no Projeto de Lei de Conversão 37/2006, aprovado e sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa, sem

dúvida, foi uma grande causa, das tantas incorporadas pela nossa aguerrida OAB do Brasil.

Agora, ao comemorar 80 anos de existência, a Ordem dos Advogados do Brasil, com determinação, está apresentando a toda a sociedade brasileira, notadamente a este Congresso Nacional, um novo desafio, o desafio de nos dedicarmos a uma grande reforma política no Brasil.

Em boa hora, a OAB comemorou, nessa terça-feira, dia 16 de novembro, seus 80 anos com a abertura do seminário *Reforma Política – um projeto para o Brasil*, aqui em Brasília. O encontro que se encerra hoje, quinta-feira, está debatendo com representantes do Judiciário, com o Congresso Nacional e com a sociedade a situação política do País. A ideia é elaborar, por meio de propostas, um documento para ser encaminhado à Presidente eleita, Dilma Rousseff, e às Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado.

A verdade, todos nós sabemos, é que esse modelo adotado nas disputas eleitorais está falido. O que assisti no meu Estado e o que temos de notícias de muitos Estados, realmente, nos assusta nesse processo eleitoral; reforça enormemente as nossas convicções sobre esse assunto. Muita coisa precisa ser mudada, como, por exemplo, a necessidade de financiamento público de campanha, uma legislação muito dura sobre o caixa dois. Imaginem que em nosso Estado teve candidato, senhoras e senhores, declarando intramuros ter gasto a astronômica quantia de R\$14 milhões para ser reeleito deputado federal. Corria a boca pequena que somente para colocar um cartaz em residências de bairros pobres pagavam-se 800,00 reais. Pergunto: como passar credibilidade ao eleitor? Como afirmar peremptoriamente que a vontade do eleitor foi respeitada? Como dizer que o processo eleitoral é o grande momento da democracia?

Finalizando, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero concordar plenamente com o pronunciamento do Sr. Presidente da OAB, que afirmou no dia da abertura do seminário dos 80 anos da entidade que “não basta termos eleições a cada dois anos. Por trás dos festejos de cada nova eleição, esconde-se uma crise de credibilidade na base da democracia representativa, resultante de uma série de fatores que levaram, por exemplo, milhões de cidadãos a se mobilizarem exigindo uma legislação específica para retirar do cenário candidatos com fichas sujas”.

Parabéns pelo seu pronunciamento, Sr. Presidente, e todos nós que lutamos tanto por um Brasil soberano não podemos continuar vivendo uma simples “situação democrática” por mais eleições que possam ocorrer. Queremos uma democracia como valor universal, que se traduza em participação, ética

e responsabilidade. Isso não é utopia. Pode e deve ser conquistado.

Parabéns, OAB, pelos seus 80 anos e boa sorte na nova luta por uma reforma política que coloque em sintonia a classe política e as legítimas aspirações da sociedade brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Passamos a palavra, agora, ao primeiro subscritor desta sessão, Senador Valter Pereira, Senador do PMDB pelo Mato Grosso do Sul.

Eu pediria um instante ao Senador que ocupa a tribuna para anunciar a presença dos alunos do 9º ano do Colégio Adventista de Goiânia, Goiás. Muito obrigada aos estudantes e aos trabalhadores da educação, os profissionais da educação aqui presentes, que muito nos honram. (*Palmas.*)

Com a palavra o Senador Valter Pereira.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>a</sup> Senadora Serys Slhessarenko, Vice-Presidente desta Casa, que preside os trabalhos neste momento; Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Carlos Mathias, Vice-Reitor da Unilegis, que nos abrilhanta; Exm<sup>os</sup> Srs. Florindo Poersch e José Lúcio Glomb, Presidentes da OAB do Acre e do Paraná, respectivamente; Srs. Conselheiros Federais, membros honorários da Ordem dos Advogados do Brasil; Srs. Conselheiros Seccionais; Sr<sup>as</sup> e Srs. Advogados; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

Parabéns a você!

Com essa mesma expressão coloquial que dirigimos a todo aniversariante, saúdo a Ordem dos Advogados do Brasil, a octogenária patronesse das mais nobres causas do povo brasileiro. Saúdo na figura do seu eminente Presidente, Ophir Cavalcante, e de outros eminentes militantes da causa do Direito e da Justiça que já tiveram oportunidade de presidir essa emérita instituição, como Rubens Antonio Approbato Machado, talvez o mais antigo daqueles que estão presentes; Mário Sérgio Duarte Garcia; Hermann Baeta; o velho Ophir Filgueiras Cavalcante, pai do nosso atual Presidente; Reginaldo Oscar de Castro; Roberto Busato. Acho que não me esqueci de nenhum daqueles que estão presentes, todos que comandaram a nossa velha e combativa OAB, para as mais memoráveis lutas do povo brasileiro.

A história da Ordem dos Advogados do Brasil é pontificada de lutas que ultrapassaram todos os interesses corporativos da advocacia, para resgatar valores consagrados, reconhecidos a toda a civilização humana. Criada em pleno Governo Provisório, no período pós-revolucionário de 1930, a entidade já se

mobilizara para o restabelecimento do Estado de direito do Brasil naquela época.

Certamente influenciada por um dos princípios basilares do Direito, o chamado contraditório, acabou transformando-se no palco das grandes discussões, até mesmo quando as discussões eram proibidas. E, assim agindo, tem influído nos mais relevantes momentos da nossa história, seja para resgatar a liberdade confiscada, a soberania ameaçada, seja para socorrer os oprimidos. Foi assim em 1934, com o seu primeiro Presidente Levi Carneiro, quando foi para a linha de frente contra o Estado Novo, que esmagou as liberdades e garantias constitucionais.

No segundo grande conflito mundial, a nossa OAB também não hesitou em cerrar fileiras com as democracias ocidentais contra o nazismo que a todos ameaçava. Não foi diferente a postura da Ordem em todos os períodos agudos e críticos que sucederam a Era Vargas e ameaçaram ou interromperam a ordem constitucional e o regime democrático.

Foi o que aconteceu, por exemplo, na emblemática década de 1960.

O golpe de 64 trazia consigo um horizonte de trevas sobre as nossas liberdades. No aparato jurídico do regime militar, revigorado pelo Ato Institucional nº 5, que viria mais tarde, até o instituto do *habeas corpus*, havia sido confiscado. Lá estava a Ordem dos Advogados do Brasil, sob sérias restrições de atuação, mas com sua determinação para resgatar essa e outras conquistas da civilização.

A cada violência do regime de força, ganhava forças para contestar prisões arbitrárias e os atentados aos direitos humanos.

Ao mesmo tempo em que emparedava o autoritarismo, estava à frente das unidades militares para socorrer as vítimas daqueles impostores que representavam o regime autoritário.

Com efeito, a própria instituição torna-se vítima da intolerância, que chegou dentro do edifício sede da Ordem dos Advogados para ceifar a vida da secretária Lida Monteiro. Na minha avaliação, ela é indiscutivelmente uma mártir, uma mártir que a Ordem dos Advogados oferece ao povo brasileiro como símbolo da sua resistência contra a ditadura. Afinal de contas, ali estava para ser fulminado não a secretária da Ordem, mas o seu comandante maior, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Em agosto, fez 30 anos que ela foi covardemente assassinada com uma carta-bomba endereçada ao Presidente da instituição Seabra Fagundes.

Nada disso, entretanto, afastava a Ordem da resistência contra a ditadura.

Não posso deixar de destacar, neste momento, figuras brilhantes como do próprio Seabra Fagundes, seu Vice-Presidente Sepúlveda Pertence, Raymundo Faoro, Sobral Pinto e tantos outros que estavam à frente de todo o movimento dos advogados do nosso País para resistir contra a ditadura e restabelecer a ordem democrática. Nessa nova atmosfera política e democrática, precisávamos de romper com o período autoritário e dotar o País de uma nova Carta Magna. E lá estava a Ordem dos Advogados, na trincheira, sustentando as ideias, sustentando os princípios que deveriam esculpir a nova Constituição, prevenindo-a contra quaisquer outras aventuras que eventualmente pudessem nos ameaçar.

Assim, participou ativamente dos debates e das proposições daquela que viria a ser a nova Constituição da República, vinda de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Pude acompanhar *in loco* a participação de seus membros, como o Ministro Thomaz Bastos, por exemplo, na afirmação das garantias individuais e coletivas, do papel da Ordem dos Advogados como parte essencial à Justiça, consagrando a inviolabilidade de seus atos e manifestações no exercício da profissão.

Anos mais tarde, vieram as reformas do Judiciário, a atualização de nossa legislação material e processual, e a Ordem estava lá – estava lá como está hoje na condição de relator geral do projeto do novo Código de Processo Civil. Não tenho recebido maior apoio, não tenho recebido maiores críticas, críticas construtivas, na verdade, do que aquelas que estão sendo oferecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil, pilotada pelo seu Presidente Ophir e contrabalançada pelo meu amigo Marcus Vinicius, Secretário-Geral dessa instituição.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, não vou estender até porque, nesta Casa, há outros oradores que querem homenagear a nossa vetusta Casa, digo a nossa porque, na condição de advogado, que tem a nossa carteira devidamente atualizada, registrada e pronta para ingressar não só na instância singela como também nos tribunais, nesta condição, tenho que me render também aos demais colegas que estão presentes como o nosso talvez decano dos advogados nesta Casa, Pedro Simon, que se identifica com todos os momentos vividos pela nossa Ordem; Marco Maciel, Geraldo Mesquita Júnior, Antonio Carlos Valadares, todos os advogados que têm estado atentos não só ao interesse maior da ordem jurídica do nosso País e da preservação dos valores que sempre foram sustentados pela nossa instituição, como também aos interesses mais mezinhas da nossa categoria, além de outros Parlamentares que, mesmo não sendo advogados,

têm um grande compromisso com todas essas causas, como é o caso do meu amigo Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Serys Slhessarenko.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sou advogada.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Advogada também! É por isso que estou vendo a Senadora Serys sinalizando. Eu, que a conhecia como professora, agora fico feliz de saber que se trata de uma colega também.

Então, encerro as minhas palavras, dizendo que a Ordem dos Advogados, que tanto tem contribuído para o aprimoramento das instituições, seguramente, nos seus 80 anos, apesar de octogenária, ainda é uma criança diante de todo o horizonte de compromissos e responsabilidades que ela tem com o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Valter Pereira.

Antes de passarmos a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti – o que já vou fazer –, eu gostaria de anunciar que, após a fala dos Srs. Senadores, será aberto um espaço ao Sr. Presidente da OAB nacional, Ophir Cavalcante, para que use da palavra.

Isso não é costumeiro, mas, nesta oportunidade, será aberta a palavra ao senhor. Anuncio a todos os seus colegas.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Valter Pereira.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não foi por omissão deliberada e muito menos por desleixo, mas omiti, no momento em que homenageei todos os ex-Presidentes, o Cezar Britto. (*Palmas.*)

Na verdade, quando eu começara a falar, ele não se encontrava neste recinto.

De qualquer forma, em meu discurso será consignado a V. Ex<sup>a</sup>, Presidente Cezar Britto, as mesmas homenagens que prestei a todos os seus ex-colegas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Gostaria de anunciar aqui a presença da Sr<sup>a</sup> Presidente da Associação de Mulheres de Carreira Jurídica de Brasília, a nossa querida Erida. Obrigada, Erida Balduino. (*Palmas.*)

Eu queria ainda, antes de dar a palavra ao Senador Mozarildo, registrar aqui carinhosamente e com alegria a presença de ex-Presidentes da OAB, que honram a OAB por inteiro, todos e todas que estão aqui: Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante... Ophir pai, viu?

Sinto muito, Dr. Ophir. Agora, é Ophir pai. É bom que a gente é mulher e pode fazer essas brincadeiras, não é, Dr. Ophir?

O Dr. Busato, nosso amigo querido; o Dr. Rubens Approbato; o Dr. Mário Sérgio Garcia; o Dr. Hermann Baeta; o Dr. Cezar Britto, de quem também sou amiga. E eu queria fazer um registro muito especial a um ex-Presidente por quem tenho um carinho muito especial. Eu me intitulo amiga dele. Gosto muito dele, da família dele. É uma pessoa a quem faço uma saudação muito especial, muito carinhosa. Trata-se do Dr. Reginaldo de Castro, ex-Presidente. Quero saudar todos os ex-Presidentes e ele, como uma pessoa especial do meu convívio.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti e passo a Presidência ao nosso Senador Valter Pereira, que é o primeiro subscritor desta sessão comemorativa dos 80 anos de criação da Ordem dos Advogados do Brasil. (*Pausa.*)

*A Sr<sup>a</sup> Serys Silhessarenko, 2<sup>a</sup> Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valter Pereira.*

**O SR. PRESIDENTE** (Valter Pereira. PMDB – MS)  
– Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Valter Pereira, quero também cumprimentar a Senadora Serys, que até há pouco presidia esta sessão.

O Senador Valter Pereira ainda tem a especialidade, no caso, de ter sido o primeiro signatário do requerimento desta sessão. Quero cumprimentar o Dr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e, em nome dele, cumprimentar todos os membros da OAB, de diversos tempos e momentos.

E quero cumprimentar todos os presentes, pedindo permissão para fazê-lo em nome dos Conselheiros Federais de Roraima aqui presentes: Dr. Francisco Guimarães e Dr. Marivaldo Bassal.

Embora médico, sou positivamente contaminado pela carreira jurídica. Tenho dois filhos da área jurídica, ambos juizes, um no Estado de Roraima e outra aqui no Distrito Federal. Portanto, embora meu cacoete seja de médico, tenho esta virtude ou defeito, não sei, de estar positivamente contaminado pela questão jurídica.

Quero dizer que esta data para mim é realmente muito importante, porque o cidadão e muito mais o político que não acredita na Justiça não deveria sequer estar militando nela.

Quero prestar esta homenagem dizendo que, já na antiguidade clássica, Aristóteles ensinava que “a

grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las”. A homenagem que hoje realizamos, fruto da feliz iniciativa do eminente Senador Valter Pereira e de outros ilustres colegas, dirige-se a uma instituição efetivamente digna de todas as honrarias, porque erigida para servir aos ideais do bem comum e caracterizada em sua atuação pelo desassombro, pelo chamado à mobilização cívica, pela inquebrantável resistência em face de todas as formas de opressão e de tirania.

Nesta data, a Ordem dos Advogados do Brasil completa 80 anos de existência. Ao comemorar a efeméride tão significativa, a Ordem tem muito do que se orgulhar. Afinal, já há muito tempo se tornou credora de profundo respeito por parte da sociedade brasileira, havendo se convertido, de fato, em uma das mais caras tradições nacionais.

Por sua ininterrupta contribuição, ao longo desses oitenta anos, às causas da justiça e da liberdade, a OAB angariou um sólido conceito de altivez e de independência.

Local mais adequado do que este plenário não pode haver para se renderem as devidas homenagens à Ordem dos Advogados do Brasil. Aqui, nesta que é a Casa de Rui Barbosa, reverenciamos a instituição que tão fielmente encarna o autêntico espírito republicano. A memória do patrono dos advogados brasileiros, cujo busto adorna este recinto, inspira-nos e ilumina nossos debates e nossas deliberações.

Todos sabemos da participação determinante de Rui na construção da forma republicana de Governo neste País. Coerentemente, o órgão que congrega os advogados do Brasil, criado sete anos após a sua morte, passou, desde a sua fundação, a contribuir decisivamente para a consolidação e o aperfeiçoamento da nossa República.

Instituída por um ato da Revolução de 1930, a criação da OAB, em 18 de novembro daquele mesmo ano, representou uma vitória do compromisso institucional da elite da advocacia republicana. Vencia-se, naquele momento, uma resistência de 87 anos, a contar da instalação do Instituto dos Advogados Brasileiros, criado em 1843, por ato do Imperador.

As dificuldades de tramitação dos projetos de criação da OAB no Parlamento, ao longo daquelas quase nove décadas, derivavam das restrições impostas pelas Constituições do Império e da 1<sup>a</sup> República, que cerceavam a organização de corporações de ofício.

Os primeiros estatutos da OAB e o primeiro código de ética, elaborados pelo seu primeiro Presidente, Levi Carneiro, tinham objetivos centrais que se prestavam politicamente à desconstrução do Estado patrimonialista e oligárquico. Ficaram definidos nesses documentos, de forma muito clara, os impedimentos

e as incompatibilidades para o exercício cumulativo da advocacia privada e das funções e cargos públicos, bem como as regras disciplinares da profissão. Nessa medida, aqueles primeiros estatutos e código de ética representam um duríssimo golpe contra o nepotismo oligárquico e estamental.

Esses primeiros passos já colocaram a OAB, portanto, desde o seu nascedouro, na linha de frente da modernização do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo criaram as condições necessárias para que, imediatamente após a desarticulação oligárquica, a nova instituição evoluísse na crítica à estrutura autoritária do Estado Novo, incorporando o ideário liberal democrático, que desaguaria na construção do Estado de direito, com a promulgação da Constituição de 1946.

Em 1963, a Ordem ganhou um novo estatuto, com base em anteprojeto elaborado por Nehemias Gueiros e Miguel Seabra e encaminhado ao Congresso Nacional, em 1957, por Juscelino Kubitschek. Aliás, ao mencionarmos o grande estadista de Diamantina, vale recordar que ele foi até hoje o único Presidente da República a visitar a sede da OAB.

O Estatuto de 1963 não apenas incentivou a autonomia da Ordem em relação ao Poder Público Federal, mas consolidou, a partir da contribuição do Deputado Milton Campos, as posturas antipatrimonialistas, combatendo as práticas de colaboração nepotista que remanesciam como instrumentos de privatização da estrutura do Estado brasileiro.

Foi todo esse histórico, de postura nitidamente republicana, que permitiu ao Conselho Federal da OAB dar, a partir de 1968, quando do endurecimento do regime militar, as suas mais decisivas contribuições à sociedade brasileira.

Naquele momento especialmente sombrio de nossa história, a Ordem postou-se de modo firme e denodado em defesa dos direitos humanos e do restabelecimento do Estado democrático de direito. Com as posições que adotou naquele período, a OAB deixou claro para todo o povo brasileiro que a democracia é imprescindível para o funcionamento do Estado de direito e que o Estado de direito é pressuposto da democracia.

O estatuto que atualmente rege a OAB, do ano de 1994, veio complementar a identidade liberal democrática da instituição, em perfeita consonância com os pressupostos ideológicos da Constituição de 1988. O novo contexto regimental da OAB compromete-se com o objetivo constitucional de buscar a justiça social e com a transparência das práticas políticas.

Ao longo de seus 80 anos de existência, a OAB vem cumprindo, de modo decidido e pertinaz, sua du-

pla missão de defesa do Estado de direito e de salvaguarda das prerrogativas profissionais.

Após protagonizar, repetidamente, ao longo da nossa história, as lutas contra a tirania e pelo restabelecimento do regime democrático, a Ordem, no atual momento de regular o funcionamento institucional do País, enfatiza a cobrança pelo cumprimento dos ditames constitucionais em defesa do patrimônio público e das prerrogativas da cidadania.

Tendo por farol a Constituição da República, a OAB atua com absoluta autonomia, buscando representar as aspirações de nosso povo por um Brasil mais justo e solidário. A fim de poder desempenhar com independência sua função de fiscalização do Poder Público, a OAB possui natureza jurídica atípica, nem privada nem estatal, devendo ser definida, segundo alguns, como organização constitucional democrática.

Ao longo da história recente do País, sucessivos presidentes do Conselho Federal da OAB desempenharam com brilho e altivez o papel de autênticos líderes da sociedade civil, múnus outorgado à entidade por sua história, bem como pelas normas constitucionais e legais. É o Presidente da Ordem, com efeito, o dirigente da entidade da advocacia e da liberdade.

Muito embora sendo impossível, neste momento, relacionar todos os brasileiros notáveis que já ocuparam o cargo, não posso deixar de mencionar alguns cujos nomes ficarão marcados na memória de todos nós pela combatividade na defesa do interesse comum. É esse, certamente, o caso de Raymundo Faoro, de Eduardo Seabra Fagundes, de Márcio Thomaz Bastos, de Bernardo Cabral, de José Roberto Batochio, de Rubens Approbato Machado e outros.

Devo cumprimentar, também, aquele que hoje tem a responsabilidade de levar adiante essa gloriosa tradição, o Dr. Ophir Cavalcante. E não poderia, nesta oportunidade, deixar de fazer menção àquele que é o paradigma do advogado brasileiro, reto e intemorato, o inesquecível Sobral Pinto.

Vale destacar, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, senhores advogados, Srs. membros da OAB, que as duas principais tarefas da Ordem dos Advogados do Brasil em nada se opõem; ao contrário, complementam-se e integram-se mutuamente. A atuação institucional da Ordem caminha lado a lado com a defesa das prerrogativas dos advogados. Afinal, a proteção do profissional da liberdade é indispensável e essencial à garantia do Estado de direito. Trata-se, aqui, de dar concretude ao bordão segundo o qual “sem advogado, não há justiça”. Na realidade, falecem a democracia e o respeito à cidadania quando lhes falta a proteção do advogado.

Pugnando pela normalidade democrática e pelo respeito aos princípios consagrados em nossa Carta Magna, ao mesmo tempo em que cuida de assegurar o pleno exercício das prerrogativas profissionais de seus filiados, a OAB se consolida cada vez mais como a entidade que pertence, por igual, ao Brasil e aos advogados, jamais titubeando no rigoroso cumprimento de sua missão.

Cumprimento-me, portanto, com muita honra, neste 18 de novembro, parabenizar os membros da Diretoria do Conselho Federal, os Presidentes das Seccionais, os Diretores, os Conselheiros Federais e Seccionais, os advogados e as advogadas aqui presentes e todos que nos assistem pela TV Senado ou nos ouvem pela Rádio Senado e todos os demais filiados da Ordem dos Advogados do Brasil.

Por certo, o 80º aniversário da instituição constitui motivo de júbilo para toda a Nação brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Valter Pereira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Pedro Simon.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador José Sarney; Senadora Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente do Senado Federal; Senador Valter Pereira, primeiro signatário desta sessão em homenagem mais do que merecida à Ordem dos Advogados do Brasil, quando comemora seus 80 anos de fundação; meu amigo e irmão Ophir Cavalcante Júnior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Exmº Sr. Ministro Carlos Fernandes Mathias, Vice-Reitor da Unilegis; Sr. Florindo Poersch, Presidente da Ordem dos Advogados Seccional do Acre; Sr. José Lucio Glomb, Presidente da Ordem dos Advogados Seccional do Paraná; Srs. Conselheiros Federais; Membros Honorários Vitalícios da Ordem dos Advogados do Brasil; Srs. Conselheiros Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil; senhoras e senhores advogados, ainda há pouco, o Senador Mozarildo Cavalcanti, ao iniciar suas palavras, disse que, como médico, ia fazer uso da tribuna para saudar a OAB nesta data comemorativa porque tem dois filhos que seguiram a carreira do Direito, ambos juízes. Eu, como engenheiro, não tenho filhos que tiveram a vocação para operadores do Direito, mas não podia deixar de estar aqui, primeiro, homenageando todos os advogados, em nome da Or-

dem dos Advogados do Brasil e, em especial, a sua presidência, na pessoa, como eu disse, de um querido amigo e irmão, que é Ophir Cavalcante Júnior, um paraense como nós e que honra a advocacia brasileira e a advocacia do nosso Estado.

Como eu disse, Senador Valter Pereira, quero parabenizá-lo, novamente, pela feliz iniciativa de propor a presente sessão para comemorar os 80 anos da Ordem dos Advogados do Brasil. Afinal, comemorar mais um aniversário da OAB significa celebrarmos, antes de mais nada, a liberdade de expressão – tão em discussão atualmente –, a consolidação de nossa democracia e a defesa de todos os direitos civis pelos quais a OAB tem lutado ao longo de sua existência.

Nessas oito décadas de história, a OAB foi a principal responsável pelo contínuo aprimoramento da classe advocatícia brasileira. O criterioso exame aplicado periodicamente pela Ordem representa um verdadeiro rito de passagem para os bacharéis recém-formados e constitui um importante instrumento a assegurar a qualificação e o profissionalismo dos advogados brasileiros em atividade.

Para além do zelo com a formação e a capacidade profissional de nossos advogados – que, por si só, já justificaria plenamente sua existência –, a OAB tornou-se, no decorrer do século passado, uma das entidades civis mais ativas e mais importantes do País, presente e atuante nos momentos mais cruciais da nossa história.

A Ordem foi uma voz fundamental, por exemplo, na condução do movimento Diretas Já!, a maior mobilização de massa da história deste País. A OAB posicionou-se firme e claramente a favor da democracia ao longo de todo o processo, rejeitando com veemência as manobras opostas ao movimento, criticando a opção da eleição pelo Colégio Eleitoral.

Muitos de nossos maiores líderes na luta pelos direitos humanos e civis foram ou são membros da OAB.

Não posso deixar de registrar que a classe jurídica do meu querido Estado do Pará se sente honrada, como eu disse, tendo na Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil o Dr. Ophir Cavalcante Júnior. Também quero saudar aqui e, em seu nome, saudar todos os ex-Presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, o pai do Ophir Cavalcante Júnior, o autor desta Excelência que hoje ocupa a Presidência da Ordem, que é o Ophir Filgueiras Cavalcante, que está aqui. E em seu nome, Ophir, quero saudar todos os ex-Presidentes da OAB.

Ophir Filgueiras Cavalcante presidiu a OAB nacional de 1989 a 1991. Como eu disse, são dois juristas

respeitados pelo conhecimento e pela conduta ética, marcantes em suas trajetórias de vida.

São grandes juristas que dão à Ordem dos Advogados do Brasil sua força e sua importância. Contudo, não são apenas os grandes vultos que passaram por suas fileiras; a proeminência da OAB entre as entidades civis em nosso País se deve, sobretudo, aos mais de 640 mil membros em todo o Brasil, que exercitam permanentemente a combinação do espírito de corpo com dedicação à defesa das liberdades civis, da ética na vida pública e dos direitos humanos.

A meu ver, é justamente essa junção entre a coesão interna de centenas de milhares de profissionais e o zelo pelo Estado democrático de direito que torna a OAB uma força tão poderosa e tão importante para os destinos da Nação.

Nossos parabéns, portanto, à OAB por esses 80 anos. Que a Ordem dos Advogados do Brasil permaneça trilhando o caminho da defesa e da liberdade, do Estado democrático de direito, da ética na vida pública e das boas causas pelas quais luta a gente de bem em todo o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, querida Vice-Presidente Serys, ilustre Presidente Ophir Cavalcante Júnior, distintas autoridades, senhores membros da OAB, Srs. ex-Presidentes da OAB, que nos honram aqui com suas presenças, ontem participei de uma reunião, de um congresso realizado na OAB para discutir reformas eleitorais no sistema político brasileiro.

Hoje estou vendo a maioria dessas figuras aqui presentes. E, meu bravo Presidente da OAB, eu digo aqui o que disse ontem lá: se nós fôssemos discutir a reforma que tem que ser feita com essa gente aqui seria fácil. Imagine se o Presidente Sarney estivesse pondo em votação a reforma, o voto distrital, o gasto público de campanha e tudo mais, e os constituintes fossem esses que estão aqui votando? Estava aprovado. Estava aprovado. O problema é que os senhores não são os constituintes. E, infelizmente, a classe política, não é fácil ela fazer as mudanças que deveria fazer. É por essa e por outras que esta é uma homenagem importante que esta Casa faz.

Não nego que esta Casa, por obrigação, e muitas vezes por exagero de obrigação, faz homenagens as mais variadas. Cem anos de um jornal, oitenta anos de um jurista, trinta anos sei lá do quê, mas é muito difícil realizar uma sessão que tenha o simbolismo desta que está sendo realizada aqui.

Esta é uma sessão em que o Senado está representando a sociedade brasileira. Nesses 80 anos, a OAB esteve ao lado do Brasil nos seus momentos mais importantes, o Brasil está aqui atrás de nós, e nós que estamos aqui podemos dizer, e talvez nunca como agora possamos dizer que estamos nos reunindo em nome do povo brasileiro, prestando homenagem que desde o mais humilde ao mais ilustre gostaria de estar prestando, porque a OAB fez por merecer.

É interessante! Claro que a OAB, a Ordem que representa os advogados, pela sua ação, pela sua forma, ao longo da história o advogado está identificado com a sociedade. Poderia ser uma associação médica, poderia ser uma associação dos economistas, poderia ser a entidade dos sociólogos ou seja lá o quê. Mas, ao longo da história, a OAB se transformou em uma sociedade que, muito além da sua missão, do seu mister, da sua responsabilidade, por uma outorga, de certa forma, feita ao natural pela sociedade, ao longo do tempo, vem representando o povo brasileiro, de um modo especial os mais humildes, os mais necessitados.

Nas horas mais difíceis e mais dramáticas, ela está lá, presente, lutando. É por isso que essa solenidade é importante, desses oitenta anos em que V. Ex<sup>a</sup>, Presidente, só olhando para trás, tendo o seu pai ali do lado, e, olhando para trás, uma infinidade de gente genial...

E eu...vejam como a idade tem um significado diferente em diversas circunstâncias. Nós estamos aqui, festejando os oitenta anos da OAB, uma longa trajetória, mas que é o início do que vai ser a OAB nos próximos duzentos anos no Brasil. E eu nasci no mesmo ano que a OAB. Nos meus oitenta anos, estou aqui me despedindo, com muito orgulho, dizendo que Deus foi muito feliz comigo, ao marcar a minha data, meus oitenta anos... Em janeiro, fui eu que festejei os oitenta anos e, hoje, estamos festejando os oitenta anos da OAB. Nessa vida, eu pude participar muito dessa história.

Se eu tiver de lembrar aqui dos muitos e muitos e muitos líderes da OAB, eu vou me lembrar daquele com quem talvez mais tenha convivido, o Faoro, na hora mais dramática, na hora mais difícil, na hora em que os generais pensavam que durariam a vida inteira, na hora em que a sociedade civil mais se abastardou, na hora em que o poder político esteve no chão. A representação representativa não representava nada! Lá o Faoro, um gaúcho de Vacaria, mas na verdade carioca por adoção, representando com bravura, lançando notas e artigos que nunca sabia se a imprensa publicaria ou não, e cobrando dos generais presidentes o

respeito à Nação. Ele foi apenas um símbolo do que a OAB representou em toda essa caminhada.

Eu tenho dito, desta tribuna, que longa foi a luta para sairmos da ditadura militar para a democracia; longos foram o embate, o debate e a discussão sobre quais os caminhos. Houve uma época em que muitos, eu inclusive, éramos acusados até de covardes, de pessoas sem brilho, sem garra, sem vontade, acomodados, porque não aderíamos à luta armada, porque éramos contra a guerrilha, porque defendíamos a tese de que a guerra civil não resolveria, porque confiávamos que o povo brasileiro haveria de lutar, avançar e conquistar o seu espaço!

Quem me levou a essas ideias muito foi a OAB, muito foi o Faoro, muito foram aquelas reuniões, aqueles debates, aquelas discussões de que esse era o caminho apontado. Muitos não aceitavam e, à primeira vista, parecia que eles tinham razão. Mas como? Mas como? Cinco generais presidentes – um substitui o outro, um substitui o outro, um substitui o outro! As Forças Armadas, a burguesia empresarial toda, a Igreja, a grande imprensa, a sociedade organizada toda praticamente estavam ali no milagre brasileiro, no “ame-o ou deixe-o”, naquilo que era o certo do Brasil nação colosso. E veio um pessoalzinho de um tal de MDB e veio mais alguns com essa história de querer convencer a sociedade a mudar. Mas quando é que a sociedade mudaria se a imprensa fazia uma lavagem cerebral nas pessoas? Se na Igreja a orientação era pátria, família, Deus e sei lá o quê?!

Não, para mudar tinha de se ter coragem, buscar dinheiro lá no Fidel Castro, iniciar uma luta armada, topar uma guerra civil, fazer o confronto, arrombar os cofres, fazer o que era necessário para derrubar a ditadura. Mas uns caras – uns Ulysses Guimarães, uns Teotônios, uns Tancredos, uns Covas – estavam querendo achar que um dia isso mudaria. Com um discursinho bobo da tribuna, de mentirinha, só podiam dizer que faziam oposição, andando por aí de mentirinha, dizendo que eram um partido, mas, na verdade, era um partido que estava para coonestar.

Olha, meu Presidente, nós sofremos muito. Eu ouvi muito desaforo. Mas a OAB continuou na luta. Eu participei e aprendi nos congressos para debater a Constituinte lá na OAB. O caminho era a convocação da Constituinte. Eu participei da campanha, do debate pelas Diretas lá na OAB. Depois a gente ia atrás, mas começou lá. Depois o MDB ia atrás, a UNE ia atrás, muitas entidades iam atrás, mas a OAB sempre começou, sempre começou.

Essa é a grande história extraordinária da vida da OAB.

E parecia que não havia chance. Imaginem quando conseguimos um milagre: uns dois milhões de pessoas nas ruas pelas Diretas Já! No início, a imprensa estava sabotando, ridicularizando, não dando cobertura nenhuma. No dia do aniversário de São Paulo, um milhão de pessoas o Montoro, Governador, botou nas ruas! A Globo, era o dia do aniversário da cidade de São Paulo, botou no Jornal Nacional as fotografias do aniversário de São Paulo: as praças tranquilas, as flores, as pessoas namorando, e não botou um milhão de pessoas que estava nas ruas protestando.

No dia seguinte, o povo foi para a rua e virou as caminhonetes da televisão, protestando. E, justiça seja feita, a Globo mudou e passou a dar cobertura para as Diretas Já. O povo na rua, aos milhares, queria as Diretas Já. A OAB, na frente, comandava a campanha pelas Diretas Já, e o velho MDB lá estava. Ia passar? Tranquilo.

As Forças Armadas e a ditadura cercam esta Casa e deixam claro que, se passassem as Diretas Já, fechariam o Congresso. Por nove votos, não passou. Caiu. E, aí, o que vai sobrar?

Lembro-me do Dr. Ulysses chorando no gabinete da Presidência do MDB: “Não há mais nada para fazer”.

Agora a campanha de que tem de virar a mesa, de que a luta democrática pacífica não tem solução é esse o caminho. E a gente avançou. Avançou por um caminho tortuoso, e como foi difícil! A gente que lutava por Constituinte, por Diretas Já, a gente que apresentava a candidatura como a do Dr. Ulysses, como a do General Euler, como a do Presidente da ABI para Presidente e Vice-Presidente da República no Colégio Eleitoral, para contestar, para dizer que aquilo era mentira, de repente vai participar do Colégio. Mas o que é isso, aonde vocês querem chegar? O Dr. Tancredo e o Dr. Sarney diziam: “Nós vamos ao Colégio para derrotar o Colégio!” E terminamos indo para o Colégio, e terminamos derrotando o Colégio. Pela via mais difícil, mais complicada, nem Diretas Já, pelo próprio Colégio Eleitoral, fruto da ditadura, derrotou-se o Colégio. E veio a democracia, e veio a Assembleia Nacional Constituinte. E estamos aí, vivendo o mais longo período da história brasileira identificado com o Estado democrático.

Essa, Sr. Presidente, essa V. Ex<sup>a</sup> pode dizer que foi a história da OAB nesses anos. Essa foi a luta da OAB nesses anos.

O meu velho MDB de ontem, por amor de Deus, não tem nada a ver com o MDB de hoje. Esqueçam! Estou falando do ontem, da história. Isola!

Mas o nosso velho MDB veio atrás. A UNE veio atrás – a UNE de ontem –, a de hoje está com um

problema sério, porque, com a sede nacional, vai ser a mais bonita do mundo. No mundo, não vai ter nenhuma sede tão bonita como a que nós vamos ter. O conteúdo já é o conteúdo.

Mas todos vieram atrás da OAB, e deu certo, Sr. Presidente. O Brasil nunca viveu um momento que nem hoje. A nossa economia nunca chegou ao estágio que chegou hoje. A nossa vida institucional nunca chegou ao instante que viveu hoje. E vamos ser claros: se nós analisarmos as eleições que passaram, alguns percalços de exagero e de botar a questão da religião muito acima do que devia, foi uma grande campanha. Eu tenho dito isto: ninguém encontrava uma candidata melhor do que a Dilma no PT e no Governo; e ninguém encontrava um candidato melhor do que o Serra, para mim muito melhor do que o Fernando Henrique, na oposição; e ninguém encontrava um candidato melhor do que a Marina nos sonhadores, nos Pedros Simons utópicos, nos dom-quixotes, mas os que querem mudar. E até nos velhos sonhadores duros que ficaram meio parados no tempo, mas, mantendo a ideologia e a dignidade, ninguém encontrava melhor candidato que o candidato do PSOL, o velho líder que, apesar de superado em muitas teses, mantém a sua ética e a sua dignidade.

Isso não há como negar. Nesse estágio está a OAB.

Por isso que esta é uma solenidade importante. A OAB tem o nosso respeito, o nosso carinho, a nossa admiração, porque ela conseguiu ser, ela ocupou um espaço que não se sabe a quem devia. Podia ser um órgão de igreja, podia ser um órgão intelectual, podia ser um órgão sei eu lá o quê, mas é a OAB que, muito mais do que a Associação dos Advogados do Brasil, é a Associação dos que amam o Brasil. Essa é a OAB.

Por isso nós estamos aqui. Podemos festejar o nosso querido Senador que apresentou o documento que foi aprovado para a realização desta sessão – ele já falou –, a nossa querida secretária da OAB. Realmente, tem razão V. Ex<sup>a</sup>, ela foi uma heroína, abriu uma carta-bomba endereçada à sua entidade, morrendo ali. É como se fosse para ser um símbolo da representação da luta de todos. Isso é o que ela foi.

Eu me lembro, na hora do **impeachment**, foi considerado uma coisa ridícula. O homem, com toda a instituição, com toda a força, com todo o poder, no início do seu mandato, maioria tranqüila, e a OAB veio, orientou e estimulou.

E, mais uma vez, reparem como esse período a que estou me referindo é um período inédito na história do Brasil: cinco presidentes gerais de plantão. Poderia voltar ao que era? Não! Nesta Casa, aqui, na Presidência, o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Transformamos esta Casa numa Corte Suprema e, no voto, se fez o afastamento. No início, parecia praticamente impossível. No final, foi quase unanimidade.

É algo que tenho obrigação de dizer e digo: nesse episódio, respeito tem a figura do ex-Presidente casado. É verdade que, na sua vaidade, não passava pela cabeça dele que ia acontecer alguma coisa. Ele tinha certeza de que não ia acontecer nada. Mas não interferiu. A CPI funcionou. Não chamou Senador, não deu favor, não deu emprego, não correu dinheiro, não correu nada. Ele se manifestou absolutamente no seu papel, olhando a distância as coisas acontecerem. E, se as causas da sua queda foram graves e sérias, eu diria que ele caiu com dignidade.

Mas esta Casa fez. E, na hora de assinar o documento – ainda ontem vi lá, na OAB, a fotografia –, na hora do “quem é que vamos representar, em nome de quem, depois de uma ditadura longa, eleito pelo povo numa esmagadora maioria, como é que agora vamos pedir o **impeachment**? Quem é que vai representar a sociedade para dizer que não é nada, não é revanche, não é deboche, não é raiva, não é ódio, não é nada, mas é a justiça e a dignidade?”, fomos buscar o Presidente da OAB. Quem assinou o documento foi o Presidente da OAB e o Presidente da ABI, mas, fundamentalmente, o Presidente da OAB.

E ele, da Catedral até aqui, veio caminhando com milhares e milhares de brasileiros atrás para entregar o documento, pedindo o **impeachment**. Quem? O Presidente da OAB, porque era a OAB, e, junto com ele, o Presidente da ABI, porque era ele o Presidente da ABI, não a ABI, com todo respeito. Uma era a entidade no seu contexto geral, outra era um jornalista fantástico que tem o respeito, o carinho, o amor de todos nós ao longo do tempo e ao longo da história. Infelizmente, está na hora de alguém vir ocupar o lugar dele lá, na ABI, que faz tempo que não acontece.

E foi a presença da OAB, foi o seu Presidente ali, dando a força para a seriedade da questão, que fez com que esta Casa vivesse a história mais bonita ao longo de toda a sua trajetória, que foi aquele debate do **impeachment**, de maneira franca, aberta, correta, séria.

Acho difícil, em algum lugar do mundo, parlamento que tenha vivido instantes de tal emoção, onde todos se superaram. E parece que Deus trouxe, fez com que todos botassem para fora o que tinham de bom e escondessem o que tinham de ruim. Foi aquela sessão, que ficou histórica, em que nós votamos o **impeachment**. Quem iniciou? A OAB.

Estamos vivendo uma hora difícil, Sr. Presidente, muito difícil. Se o Brasil vive uma hora excepcional no econômico, no institucional, nas suas realizações, o

Brasil vive um momento muito difícil no ético, no moral, nos valores que devem movimentar uma sociedade. Essa crise está na família. Essa crise está na educação. Essa crise está na mocidade. Essa crise está na política. Essa crise está na fé. Essa crise é, praticamente, generalizada. Dar um jeitinho em tudo, empurrar, levar, parecem ser a rotina de hoje.

A ditadura fez isso. A ditadura impôs lá, na universidade, que entidade como a UNE tinha que desaparecer. Reuniões, turmas de faculdade não havia mais. Hoje, a partir da ditadura, não é mais a turma, como acontece no resto do mundo, nos grandes países. Os acadêmicos de Direito saem no primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto ano e se formam. É uma geração, a geração tal, que nem a minha, a geração de 57. Hoje não tem mais isso. O cara tira duas, ou três, ou quatro matérias. Fizeram de propósito dispersar, para que não houvesse o pensamento acadêmico.

Isso foi diabolicamente deliberado. Na medicina, por exemplo, no primeiro ano de medicina, são os alunos da medicina, são os alunos de farmácia, são os alunos da odontologia, são os alunos não sei mais do quê, para diversificar. E o aluno não tem: o primeiro ano é isso, o segundo ano é isso. Não. Ele estuda três matérias neste ano, quatro matérias naquele ano. Estuda na turma que quer, como quer e na hora que quer. Faz o curso em cinco anos, em sete anos, em oito anos. Tiraram o espírito da comunidade. E isso pegou. E isso pegou. E isso nós temos de mudar, e não é fácil.

A orientação que a ditadura lançou foi esta: aproveita a faculdade para se fazer, para se formar, para pegar um curso e ganhar dinheiro, cuidar da sua vida. Não há no mundo... Se vocês olharem no mundo, nem na ditadura de Hitler, não há no mundo uma lei como se fez no Brasil. Para punir estudante, ele é proibido de estudar. Não é condenado à cadeia, a nada não. Você estava na UNE, foi condenado: durante dez anos, você não pode tirar curso nenhum. Proibido estudar! Até isso aconteceu.

Hoje, está tentando mudar, mas não é fácil. As nossas televisões estão aí. A televisão hoje substitui a Igreja, substitui a família, substitui a mãe, substitui tudo. Nós somos filhos da televisão. E todo mundo segue o padrão da novela das oito da Globo. É aquilo ali: uma mulher, duas mulheres, três mulheres, troca não sei o quê. Aquele é o padrão. Lá no interior da minha Caxias do Sul, lá no fim do mundo, desde que os imigrantes italianos vieram há 170 anos até vinte anos atrás, era aquilo tudo igualzinho.

As colonas com as roupas compridas, dançando, as cantorias italianas ou as cantorias religiosas, divertindo-se ali. Hoje você vai lá... Hoje, não. Mas desde dois anos atrás, é luz negra. Dentro da Igreja! Em cima

é a igreja, embaixo é o salão paroquial e do ladinho é a boatezinha de luz negra, minissaia, igualzinho ao que é no Leblon. É a sociedade que está mudando, e alguma coisa deve ser feita. E a OAB está entrando nisso, Presidente.

Não passava pela cabeça de ninguém que o Ficha Limpa passaria. Mas não passava pela cabeça de ninguém que o Ficha Limpa passaria! Quem disse que passava, que passaria? É mentira minha. Passaria, mas levaria mais uns dez anos para passar. Que ela passasse como passou, com a rapidez que passou, ninguém esperava.

Eu dizia desta tribuna: não espere que a solução venha daqui de dentro. Do Congresso, não sai nada. Não espere que venha do Judiciário. Do Judiciário, não sai nada. E menos ainda do Executivo. Tem que sair da rua, do povo, da mocidade, do cara pintada e, de modo especial, da OAB. A CNBB também. Vamos fazer justiça à CNBB, que, nos grandes momentos que nem esse, a CNBB tem estado presente.

Aí a CNBB e a OAB entraram. Ninguém levou a sério. Um milhão e quinhentas mil assinaturas, mais dois milhões via Internet, mais de três milhões.

Chegou lá, o Presidente recebeu e ficou por ali. Não passava pela cabeça de ninguém que algo iria acontecer. Aí a sociedade começou a se movimentar. Vieram lavar as calçadas aqui do Congresso e lá do Judiciário. Era para ser arquivada. A Comissão de Constituição e Justiça mandou de volta para a Comissão, para fazer um estudo para refazer tudo. Não tinha nada. De repente, não mais do que de repente, sem passar pela Comissão, sem o voto da Comissão, sem o parecer da Comissão, foi direto a plenário e foi aprovada no plenário. Mas, aprovada pelo Plenário, vai para o Senado e dura não sei quanto tempo. Depois vai ter emendas, as emendas voltam para cá e passa o ano. E veio para o Senado e, por unanimidade, o Senado decidiu que ninguém apresentaria emendas.

Não pense, Sr. Presidente da OAB, que não sabemos que a lei não é perfeita, que está cheia de equívocos e que deve ser mudada. Isso nós falamos, todos os Senadores falaram da tribuna. Mas não era a hora. A hora era de aprovar como estava, para não voltar para a Câmara, para ir para o Presidente; com o compromisso de honra de todos nós de que, em janeiro, vamos voltar aqui e fazer as modificações que devem ser feitas. E foi aprovada. E aí está Senador eleito que não vai assumir. Deputado Federal que tem processos há mais de quarenta anos, trinta e tantas condenações, nenhuma em caráter definitivo – porque, em caráter definitivo, só ladrão de galinha, porque quem tem dinheiro contrata um bom advogado e nunca é condenado em caráter definitivo. Mas esses

Deputados não vão assumir, porque a lei da OAB, o trabalho da CNBB, surpreendendo a tudo e a todos, foi aprovada.

Por isso, Presidente, não encha muito o peito e não fique muito satisfeito, dizendo: que maravilha, etapa cumprida, já fiz o que tinha que fazer. V. Ex<sup>a</sup> vai começar. Porque agora é que vem a caminhada. Aquele debate que V. Ex<sup>a</sup> iniciou ontem na OAB agora vai começar, e V. Ex<sup>a</sup> tem que levar adiante. E a OAB tem que levar adiante.

Vejam como era fácil lá. Lá, eu até disse na hora: olha, pode ser qualquer solução que vocês escolherem, pode ser até a boliviana que me serve, porque é boa. Porque lá, naquela hora do debate, o debate era sobre o que era o melhor. Mas na hora de olhar os interesses, o meu, o dele, tira, esconde... Mas vocês podem conseguir. O Brasil chegou nessa etapa.

Minha querida Presidente Dilma, V. Ex<sup>a</sup> se prepara para assumir. Tenho rezado muito por V. Ex<sup>a</sup>. Quando eu vejo a movimentação da classe política, eu me apavoro. Não vejo ninguém querendo escolher o melhor Ministro da Educação. Ninguém querendo escolher qual é o mais competente para o de Minas e Energia. É cada um querendo a sua parte: esse é meu, esse é teu, isso e aquilo. V. Ex<sup>a</sup> terá que ter muita autoridade para se impor.

Eu acho um escândalo o que fazem alguns partidos políticos querendo fazer chantagem em nome da governabilidade. Não! Claro que os partidos políticos têm direito a seus cargos, têm direito às nomeações e tudo o mais. Agora, fundo de pensão não é para ser dado para partido político. É para ser dado para gente técnica, que esteja longe dos partidos políticos. Já houve um erro no Governo de V. Ex<sup>a</sup>, Dilma: aquela advogada que apareceu na comissão de permuta de Governo, e se foi ver estava lá no escândalo, não sei de mais o quê. Como é que ela foi parar lá? Até agora ninguém soube explicar. Pergunta-se: como é que foi? Não sei!. Para o serviço secreto: Não sei! Ninguém sabia. Mas como é que ela foi parar lá?

O partido pode indicar quem quiser. E eu dou nota dez para a Presidenta. No seu discurso, no dia seguinte, aliás, no mesmo dia, depois de eleita, ela disse: “No meu Governo, os candidatos têm que ter indicação política, capacidade e ficha limpa. Tem que ter seriedade comprovada”.

E sobre isso ela tem razão. Isso ela precisa fazer. E isso é necessário que ela faça. E aí está a OAB, no sentido de cumprir essa determinação, no sentido de dar força para a Presidenta. Que ela escolha quem quiser, mas que tenha a biografia limpa.

E assim como aconteceu agora – nota dez! –, quando a imprensa publicou que fulana de tal estava

processada num escândalo de não sei do quê e ela saiu correndo para se demitir, porque já estava demitida. Isso não aconteceu num tempo atrás, quando apareceu um cidadão íntimo da Casa Civil, na televisão, pegando dinheiro, botando no bolso, dizendo que estava negociando e ele não foi demitido. E não aconteceu nada! Para esta Casa criar uma CPI, ela teve de ir ao Supremo. O Supremo teve de mandar criar. Querida Presidente Dilma, que, no seu Governo, não seja preciso o Supremo mandar criar uma CPI, nem a CPI criar. Não se esqueça, Presidente.

Uma vez, o Presidente Lula disse algo que não foi feliz. “Não, primeiro, para condenar alguém, tem de se provar que ele foi condenado. Eu não posso condenar alguém antes de ser condenado”. Tem razão. Pelo amor de Deus, não somos nós da OAB que não vamos reconhecer o direito de defesa! Agora, um ministro que tem interrogações sobre a sua vida, eu não preciso esperar ele ser condenado. Eu posso afastá-lo até que se prove que ele não tem nada. Para ir para a cadeia, tem de se provar que ele é culpado. Para ser condenado, tem de se provar que ele é culpado. Na dúvida, é a favor dele; na dúvida, pró-réu. Mas, para ser ministro, não! Se tem dúvida, cai fora! Para casar com filha minha, se eu tenho dúvida sobre o cara, eu vou ver; senão não deixo casar. Como eu vou dar dinheiro público para ele administrar se eu não tenho confiança nele?

Essa é a bandeira de V. Ex<sup>a</sup>, Presidente. V. Ex<sup>a</sup> não está entendendo bem, mas estamos todos aqui falando tudo para V. Ex<sup>a</sup>, para, como Presidente da OAB, começar o ano 81. Se Deus quiser, no ano 84, poderemos nós aqui festejar, com aplauso a V. Ex<sup>a</sup>, com aplauso ao Brasil e, queira Deus, com aplauso à Presidenta Dilma.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Adelmir Santana.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr. Senador Valter Pereira, primeiro signatário da presente sessão, Sr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Carlos Fernandes Mathias, meu velho professor, Vice-Reitor da Unilegis, Sr. Florindo Poersch, Presidente da Ordem dos Advogados Seccional do Acre, Sr. José Lúcio Glomb, Presidente da Ordem dos Advogados Seccional do Paraná, Srs. Conselheiros Federais, Membros Honorários Vitalícios da Ordem dos Advogados do Brasil, Srs. Conselheiros Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr<sup>as</sup> e Srs. Advogados, nobres colegas Senadoras e Senadores, ilustres convidados, eu já assisti

aqui a alguns pronunciamentos de colegas que não militam na advocacia, como médicos, administradores, e também me incluo entre os que não são do ramo, nem tenho filhos no ramo; mas eu não poderia deixar de cumprimentar o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Cavalcante, estendendo meus respeitos a todos os advogados do Brasil. Do mesmo modo, eu não poderia deixar de citar o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do DF, meu amigo Francisco Caputo, aqui representado pelo advogado Igor Tokarski. Ele não se faz presente.

Os senhores todos, os advogados do Brasil e de Brasília especialmente, são membros de uma corporação decisiva para a consolidação das instituições da nossa democracia, pelo zelo com o ordenamento jurídico e o cumprimento das leis que garantem a manutenção dos direitos e deveres da cidadania e das organizações.

É com orgulho e admiração que, neste momento, eu uso desta tribuna para homenagear os 80 anos de surgimento de uma instituição por todos nós admirada.

Sr. Presidente, nobres colegas Senadores, a Ordem dos Advogados do Brasil também foi, em vários momentos, temida pelos detratores da liberdade, os usurpadores do poder, os tiranos que, para se manterem no poder, desrespeitaram a Constituição e feriram seus direitos. Mas os representantes da obscuridade sucumbiram sempre frente à luminosidade e à força dos defensores da ordem e da legalidade.

O Brasil se orgulha de poder celebrar data tão alvissareira, pois os brasileiros são sabedores que podem contar com a Ordem dos Advogados do Brasil, instituição sempre presente nos momentos mais difíceis e decisivos da nossa história.

Podemos nos orgulhar de estarmos vivenciando um momento auspicioso de nossa história recente, quando as instituições se mostram mais fortes do que interesses pessoais e o ordenamento jurídico reflete avanços e conquistas de nossa gente em prol de uma sociedade mais justa e fraterna. O brasileiro preza a liberdade de expressão; e, graças ao esforço de instituições como a OAB, vivemos sem censura e experimentamos plenamente as liberdades democráticas necessárias para o avanço de nossas instituições e cidadania.

Ainda há pouco, quando se falou em controlar determinados segmentos da imprensa, a Ordem prontamente se colocou em defesa das liberdades de expressão.

Relembro, Sr. Presidente, nobres Colegas, algumas décadas passadas, quando vivíamos sob o jugo de uma ditadura na qual as liberdades mais fundamen-

tais foram cassadas, como a da livre expressão e os direitos políticos dos adversários do regime militar. O Brasil se uniu contra a tirania, em busca da redemocratização, da reconquista da liberdade e da participação política plena.

A OAB esteve presente, juntamente com partidos políticos, com movimentos sociais, além de ilustres brasileiros, lutando até vencer. E a redemocratização foi uma conquista de todos os brasileiros.

Mas, Sr. Presidente, naquela luta, nossos advogados não foram meros coadjuvantes; estiveram na linha de frente, defendendo presos políticos perseguidos pelo regime.

Como Senador, não como advogado, rendo minhas homenagens a um brilhante advogado da nossa cidade, que foi eleito Senador na primeira eleição do Distrito Federal e já presidiu a OAB-DF, o ex-Senador e Ministro Maurício Corrêa, combativo pela democracia e vitorioso nas várias frentes que enfrentou.

Homenageio ainda outros ilustres advogados do DF: Sigmaringa Seixas pai e filho também foram na OAB combativos e expressivos daquele período que só lembramos para nos referir aos seus heróis, tamanha a violência cometida contra a cidadania.

Homenageio também o Dr. Reginaldo de Castro, advogado que circula entre nós na nossa cidade, que aqui se faz presente e que foi Presidente da Ordem em 1998 e 2001.

Citei o nome desses ilustres juristas apenas por não poder citar nominalmente todos os demais advogados e ex-presidentes da OAB-DF que contribuíram para a reconquista da liberdade e participaram intensamente do processo de redemocratização nacional. A OAB-DF comemora 50 anos agora em 2010, ou comemorou. Tem a mesma idade da nossa Capital. Como no Brasil, a história da instituição se confunde coma própria história de Brasília.

Movidos pela presença e a perseverança de JK, corajosos advogados vieram consolidar a instalação da nova Capital. Pois sem o trabalho deles isso não seria possível. A presença da OAB garante não apenas aqui, no Distrito Federal, mas em todo o Brasil uma democracia atuante, que respeita, que defende os movimentos sociais.

Aceitem, pois, ilustres advogados, as minhas homenagens. À sua Ordem, uma das mais consolidadas instituições de classe brasileira, desejo cada vez mais sucesso e presença na democracia brasileira.

O Senado brasileiro tem entre seus Senadores brilhantes juristas e entre seus servidores, advogados da maior competência. Isso é motivo de orgulho para todos nós que participamos desta Casa.

Que o Brasil possa sempre contar com a competência, o senso cívico e o destemor na luta pela legalidade com que os advogados brasileiros e sua Ordem nos presenteiam.

Tenho oportunidade de conviver no dia a dia com o ex-Ministro Bernardo Cabral, que também foi presidente desta instituição há alguns anos. Uma pessoa de fino trato e de conhecimentos importantes na área do Direito.

Deixo aqui as minha homenagens, sem participar dessa categoria, aos advogados do Brasil, a todos os ex-presidentes, a todos os membros superiores da Casa, dizendo: salve a Ordem dos Advogados do Brasil!

Meus parabéns pelos 80 anos! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro amigo Senador José Sarney, Presidente do Senado, Senadores e Senadoras presentes, Dr. Ophir Cavalcante, peço sua permissão para resgatar aqui um cumprimento entre advogados, colegas, que eu sou. O senhor está do lado do presidente da seccional do meu Estado, que cumprimento com muita satisfação, e a todos os colegas aqui presentes.

A questão não é fazer 80 anos, Dr. Ophir, é completar 80 anos de existência de atividade, continuando a gozar do respeito da população brasileira. Isso é que eu acho importante. Isso é que eu acho fundamental. Há muitas instituições aí completando 80, como disse o jovem Senador Pedro Simon, muitas instituições longevas, mas a OAB tem esta característica: completa 80 anos de idade continuando a gozar plenamente do respeito da população brasileira. É isso o que gostaria de destacar e louvar, como advogado que sou. Mantenho a minha OAB em dia. Há colegas que me perguntam: “Mas, Geraldo, por que você ainda paga a OAB?” E a minha resposta é uma só: eu pago porque não nasci Senador, mas vou morrer advogado. Está entendendo, Dr. Ophir? Não nasci Senador, mas vou morrer advogado com muito prazer, com muita honra, inclusive. Militei alguns anos e, lá pelas tantas, resolvi fazer concurso público. Dei azar, passei no concurso para a Procuradoria da Fazenda Nacional. Dei azar, eu acho, para a Procuradoria, porque, para mim, foi um privilégio. Atuei vários anos na Procuradoria, órgão importante desta Nação. Na verdade, o que fiz foi trocar a possibilidade de advogar para vários clientes – a minha banca era pequenina – pela de advogar para um cliente só, a União, a Fazenda Nacional.

E, na condição de Procurador da Fazenda, Dr. Ophir, numa ocasião eu despachava com um magistrado e, lá para tantas, disse: “doutor, o senhor...” Ele

não me deixou nem concluir e disse: “Senhor não; excelência”. Assim mesmo, na tampa. Eu fiquei ali meio sem graça, mas... Hoje, Dr. Ophir, acompanhando a sua luta, a sua defesa pela aprovação de matérias legislativas que dizem respeito aos interesses dos advogados públicos do Brasil, eu compreendo aquela atitude. Hoje eu compreendo. Vejam: todos nós somos operadores do Direito – advogados, Ministério Público, juízes –, mas uns são mais operadores do Direito que outros, tendo em vista as condições que recebem, que exercitam em relação aos demais. E é por isso que hoje eu digo que compreendo o comportamento e a atitude daquele magistrado, categoria por que eu tenho o maior respeito, mas compreendo também por que a OAB se une aos advogados públicos na defesa de aprovação de matérias no Congresso Nacional que atribuem aos advogados públicos prerrogativas outras, próprias de magistrados e de membros do Ministério Público, estabelecem uma paridade entre e remuneração desses profissionais. O que eu, sinceramente, estranho muito, estranho muito, é que alguns juízes – eu não digo de todos, pois duvido muito que sejam todos os juízes deste País –, pelo menos algumas de suas organizações, vieram a público criticar e defender a rejeição desses projetos.

Aí eu fico pensando, Dr. Ophir, o que eles perdem com isso. Em que momento, em que circunstância, os magistrados deste País e os membros do Ministério Público perdem se o Congresso Nacional aprovar medidas, proposições legislativas, estabelecendo uma equiparação salarial entre advogado, Ministério Público, e juiz; advogado público, bem entendido.

O que eles perdem se a prerrogativa da inamovibilidade for estendida aos advogados? O que eles perdem afinal? Eu não estou compreendendo, eu não estou entendendo, como diz o outro. Eu não estou entendendo.

Sobre aquele episódio ao qual me referi, poderíamos dizer: “Mas foi um episódio isolado”. Não é, não! Não é, não! Ouço e ouvi, muitas vezes, de alguns colegas a insatisfação por vivenciarem situações parecidas em face de magistrados, em face de membros do Ministério Público. Isso é ruim! Isso é ruim! O ideal é que esse triângulo que opera o Direito tenha, pelo menos, condições e direitos iguais para que aquilo que buscamos realizar se efetive da melhor forma possível.

Portanto, eu queria aqui juntar as duas coisas: eu não diria parabenizar a OAB, mas me solidarizar e confraternizar, como advogado que sou, com todos vocês, com todos os advogados brasileiros, públicos ou privados, ofício, como eu disse, do qual eu me orgulho muito. Ofício do qual eu me orgulho muito. Mas, ao mesmo tempo, eu queria, aí sim, parabenizar a OAB pela

coragem de vir a público sustentar com argumentos, defender com convicção a aprovação de tais projetos, aos quais eu me refiro – e todos nós sabemos a que estou me referindo.

Portanto, são duas manifestações de parabéns à OAB e, mais uma vez, ao seu comportamento coerente, altaneiro, consciente de que só a busca e a realização do equilíbrio, da equidade entre aqueles chamados “operadores do Direito”, só essa busca, só essa realização levará a que nesse triângulo de profissionais haja a troca e a convivência do respeito, da consideração entre pessoas que têm o mesmo propósito, ou seja, realizar a justiça em nosso País.

Trouxe a obra, Dr. Ophir – está aqui em mãos –, não foi à toa. Foi para pedir ao meu querido amigo e ilustre colega, Dr. Ophir, que me ofereça esta obra. Porque, daqui a alguns anos, quero abrir meu modesto escritorzinho, levar meus netos lá e dizer: “Olha aqui, estive presente, por ocasião da comemoração dos 80 anos da OAB, e tive a honra de receber um oferecimento desta obra daquele que, na ocasião, presidia a Ordem dos Advogados do Brasil com a maior lisura, com a maior dignidade, granjeando o respeito não só da Nação brasileira como o de todos os seus colegas, que o têm na maior consideração”.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AC) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney; Sr. Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Cavalcante Júnior; Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Valter Pereira, autor do requerimento em homenagem à OAB; demais componentes da Mesa, meus cumprimentos. E meu cumprimento especial àqueles que ocuparam, com muito brilho e competência, a Presidência da OAB e que se encontram prestigiando esta solenidade: Drs. Cezar Britto, do meu querido Estado de Sergipe; Ophir Filgueiras Cavalcante, pai do atual Presidente da OAB; Rubens Approbato; Roberto Busato; Reginaldo de Castro; Mário Sérgio Duarte Garcia; Hermann Baeta. Todos eles, com uma atuação marcante, deram o seu contributo, deram a sua contribuição ao aperfeiçoamento da democracia em nosso País e à valorização da carreira dos advogados.

Sr. Presidente, os oradores que me antecederam já cumpriram o seu papel – aliás, muito grato para todos nós – de homenagearem com palavras que representam a expressão do sentimento do Senado e já colocaram, perante esta tribuna e diante deste Plenário, as qualidades, as virtudes e os serviços inestimáveis

prestados por esta instituição que honra a democracia brasileira, a OAB.

Portanto, procurarei ser o mais breve possível. E para não ser repetitivo, eu pediria à Mesa que fizesse constar dos Anais da Casa o discurso escrito que aqui está. E farei apenas algumas breves considerações sobre este momento tão excepcional da vida do Brasil, quando a OAB completa 80 anos de existência, 80 anos de sua criação.

Estamos no Senado Federal, a Casa dos Estados e também uma Casa que faz leis, que participa ativamente da elaboração de uma legislação que seja a mais moderna possível, a mais representativa possível da realidade do Brasil.

É verdade que existe no Brasil uma enxurrada de leis, uma pletera de leis, como costumam dizer os advogados. E essas leis deixam para o advogado uma grande tarefa, a de, buscando o princípio da ampla defesa, do contraditório, extrair da lei o que há de mais significativo para livrar os seus constituintes dos dissabores de uma justiça mal aplicada.

As boas leis deveriam conviver com um país democrático, e não é a quantidade de leis, o montante ou volume de legislação que vai fazer a montagem de um edifício verdadeiramente democrático. As boas leis valem mais do que muitas leis que não deveriam nem existir. “Quanto maior o número de leis, maior o número de transgressões a elas”, já disse Havelock Ellis.

O Poder Legislativo, então, deve primar por fazer leis que vão na direção a mais simples possível, de defender o cidadão das vicissitudes proporcionadas muitas vezes por um país ainda injusto e desigual como é o Brasil. Para enxergarmos claro, basta que mudemos a direção do olhar, como já dizia o autor de **O Pequeno Príncipe**.

As leis anteriormente, desde tempos imemoriais, assinalam que, na história da humanidade, as leis conviviam com a vontade do soberano.

A vontade do mais forte é que preponderava. Daí se originavam as leis. Raramente, como aconteceu na Grécia, onde o povo se reunia na praça e construía o seu arcabouço jurídico, na maior parte dos séculos, nós tivemos uma humanidade que criava a lei para perpetuar as elites no poder.

Daí é que, ao longo do tempo, criou-se um princípio que consta da nossa Constituição: o Estado de direito. O Estado de direito que preserva os direitos fundamentais, preserva os direitos sociais, preserva os direitos econômicos. Em última análise, o Estado de direito é o que traduz a democracia reinante em uma nação: a liberdade, o respeito ao cidadão, as leis vigentes sendo obedecidas, e que não são criadas por vontade dos governantes, e a autoridade dos

governantes, em um regime de Estado de direito, é tão mais forte quanto mais ele respeita a legislação, porque ela não foi construída para a autoridade, foi construída para o povo.

Então, uma nação que não obedece às leis é uma nação que tende à tirania. Em um Estado de direito, os governantes, como eu disse, que querem descumprir a lei têm que sofrer os constrangimentos da lei que nós aprovamos no Poder Legislativo. No regime democrático, ninguém pode se considerar dono do poder, a não ser em razão da vontade do povo e em obediência às leis vigentes.

De sorte que ninguém sabe mais disso, ninguém prega mais isso do que nós, advogados. Nós, que curamos a faculdade naquele ideário de um dia exercermos a profissão, de sermos um advogado, de sermos um membro do Ministério Público ou do Judiciário ou mesmo do Legislativo, sempre pensamos que o direito é aquilo que garante a verdadeira felicidade do cidadão.

Nós, que estamos aqui convivendo no Congresso Nacional há muitos anos, sou membro da Comissão de Justiça há quase 16 anos, pude testemunhar o quanto a Ordem dos Advogados do Brasil nos ajudou no aperfeiçoamento da legislação em nosso País.

Todos aqueles que passaram pela presidência da OAB, todos aqueles que tiveram a incumbência e a missão de representar os advogados aqui deram a sua contribuição à feitura, à elaboração das nossas leis, dos nossos códigos, ao aperfeiçoamento da legislação ambiental. Enfim, tudo aquilo que aqui foi aprovado teve, direta ou indiretamente, a participação da OAB, e não poderia ser diferente.

Agora, é verdade que nunca vivemos, talvez, desde que eu me entendo como político, como cidadão, nunca vivi um período de tanta liberdade, de tanta autonomia política das nossas instituições como estou vivendo hoje, a ponto de algumas delas exagerarem nas suas atribuições. Muitas vezes, por falta de uma atuação mais célere do Legislativo, vez por outra o Judiciário se adianta e legisla no lugar do Poder Legislativo. E eu acredito que esta não é função do Judiciário: legislar.

Para tanto, nós temos que melhorar a atuação da função parlamentar. E aí é onde a OAB acerta em cheio, ao comemorar 80 anos e colocar como tema principal dessas comemorações, no seu seminário, a reforma política. Porque aí está um nó górdio da política do Brasil, é a reforma mãe das mães, ou seja, é a mãe das reformas, a reforma política, porque é através da reforma política que poderemos conceber um novo modelo para a escolha dos nossos representantes. O povo está aí, que é o verdadeiro detentor do poder.

Mas, quantas vezes esse povo não o exerce com a clareza que deveria exercer e os seus representantes trabalham para enfraquecer a verdadeira fonte do poder, que é o povo?

Portanto, parabéns OAB, por focar a reforma política como tema importante! A reforma política, a fidelidade partidária, a reeleição, a figura da reeleição, que, a meu ver, deve ser substituída por cinco anos de mandato, a federação de partidos políticos para reduzir este número incomensurável de partidos – mais de trinta registrados no Tribunal Superior Eleitoral, o que traz sérias dificuldades para o Presidente da República, para os nossos governantes negociarem, um a um, com todos os partidos.

Nessa semana mesmo, estive em uma reunião com o Presidente Lula, como líder do PSB. Lá é uma sala mais ou menos deste tamanho e estava completamente cheia, superlotada de representantes, de presidentes de partidos, de líderes de partidos. Imagino o quebra-cabeça que representa para um presidente da república fazer articulação política com tantos partidos.

Não estou pregando contra a pluralidade partidária, mas a favor da qualidade partidária. A quantidade não significa boa qualidade da representação popular. Por isso, a Federação teria esse condão de unir dois ou mais partidos ideológicos com a mesma doutrina política numa mesma agremiação sem desconstituir a existência dos partidos que integram essa Federação e dela participam. Enfim, o voto distrital misto ou lista fechada? Parlamentarismo ou presidencialismo? Qual o melhor regime para o Brasil? Ah, já derrubamos duas vezes o regime parlamentarista! Claro, o Presidente da República, que queria governar, como Presidente já pregava desde então que se derrubasse o regime parlamentarista.

Então, acho que a menção à reforma política é elogiável, e merece os parabéns de todos nós que compomos o Senado Federal a OAB, por ter escolhido como tema principal dos 80 anos de sua existência, de sua criação, a reforma política, porque aí está a verdadeira essência do aperfeiçoamento democrático: uma reforma política que tenha representantes à altura, com dignidade, com competência e, acima de tudo, com poder de realmente resolver alguma coisa em favor deste País.

Quero, ao finalizar as minhas palavras, por intermédio do Presidente da OAB, Dr. Ophir, parabenizar a OAB pelos seus 80 anos, e dizer que desde a época em que fui estudante de Direito, até os tempos atuais, quando exerço pela terceira vez consecutiva – um sergipano pela terceira vez consecutiva se elegeu pelo voto direto do povo –..., minhas homenagens à OAB

por esse aniversário que é marcante na história das instituições do Brasil. Tudo o que aconteceu de bom neste País teve sempre a participação efetiva da OAB; e, nos momentos mais decisivos da nossa história, no momento em que a ditadura desejava dominar o nosso povo, desejava se perpetuar no poder, veio a coragem cívica da OAB, dos seus representantes, em defesa da liberdade e da democracia.

Meus parabéns, OAB! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AC)

– Com a palavra o Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney; Sr. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Cavalcante, em seu nome cumprimento as demais autoridades do mundo jurídico aqui presentes; prezado Senador Valtter Pereira, autor do requerimento desta homenagem; quero saudar os demais advogados aqui, na presença do meu conterrâneo Dr. Francisco Esgaib, Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil; meus senhores e minhas senhoras.

Sr. Presidente, serei breve.

No momento em que nossa Casa presta as mais justas homenagens à Ordem dos Advogados do Brasil, pelo honroso transcurso dos seus 80 anos de existência, não poderia furtar-me a esta breve e objetiva intervenção.

Uma das mais atuantes e representativas instituições da sociedade civil, a OAB tem-se mostrado presente em todos os momentos decisivos da história de nosso País.

Sua organização remonta a 1843, com a fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB, cuja finalidade era, conforme o art. 2º de seus Estatutos, “organizar a Ordem dos Advogados, em proveito geral da ciência e da jurisprudência”.

Em face, contudo, das grandes resistências encontradas, sobretudo pelos rúbulas, advogados informais de então, várias foram as tentativas frustradas no sentido da pretendida criação. E, assim, rejeitou-se cerca de uma dezena de projetos encaminhados ao Congresso Nacional, até que, quase 100 anos depois, a OAB foi finalmente fundada em meio aos tumultuosos tempos da Revolução de 1930.

Desde então, a OAB foi constante partícipe dos mais importantes episódios que marcaram a História do Brasil. Como, por exemplo, nas campanhas das Diretas Já e da Constituinte, e nas várias manifestações em favor dos direitos humanos, a OAB tem desempenhado papel preponderante, como legítima defensora do Estado democrático de direito.

Honrando a memória do seu patrono, o grande Rui Barbosa, a Ordem dos Advogados do Brasil não se limita à representação da classe dos advogados, mas se empenha cada vez mais a ajudar, a edificar a consciência cívica e definir os rumos políticos do Estado e do povo brasileiro.

Guardiã da fiel observância dos princípios constitucionais, a OAB luta também constantemente para elevação do nível de ensino jurídico em nosso País, como forma de assegurar às gerações vindouras a continuidade e o aperfeiçoamento desse canal de asculta aos anseios populares e de interlocuções entre os mais diversos setores ideológicos e segmentos da nossa cidadania.

Fórum das grandes reflexões, da incansável busca por melhores condições para o pleno desenvolvimento de nosso sistema político e de nossas salvaguardas jurídicas, a Ordem dos Advogados do Brasil é, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, um dos baluartes com que sempre podemos contar, na defesa da liberdade e da justiça.

Por isso, o Brasil, enquanto Estado e enquanto Nação, muitíssimo deve de sua maturidade à experiência interativa com esta excelsa instituição.

Em nome da classe política e dos cidadãos mato-grossenses que tenho a honra de representar, é com efusiva satisfação que me congratulo na data de hoje com a OAB e com seus dirigentes, desejando que o prosseguir de sua caminhada continue coroado de êxito e pleno de realizações.

E para concluir, Sr. Presidente, Dr. Ophir Cavalcante, o Congresso Nacional tem feito um grande esforço, capitaneado e liderado pelo Presidente José Sarney, no sentido de modernizarmos os instrumentos que possamos disponibilizar em favor da democracia e da liberdade de expressão neste País.

Sr. Presidente, amanhã mesmo, em Cuiabá, junto com o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Toffoli, será discutida a reforma eleitoral. Fundamentalmente, o Brasil terá que passar por uma grande reforma, seja no Código Civil, no Código Penal, ou por uma reforma política, que acho fundamental, na medida em que o próprio Senador Antonio Carlos Valadares foi muito feliz ao dizer da importância que representa essa reforma.

É inconcebível que o nosso País tenha mais de 30 partidos, na medida em que muitos deles são apenas para balcão de negócios. Nós precisamos fazer essa reforma, pois, quando se fala em ficha-suja e não se inicia uma reforma eleitoral e política, jamais teremos aqui verdadeiramente um processo eleitoral de forma transparente.

Particularmente defendo essa tese e espero que, sob a liderança do nosso Presidente José Sarney, que tem feito esforço sobrenatural para modernizarmos nossas leis, discuta-se aqui, neste exato momento, uma mudança real, uma transformação real. Temos instrumentos e ferramentas suficientes para fazermos deste País, com certeza, uma Nação de oportunidades, mas, acima de tudo, um Brasil com justiça social.

Muito obrigado.

Parabéns à Ordem dos Advogados do Brasil.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Teremos, agora, a satisfação de ouvir o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Ophir Cavalcante Júnior.

**O SR. OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR** – Eminentíssimo Presidente José Sarney, democrata que tem uma larga folha de serviços prestados a este País, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, que, por duas vezes, permitiu a quebra do protocolo: a primeira, ao marcar esta sessão para o dia 18 de novembro, uma quinta-feira, quando a Ordem completa exatamente oitenta anos – o Regimento Interno do Senado e do Congresso Nacional não permitiria, mas V. Ex<sup>a</sup> abriu essa exceção –; a segunda, ao permitir que eu pudesse, em nome da advocacia brasileira, usar esta tribuna, que é a tribuna do cidadão e, neste momento, é a tribuna também do advogado.

Cumprimento também ao Senador Valter Pereira, que teve a grata ideia de nos homenagear neste dia e firmou, em primeiro lugar, requerimento nesse sentido, no que foi secundado por todos os demais Senadores que nos honraram com esta sessão solene aqui no Senado Federal.

Meu querido Carlos Mathias, Ministro do STJ já aposentado e que muito nos honra com a sua presença; Srs. Presidentes Seccionais aqui presentes, Lúcio Glomb, do Paraná, e Florindo Poersch, do Acre – estiveram conosco já outros Presidentes que, por conta de viagem, tiveram que se ausentar, como o Presidente Henrique Mariano, de Pernambuco –, Srs. Conselheiros e Conselheiras Federais aqui presentes, que heroicamente vêm resistindo a este trabalho que temos desenvolvido desde terça-feira, com reuniões do Conselho Federal, com reuniões do nosso seminário sobre a reforma política e, agora, prestigiam-nos neste momento, sem os senhores esta caminhada seria impossível. A todos, o meu agradecimento especial: de coração, sou muito grato a cada um e a todos os senhores presentes e àqueles que aqui estiveram.

Vou nominar os ex-Presidentes, que são eternos Presidentes para todos nós, vou nominar todos os que estiveram aqui – alguns tiveram de viajar, não

puderam ficar até o final, e outros continuam nos honrando com sua presença –: Mário Sérgio Duarte Garcia, Ophir Filgueiras Cavalcante, Reginaldo Oscar de Castro, Rubens Aprobato Machado, Roberto Busato, Cezar Britto, Hermann Baeta – acredito que não esqueci de nenhum.

Também nos honrou com sua presença aqui Sebastião Caixeta, que é Procurador e Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; também a querida Herilda Balduino nos honrou com sua presença.

Meus colegas, minhas colegas, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, quero a todos saudar, ainda que na ausência da Senadora Serys, que também nos recebeu de uma forma muito amigável, de uma forma de que jamais esqueceremos.

Eu quero dizer, Sr. Presidente Sarney, que nada na vida acontece por acaso: quis Deus que a Ordem dos Advogados do Brasil completasse oitenta anos durante a nossa gestão. E ao olhar para todo o passado que esta entidade construiu, não tenho dúvida alguma de que é um orgulho muito grande hoje presidi-la.

A Ordem esteve presente em grandes momentos da vida deste País, desde o Império até os dias atuais, demonstrando o seu compromisso com a justiça, o seu compromisso com a democracia, o seu compromisso com a cidadania deste País, e sempre pautada num documento básico, o documento que deve ser a Bíblia de todos nós, brasileiros, sobretudo dos homens públicos, que é a Constituição Federal.

A atuação corajosa e destemida da nossa entidade foi para preservar bens maiores para a sociedade brasileira, sobretudo as liberdades, fundamento essencial para qualquer Estado efetivamente democrático de direito. E sempre o fez, Srs. Senadores, com independência e autonomia. A Ordem nunca teve, não tem e não terá qualquer alinhamento ideológico, qualquer alinhamento político, qualquer alinhamento partidário e, muito menos, recebe ou receberá verbas de governos de quem quer que seja. A Ordem, Sr. Presidente Sarney, é mantida com o dinheiro suado da advocacia brasileira, que não deixa de empreender todos os esforços para manter a dignidade da Ordem, para manter a sua, meu caro Senador Pedro Simon, que é um exemplo para todos nós de dignidade e de independência também: independentemente de partidos, é um democrata brasileiro que muito nos honra e nos inspira também a continuar nessa luta.

A Ordem nasceu no Estado Novo, na época de Getúlio Vargas, mas já nasceu predestinada a ter um papel efetivo dentro da sociedade brasileira. No documento de criação da Ordem, dizia-se – Getúlio quase que não o assina por conta disso – que a Ordem teria

uma certa independência. O Desembargador André Faria Pereira, que levou o documento, justificou o fato ao Presidente Getúlio Vargas, à época, dizendo que isso não era nenhum privilégio, mas o reconhecimento da dignidade de uma profissão.

A dignidade nos levou à responsabilidade, e foi justamente essa responsabilidade com os destinos deste País que fez com que a Ordem ingressasse em diversas lutas, aqui já amplamente mencionadas pelos Senadores que nos antecederam.

O peso dessa responsabilidade, Senador Valadares, Senador Simon – o Senador Flexa teve que se retirar –, podem ter certeza, é muito grande. Mas ele não é carregado isoladamente pelo presidente da entidade nem pelos presidentes das seccionais: ele é carregado pelos mais setecentos mil advogados brasileiros, que têm na sua entidade e na advocacia a razão de ser de suas existências. Eu tenho certeza, Presidente Sarney, de que se o senhor perguntar para qualquer advogado, de qualquer recanto deste País, se ele tem orgulho da sua profissão, todos responderão que sim.

A advocacia brasileira está cada vez mais ciente e consciente das suas responsabilidades, nunca abandonando a atuação ética, a atuação séria, a atuação destemida, que é o papel de todo advogado brasileiro. E a sua entidade, Senador, também está atenta aos reclamos da sociedade e está atenta à Justiça, para que ela seja efetivamente um porto seguro para o cidadão, mas quer continuar contribuindo para o fortalecimento da democracia.

Por isso, ao comemorar oitenta anos de existência, a Ordem não ficou num festejo simples que poderia fazer, de divulgar documentos de divulgar documentos, de lançar livros. Também fizemos tudo isso, mas fomos mais além. Lançamos uma proposta ou tentamos colocar – e vamos dar sequência a esse trabalho – a reforma política no centro dos debates deste País.

Não tenho dúvida de que, no governo que agora inicia, na legislatura que iniciará em fevereiro, essa matéria será recorrente. A Ordem vai continuar trabalhando para o fortalecimento deste País. Nós só podemos ter uma democracia efetivamente no Brasil se avançarmos nas mudanças, e a reforma política é uma mudança essencial. É essencial, já iniciou, com o Ficha Limpa, e vai continuar. Vamos discutir, de forma profunda, de uma forma responsável, mas trazendo a sociedade para perto do Parlamento.

Nós acreditamos na força do Parlamento. Nós acreditamos que a política é a arte de transformar e deve sempre transformar para o bem. Agora, a pressão popular vai se fazer presente de uma forma legítima, de uma forma séria e de uma forma responsável. Como está não está bom, é preciso melhorar. E tenho

certeza de que também é essa a perspectiva que os Srs. Senadores têm e que os Srs. Deputados têm aqui no Congresso Nacional.

Por isso, Senadores, quero mais uma vez agradecer essa oportunidade, essa homenagem. Graças a Deus, ela foi feita dentro da casa do cidadão, dentro da casa do povo, que é o Legislativo.

A Ordem recebe essa homenagem com muita felicidade, com muita alegria, sabendo da sua responsabilidade. E esse reconhecimento que os Srs. Senadores hoje prestam à nossa entidade jamais será esquecido.

Para finalizar, quero pedir aos meus amigos, aos colegas advogados, aos conselheiros federais, aos ex-presidentes da Ordem, que nunca nos faltam com sua palavra, com sua presença e, sobretudo, com seus conselhos, que continuemos unidos. A Ordem só será grande, só continuará sendo grande como é se tivermos unidade de propósitos e firmeza de ideais, porque, Senador, o nosso Partido é o Brasil.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a nossa entidade! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Sr. Senador Valter Pereira, primeiro signatário do requerimento para que o Senado tivesse oportunidade de prestar esta justa homenagem à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nesta data; Sr. Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, Sr. Ophir Cavalcante Júnior – sentimo-nos honrados com sua presença, sobretudo pelo seu talento agora mesmo demonstrado nas palavras que proferiu nesta Casa –; Dr. Carlos Fernandes Matias, Vice-Reitor da Unilegis; Sr. Florindo Poersch, Presidente da Ordem dos Advogados da Seccional do Acre; Sr. José Lúcio Glomb, Presidente da Ordem dos Advogados da Seccional do Paraná; senhores conselheiros federais, senhores membros vitalícios honorários da Ordem dos Advogados, senhores conselheiros seccionais, minhas senhoras e meus senhores, senhores advogados e senhoras advogadas, quero agradecer a todos a presença.

Em primeiro lugar, quero desculpar-me por não estar presente desde a abertura desta sessão. O compromisso, como Presidente da Casa, de receber o Presidente de Zâmbia impediu-me que eu tivesse essa felicidade.

As datas redondas têm justamente esta grande virtude: elas fecham sempre um ciclo. É o que acontece hoje com os 80 anos da OAB.

Certa vez, tive oportunidade de dizer, como uma mensagem poética, que as nações não podiam ser feitas sem três coisas: sem os historiadores, para falarem do passado; sem os políticos, para tratarem do presente;

e sem os poetas, para sonharem com o futuro. Hoje, aqui, nesta solenidade, recordando-me dessa frase, lembrei-me de que devia acrescentar que também não se faz uma nação sem ícones nem legendas. A OAB é um ícone para a sociedade brasileira, é uma legenda, porque conseguiu representar em três letras, no seu símbolo, tudo o que fez ao longo da sua história, na sua tradição de luta, na sua tradição de bravura, na sua coragem. Além disso – por que não dizer? –, dentro desse símbolo, estão também todos aqueles que fizeram essa grande entidade, todos aqueles grandes juristas e advogados, por mais anônimos que fossem, que passaram por essa instituição e a trouxeram até o momento presente de completar seus 80 anos.

A diferença entre a Ordem dos Advogados e o Instituto dos Advogados Brasileiros é que o Instituto dos Advogados Brasileiros, quando foi criado, em 1843, na realidade, tinha por finalidade, como era muito próprio do século XIX, estudar o Direito, estudar, como seus estatutos diziam, as teorias, estudar a jurisprudência, ou seja, não tinha essa visão, esse objetivo de tratar dos interesses da sociedade, inserindo-se nela como uma classe que realmente representava aquilo que há de mais sagrado e que fez a sociedade e a convivência humana, que é o Direito.

A Ordem dos Advogados tem com o Senado uma igualdade que devemos invocar e que muito nos honra: o Patrono da Ordem dos Advogados é Rui Barbosa; o Patrono do Senado Federal é Rui Barbosa. Isso demonstra o quanto os advogados são da nossa convivência e são do nosso reconhecimento.

Quando foi criado o Instituto dos Advogados Brasileiros, quem assumiu a presidência e que pela primeira vez falou em Ordem dos Advogados foi Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, um grande jurista, não tão grande quanto Antônio Carlos de Andrada, porque, durante a Constituinte de 23, já Acaiaba de Montezuma se revelava na defesa do direito e na defesa da criação de cursos de Direito no Brasil. Ele ia muito além: falava até na criação de universidades.

Isso nos leva a fazer a reflexão de que este País foi feito pelo poder civil, de que este País foi feito pelos civis e foi feito dentro desta Casa do Congresso Nacional, na Câmara ou no Senado Federal. Nossa diferença em relação à América espanhola é que esta foi feita em batalhas, em Carabobo, em Ayacucho, que foram feitas na Grã-Colômbia. Nós, não! Logo que o País foi construído, logo em seguida à sua independência, a primeira coisa em que se pensou foi em se fazer uma Constituição e colocar o direito regulando nossas relações.

Então, essa é a diferença do Brasil. Em alguns momentos da nossa história, houve momentos de ar-

bítrio, momentos em que se rompeu essa ordem de direito, mas nunca alguém teve a coragem, mesmo durante esse tempo, de dizer que ia romper a ordem civilista, porque essa era nossa orientação, esses eram os fundamentos da nossa nacionalidade.

O Imperador dissolveu a Constituinte, mas outorgou uma Constituição feita por alguns dos constituintes que nela brigaram, e essa Constituição outorgada assegurou muitos anos de tranquilidade ao Brasil, até o Ato Adicional, tido como uma maneira de a Constituição corrigir seus defeitos.

Portanto, hoje, a Ordem dos Advogados, em seus 80 anos, não é um prolongamento do Instituto dos Advogados Brasileiros, mas é, sem dúvida, um avanço na continuidade do estudo do Direito, com a inserção dentro da sociedade, defendendo a sociedade, defendendo seus direitos, defendendo suas causas. É isso que a Ordem dos Advogados tem feito no nosso País, e é por isso que ela é um ícone nacional. Por isso, digo que uma Nação tem de ser feita não somente com historiadores, com políticos e com poetas, mas também com ícones, como é a Ordem dos Advogados do Brasil.

Portanto, quero agradecer-lhes.

Encerro esta sessão, louvando os advogados do Brasil e todos aqueles estudiosos do Direito, todos os que lutaram para que o País, sob a égide do Direito, fosse mais justo, mais humano e mais digno e representasse um futuro de esperança e de busca da felicidade para o nosso povo, como dizia Jefferson quando fez a Declaração da Independência.

Agradeço a todos.

Suspendo a sessão por cinco minutos, para que todos recebam os cumprimentos, principalmente o Dr. Ophir, de todos nós que, aqui, tivemos a felicidade de participar desta sessão.

Muito obrigado.

*(A sessão é suspensa às 17 horas e 24 minutos; e reaberta às 17 horas e 32 minutos, sob a Presidência do Senador Augusto Botelho.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – Declaro reaberta a sessão deliberativa ordinária.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – A Presidência designa o Senador Alfredo Cotait para integrar, como titular, a Representação Brasileira no Parlamento MERCOSUL, em vaga destinada à bancada da Minoria, conforme ofício nº 73/10-DEM.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 73/10-GLDEM

Brasília, 18 de novembro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Alfredo Cotait para integrar, como titular, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Júnior**, Vice-Líder no exercício da Liderança do Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – A Presidência designa o Senador Raimundo Colombo para integrar, como titular, as Comissões de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Agricultura e Reforma Agrária, e, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos dos expedientes encaminhados pela Liderança do Democratas, **Ofícios nºs 67 e 68/2010 – GLDEM**.

São os seguintes os Ofícios:

OF. Nº 67/10-GLDEM

Brasília, 16 de novembro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Raimundo Colombo para integrar, como titular, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE; e como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJC nas vagas cedidas temporariamente ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e ocupado, temporariamente, até então pela Senadora Níura Demarchi.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Junior**, Vice-Líder no exercício da Liderança do Democratas.

OF. Nº 68/10-GLDEM

Brasília, 16 de novembro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Raimundo Colombo para integrar, como titular, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA na vaga ocupada pelo ex-Senador José Bezerra.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Junior**, Vice-Líder no exercício da Liderança do Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – A Presidência designa o Senador José Agripino para integrar, como titular, as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Educação, Cultura e Esporte; e, como suplente, as Comissões de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Constituição,

Justiça e Cidadania, nos termos dos expedientes encaminhados pela Liderança do Democratas, **Ofícios nºs 069 e 070/2010 – GLDEM**.

São os seguintes os Ofícios:

OF. Nº 69/10-GLDEM

Brasília, 16 de novembro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador José Agripino para integrar, como titular a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e, como suplente, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a Comissão de Assuntos Sociais – CAS e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJC nas vagas ocupadas pelo até então Senador José Bezerra.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Junior**, Vice-Líder no exercício de Liderança do Democratas.

OF. Nº 070/10-GLDEM

Brasília, 16 de novembro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador José Agripino para integrar, como titular, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE na vaga cedida, temporariamente, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB ocupada até então pelo Senador João Faustino.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Junior**, Vice-Líder no exercício de Liderança do Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – A Presidência lembra ao Plenário que a primeira hora da sessão não deliberativa de amanhã, dia 19 do corrente, será destinada a homenagear os grupos vítimas de discriminação e preconceito, de acordo com os **Requerimentos nºs 56 e 879, de 2010**, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo das seguintes matérias:

- **Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2004**, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *acrescenta § 13 ao art. 201 da Constituição Federal, para assegurar a contagem do tempo exercido por estagiário ou*

*bolsista para os fins de fruição de aposentadoria e outros benefícios previdenciários;*

– **Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2006**, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que *acrescenta parágrafo único ao art. 83 da Constituição Federal para instituir férias para o Presidente da República;* e

– **Proposta de Emenda à Constituição nº 85, de 2007**, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *altera o art. 201 da Constituição para instituir hipótese de aposentadoria proporcional no âmbito do regime geral de previdência social.*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PARECER N° 1.489 ,DE 2010**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 441, de 2010, que requer sejam solicitados ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia dados referentes as ações da Eletrobrás Amazonas Energia no Estado do Aamazonas.**

Relator: Senador **Marconi Perillo**

**I – Relatorio**

O Senador Jefferson Praia, cOrn base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos termos dos arts. 215 e 216 do Regirmento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerirmento de InformnaçOes no 441, de 2010, dirigido ao Exrno. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no qua! indaga sobre as açOes da Ele- trobras Amazonas Energia, no Estado do Arnazonas.

O Senador está preocupado corn os constantes racionamentos de energia no seu Estado, que trazern enormes prejuizos econôrnicos e financeiros e com- prornetem a qualidade de vida da população. Consi- dera que o Amazonas fica refém da precariedade da ação governamental no tocante aos investirmentos na geração e distribuição de energia.

Por essa razão, deseja conhecer as principais difi- culdades enfrentadas no forrrecimento de energia e o que a concessionária e o ministério pretendem fazer para as- segurar serviços de qualidade ao povo do Amazonas.

**II – Análise**

A Constituição Federal, no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, inclui- dos os da adinistração indireta. Portanto, o Congresso

Nacional tern o dever constitucional de acompanhar a prestação dos serviços públicos de energia elétrica e cobrar das autoridades Os investimentos que asse- gurem serviços de qualidade.

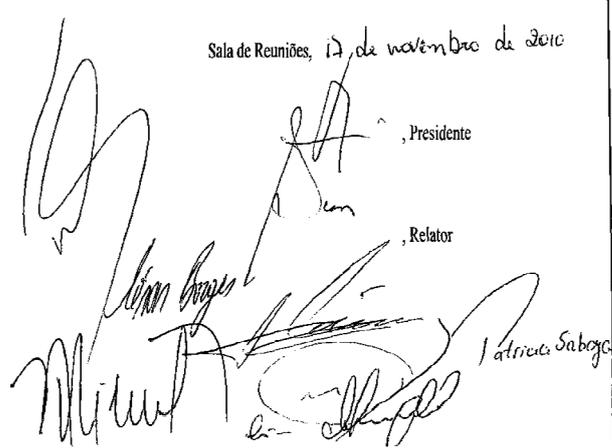
Tal fiscalização é particularmente importante porque O interior do Amazonas vem sendo muito pre- judicado por racionamentos constantes, que trazem transtomos a população e comprometem o desenvol- vimento econôniico e social do Estado. E é justamente para poder acompanhar a atuação da concessionária de energia elétrica que a Congresso Nacional precisa ser informado sobre o Piano de Ação da Eletrobrás Amazonas Energia, bern como sobre as niedidas des- tinadas a robustecer a geraçAo e distribuição.

Em conclusão, consideramos que o Requerimento encontra-se de acordo corn os dispositivos constituçio- nais que regem os pedidos escritos de informaçOes a Ministros de Estado. O Requerimento atende, tam- bém, as exigências do art. 216 do Regimento Intemo do Senado Federal.

**III – Voto**

Do exposto, opinarnos pela aprovação do Re- querimento de nº 44 1, de 20 10.

Sala de Reuniões, 17, de novembro de 2010



\_\_\_\_\_, Presidente

\_\_\_\_\_, Relator

\_\_\_\_\_, Patrícia Saboya

**PARECER N° 1.490, DE 2010**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 506, de 2010, da Senadora Patrícia Saboya, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações do âmbito da Receita Federal, sobre a quantidade e quais empresas aderiram ao Programa Empresa Cidadã, criado pela Lei nº 11.770, de 2008.**

Relator: Senador **Marconi Perillo**  
Relator ad doc: Senador **João Vicente Clau- dino**

## I – Relatório

É submetido ao exame desta Mesa, o Requerimento nº 506, de 2006, mediante o qual a Senadora Patrícia Soboya requer sejam solicitadas ao Exmº Ministro da Fazenda informações, do âmbito da Receita Federal, sobre a quantidade e quais são as empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã, criado pela Lei nº 11.770, de 2008.

A autora não apresentou justificativa a proposição. É, todavia, formulada nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno.

Mediante despacho da Presidência, tenho a honra de relatar a proposição.

## II – Análise

A Constituição Federal assegura o direito de a Mesa do Senado Federal solicitar informações por escrito a Ministro de Estado, conforme art. 50, § 2º, da Lei Maior. Registre-se, por outro lado, que as informações ora solicitadas estão em consonância com as competências legislativa e fiscalizadora desta Casa, conforme determinam, respectivamente, os arts. 49, X, e 70 da Constituição Federal.

Sob o ponto de vista regimental, cabe assinalar que o presente requerimento é dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda, autoridade competente para prestar as informações solicitadas, porquanto a Secretaria da Receita Federal é Órgão vinculado ao Ministério da Fazenda. Portanto, em conformidade com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos dispostos no art. 215, I, a, do Regimento Interno, cabe a Mesa do Senado Federal deliberar sobre o presente Requerimento, atendidas as condições de admissibilidade previstas no art. 216, I e II, do referido diploma legal.

Com efeito, a proposição satisfaz as condições de admissibilidade, porquanto visa tão somente esclarecer assunto atinente a competência fiscalizadora do Senado Federal e não contém pedido de providência, sugestão ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

Quanto ao mérito, importa ressaltar que o Programa Empresa Cidadã foi instituído pela Lei nº 11.770, de 2008, assegurando incentivo fiscal a pessoa jurídica que a ele aderir. Ou seja, dedução do imposto sobre o lucro equivalente ao gasto decorrente da ampliação de 60 dias na licença maternidade concedida a suas empregadas.

Desse modo, as informações requeridas, sobre a quantidade de empresas e quais aderiram ao Programa Empresa Cidadã são, de fato, relevantes para o exercício de competência exclusiva do Congresso Nacional,

no que diz respeito as funções de fiscalização e de controle de atos praticados pelo Poder Executivo.

Revelam-se igualmente importantes para o exame da economicidade, da efetividade e do impacto social da execução do Programa Empresa Cidadã, na medida em que, decorridos quase dois anos de vigência da mencionada lei que o criou, cabe ao Parlamento requerer a obtenção de dados e informações ao Poder Executivo, visando avaliar o efetivo alcance do referido Programa e, se necessário, elaborar proposições legislativas e outras iniciativas parlamentares com a finalidade precípua de assegurar os fins sociais almejados pela citada lei.

Ademais, cabe frisar que o art. 198 da Lei nº 5.172, de 1966, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, veda a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Entretanto, as informações ora requeridas não se enquadram nessa hipótese legal, na medida em que não tratam de informações sobre a situação econômica ou financeira de quaisquer empresas (sigilo fiscal), mas apenas da relação e da quantidade de pessoas jurídicas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã.

Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal entendeu que incide a quebra de sigilo das comunicações de dados quando há interceptação das comunicações sem a devida permissão de autoridade judicial competente, conforme decisão contida no RE nº 418.416, Rel. Sepúlveda Pertence, julgado em 10-5-2006. Com efeito, a doutrina enfatiza que a Corte Suprema, ao decidir sobre a inviolabilidade de dados ou da comunicação de dados, consagrada no art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal, “acabou por consagrar orientação unânime no sentido de que a menção aos dados constantes do art. 5º, XII, refere-se, precisamente, à comunicação de dados.”, conforme lecionam os Professores Gilmar Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco, na obra Curso de Direito Constitucional (2ª ed. rev. e atual – São Paulo: Saraiva/IDP, 2008, pág. 653-655).

Em síntese, depreende-se que as informações solicitadas com o Requerimento sob exame não ferem nem o direito ao sigilo fiscal das empresas, nem o direito à inviolabilidade de dados a que se refere o citado art. 5º da Constituição Federal.

Por fim, a proposição satisfaz as Disposições Gerais sobre Requerimento de Informações, contidas na Seção I do Ato da Mesa nº 1, de 2001, não se lhe aplicando o disposto no art. 7º e, por conseguinte, as

normas contidas na Seção II do citado Ato, uma vez que as informações não se revestem de caráter sigiloso.

**III – Voto**

Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 506, de 2010, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda.

Sala de Reuniões, 17 de novembro de 2010.

Sala de Reuniões, 17 de novembro de 2010

Presidente

Relator

Patrícia Saboga

Ubirajara Borges

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**LEI Nº11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008**

**Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º A prorrogação será garantida a empregada da pessoa jurídica que aderir ao Programa, desde que a empregada a requeira até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal.

§ 2º A prorrogação será garantida, na mesma proporção, também a empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.

Art. 2º É a administração pública, direta, indireta e fundacional autorizada a instituir programa que garanta

prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras, nos termos do que prevê o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito a sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 4º No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo Único. Em caso de descumprimento do disposto no **caput** deste artigo, a empregada perderá o direito a prorrogação.

Art. 5º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada pago nos 60 (sessenta) dias de prorrogação de sua licença-maternidade, vedada a dedução como despesa operacional.

Parágrafo Único. (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º O Poder Executivo, com vistas no cumprimento do disposto no inciso II do **caput** do art. 5º e nos arts. 1º e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará a montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente aquele em que for implementado o disposto no seu art. 7º.

Brasília, 9 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Guido Mantega – Carlos Lupi – José Pimentel.**

**LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966**

**Denominado Código Tributário Nacional**  
**Vide texto compilado**

**Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário Vide texto compilado aplicáveis a União, Estados e Municípios.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda

Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (Redação dada pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes: (Redação dada pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça: (Incluído pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa. (Incluído pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente a autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10-1-2001)

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a: (Incluído pela Lcp nº 104, de 10-1-2001)

I – representações fiscais para fins penais: (Incluído pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública; (incluído pela Lcp nº 104, de 10-1-2001)

III – parcelamento ou moratória. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10-1-2001)

Brasília, 25 de outubro de 1966: 145º da Independência e 78º da República. – **H. CASTELLO BRANCO**  
– **Octavio Bulhões** – **Carlos Medeiros Silva**.

LEI COMPLEMENTAR Nº 104,  
DE 10 DE JANEIRO DE 2001

**Altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º .....  
.....”  
“IV – .....  
.....”

“c) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativas, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo;” (NR)

“.....”  
“Art. 14. ....”

“I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;” (NR)

“.....”  
Art. 43. ....

.....”  
“§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.” (AC)\*

“2º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se data sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referida neste artigo.” (AC)

“Art. 116. ....  
.....”

“Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atas ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.” (AC)

“Art. 151. ....  
.....”

“V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;” (AC)

“VI – a parcelamento.” (AC)  
“.....”

“Art. 155-A. O parcelamento será concedido na forma e condições estabelecidas em específica.” (AC)

“§ 1º Salvo disposição de lei em contrário, a parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.” (AC)

“§ 2º Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento as disposições desta Lei, relativas a moratória.” (AC)

“Art. 156. ....  
.....”

“XI – a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.” (AC)

“Art. 170-A. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.” (AC)

.....

“Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros a saber a natureza e a estado de seus negócios ou atividades.” (NR)

“§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, as seguintes:” (NR)

“I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;” (AC)

“II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar a sujeito passivo a que se refere a informação, par prática de infração administrativa.” (AC)

“§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente a autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.”

(AC)

“§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:” (AC)

I – representações fiscais para fins penais;” (AC)

“II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;” (AC)

“III – parcelamento ou moratória.” (AC)

“Art. 199. ....”

“Parágrafo único. A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros na interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.” (AC)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – José Gregori – Pedro Malan – Martus Tavares.

**PARECER Nº 1.491, DE 2010**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 507, de 2010, que requer ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações relativas a repartição da propriedade fundiária no País.**

Relator: Senador **Marconi Perillo**

Relator **ad doc**: Senador **João Vicente Claudino**

**I – Relatório**

O Senador Pedro Simon, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento no 507, de 2010, no qual requer ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações relativas a repartição da propriedade fundiária no País, “baseadas em notícia divulgada pela imprensa, em especial, pela revista **Veja**, em sua edição nº 5.163, de 5 de maio corrente, com a matéria: “Demarcação de Terras: processos repletos de trambiques antropológicos”:

1. Fornecer mapa/quadro demonstrativo (a semelhança do mapa/quadro da revista **Veja**) dos dados oficiais da situação das áreas de acordo com as seguintes categorias: **a)** de proteção ambiental, discriminadas por sua especificação e natureza (parques nacionais e estaduais, áreas de proteção ambiental, reservas e florestas nacionais etc.); **b)** de assentamentos de reforma agrária em implantação e previstos (áreas desapropriadas); **c)** de quilombos reconhecidas; e **d)** reservas indígenas instituídas e em fase de instituição.

2. Confirmar, especificar e corrigir, se for o caso, quantitativamente e proporcionalmente, o quanto que foi alegadamente colocado pela revista **Veja** como área demarcada e o que realmente significou reserva, posse ou propriedade legal destas terras, assim como o que significam esses valores proporcionalmente a titulação das terras nacionais.

O autor justifica a proposição com base em alegações, contidas na referida matéria jornalística, de que haveria esquemas criminosos tanto para o reconhecimento estatal de integrantes de supostas minorias, tais como indígenas e quilombolas, quanto nas demarcações e invasões de terras.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despatchada a Mesa para decisão.

**II – Análise**

O art. 216 do NSF, que regulamenta a pedido de informações, previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, determina que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido a apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora e que não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Não foi formulada qualquer questão que envolva informações de caráter sigiloso, de acordo com a Lei Complementar nº 105, de 2001. Portanto, a Requerimento nº 507 de 2010, se enquadra no dispositivo acima citado, bem como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata a Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa a decisão em caráter terminativo.

### III – Voto

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 507 de 2010, e seu encaminhamento a autoridade competente.

Sala de Reuniões, 17 de novembro de 2010.

Relator

1ª Vice-Presidente

2ª Vice-Presidente

1ª Secretária

### PARECER Nº 1.492, DE 2010

#### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 509, de 2010.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

### I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Requerimento de nº 509, de 2010, de autoria da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, X, e artigos 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, por intermédio do qual postula-se seja informado pelo

Senhor Ministro de Estado da Fazenda “sobre as operações realizadas pelo Banco do Brasil S/A e o governo do Estado de Minas Gerais, tendo como objetivo a administração da Folha de Pagamento dos servidores estaduais e a exclusividade na concessão de crédito consignado”, dentre outros informes correlatos.

### II – Análise

O Requerimento nº 509, de 2010, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o artigo 90, X e artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, cuida de pedido de informações a Sua Excelência, o Ministro de Estado da Fazenda, “sobre as operações realizadas pelo Banco do Brasil S/A e o governo do Estado de Minas Gerais, tendo como objetivo a administração da Folha de Pagamento dos servidores estaduais e a exclusividade na concessão de crédito consignado”, dentre outros informes correlatos.

A zelosa Comissão postulante traz como justificativa principal e que sintetiza as demais, a “necessidade de maior publicidade e transparência na gestão de órgão sujeito à fiscalização deste Senado Federal”.

### III – Voto

Pelo exposto, concluímos aprovação do Requerimento nº 509, de 2010, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2010.

Presidente

Relator

1ª Vice-Presidente

2ª Vice-Presidente

1ª Secretária

**PARECER Nº 1.493, DE 2010**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 572, de 2010, mediante o qual o Senador Jefferson Praia solicita à Ministra de Estado do Meio Ambiente informações sobre atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação da natureza no Estado do Amazonas.**

Relator: Senador **Marconi Perillo**

Relator **ad doc** Senador **João Vicente Claudino**

**I – Relatório**

Por meio do Requerimento nº 572, de 2010, o Senador Jefferson Praia solicita à Ministra de Estado do Meio Ambiente o envio de “relatório com informações detalhadas sobre ações desenvolvidas em cada unidade de conservação no Estado do Amazonas.”

Na justificação do requerimento o autor argumenta que, em audiência realizada no Senado Federal, foram discutidos vários problemas que a população e os órgãos governamentais enfrentam “para implementar políticas públicas que levem qualidade de vida à população e que, ao mesmo tempo, respeitem as exigências de preservação ambiental.”

Enfatiza que o relatório solicitado visa a proporcionar melhor entedimento sobre: as responsabilidades que o Ministério atribui ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para atuação no Estado do Amazonas; as políticas direcionadas às populações tradicionais da Amazônia; os principais parceiros do ICMBio na execução das ações desenvolvidas pelo Instituto; os principais resultados alcançados; e os problemas enfrentados para a implementação dessas políticas em cada uma das unidades de conservação, bem como as providências tomadas para a resolução desses problemas.

**II – Análise**

A Constituição Federal, por meio de seu art. 49, X, inclui no âmbito da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Além disso, o art. 50, § 2º, da Carta Magna faculta às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados o encaminhamento de pedidos de informações a Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

Essas disposições constitucionais são regulamentadas pelo art. 216, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece que esses requerimentos não poderão conter pedido, providência, consulta,

sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirijam.

A matéria é disciplinada, ainda, pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, o qual determina, em seu art. 1º, § 2º, que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

O requerimento ora examinado destina-se à obtenção de informações sobre uma questão específica: as ações desenvolvidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, em cada unidade de conservação da natureza situada no Estado do Amazonas.

Entendemos que a solicitação contida nesse requerimento tem claro respaldo na legislação supracitada. Há uma falha, todavia, que deve ser corrigida, representada pelo fato de que não se levou em consideração que, ao lado de unidades de conservação federais, a legislação ambiental também contempla a existência de unidades estaduais e municipais, sobre as quais o ICMBio não tem competência. Daí a necessidade de corrigir o texto do requerimento, de modo a contemplar unicamente as unidades federais de conservação.

**III – Voto**

Com base no exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 572, de 2010, com mudança de seu texto, substituindo-se a expressão “cada unidades de conservação” por “cada unidade de conservação federal”.

Sala de Reuniões, 17 de novembro de 2010

 , Presidente  
 Relator  
  
  
  
  


**PARECER Nº 1.494, DE 2010**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações (RQS) nº 585, de 2010, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, por meio do qual solicita informações sobre a Reserva Global de Reversão (RGR), atualmente sob a gestão das Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS).**

Relator: Senador **João Vicente Claudino**

**I – Relatório**

O Senador Marconi Perillo, nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações (RQS) nº 585, de 2010, dirigido ao Ministro de Estado de Minas e Energia, por meio do qual solicita informações sobre a Reserva Global de Reversão (RGR), atualmente sob a gestão das Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS).

O Senador Marconi Perillo deseja saber qual o montante de capitalização da RGR e obter o compromisso da Eletrobras quanto ao cumprimento do art. 18 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que determina a extinção, ao final do exercício de 2010, do recolhimento do encargo relativo a RGR nas contas de energia.

O RQS nº 585, de 2010, é justificado pela preocupação de seu autor quanto a necessidade da desoneração dos consumidores, cujas contas de luz embutem quase 50% de tributos.

**II – Análise**

A Constituição Federal, no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Portanto, o Congresso Nacional tem o dever constitucional de acompanhar a prestação dos serviços públicos de energia elétrica e cobrar das autoridades os investimentos que assegurem serviços de qualidade.

Nesse contexto, conclui-se que o RQS nº 585, de 2010, se encontra de acordo com os dispositivos da Carta que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado.

Note-se, ainda, que o art. 70 da CF determina, **verbis**:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congres-

so Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo Único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.

O dever constitucional do Congresso Nacional de exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Eletrobras impõe a transparência na gestão da estatal **holding** do setor elétrico brasileiro.

Essa fiscalização é particularmente importante no momento em que a Eletrobras se impõe um importante desafio: unificar a gestão de suas controladas, seguindo o exemplo da Petrobras.

Além disso, também deve ser citada a elevada carga tributária a que está submetido o consumidor de energia elétrica no Brasil, que, por si só, justificaria o RQS nº 585, de 2010.

Nossa análise leva, portanto, à conclusão de que o Requerimento encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado.

Note-se, também, que o Requerimento é dirigido à autoridade competente para prestar as informações solicitadas e está em consonância com as normas do art. 216 do Regimento desta Casa.

**III – Voto**

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento de nº 585, de 2010.

Sala de Reuniões, 17 de novembro de 2010.

The image shows several handwritten signatures in black ink. The most prominent signature is at the top, likely belonging to the relator, Senador João Vicente Claudino. Below it, there are several other signatures, some of which are partially obscured or less legible. The signatures are written in a cursive style.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETERIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

**Mensagem de veto**

**Texto compilado**

**Conversão da MPv nº 14, de 2001**

**Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e da outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta a eu sanciono a seguinte lei:

.....  
 Art. 18. Os arts. 1º, 8º, 10 e 11, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....  
 “Art. 24. ....

.....  
 XXII – na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;

.....(NR)

“Art. 8º A quota anual de Reserva Global de Reversão – RGR ficará extinta ao final do exercício de 2010, devendo a Aneel proceder a revisão tarifária de modo a que os consumidores sejam beneficiados pela extinção do encargo.” (NR)

“Art. 10. ....

.....  
 § 5º O disposto no **caput** não se aplica ao suprimento de energia elétrica a concessionária e permissionária de serviço público com mercado

próprio inferior a 300 GWh/ano, cujas condições, prazos e tarifas continuarão a ser regulamentadas pela Aneel.” (NR)

“Art. 11. ....

§ 1º É mantida temporariamente a aplicação da sistemática de rateio de ônus e vantagens, referida neste artigo, para as usinas termelétricas situadas nas regiões abrangidas pelos sistemas elétricos interligados, em operação em 6 de fevereiro de 1998, na forma a ser regulamentada pela Aneel, observando-se os seguintes prazos e demais condições de transição:

.....  
 § 3º É mantida, pelo prazo de 20 (vinte) anos, a

partir da publicação desta Lei, a aplicação da sistemática de rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, estabelecida pela Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, na forma a ser regulamentada pela Aneel, a qual deverá conter mecanismos que induzam a eficiência econômica a energética, a valorização do meio ambiente e a utilização de recursos energéticos locais, visando atingir a sustentabilidade econômica da geração de energia elétrica nestes sistemas, ao término do prazo estabelecido.

§ 4º Respeitado o prazo máximo fixado no § 3º, sub-rogar-se-á no direito de usufruir da sistemática ali referida, pelo prazo e forma a serem regulamentados pela Aneel, o titular de concessão ou autorização para:

I – aproveitamento hidrelétrico de que trata o inciso I do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, ou a geração de energia elétrica a partir de fontes eólica, solar, biomassa e gás natural, que venha a ser implantado em sistema elétrico isolado e substitua a geração termelétrica que utilize derivado de petróleo ou desloque sua operação para atender ao incremento do mercado;

II – empreendimento que promova a redução do dispêndio atual ou futuro da conta de consumo de combustíveis dos sistemas elétricos isolados.

§ 5º O direito adquirido a sub-rogação independente das alterações futuras da configuração do sistema isolado, inclusive sua interligação a outros sistemas ou a decorrente da implantação de outras fontes de geração.” (NR)

.....

**PARECER Nº 1.495, DE 2010****Da Mesa do Senado Federal, sobre o  
Requerimento nº 599, de 2010.**Relator: Senador **Heráclito Fortes****I – Relatório**

Trata o presente processo do Requerimento do nº 599, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, no qual Sua Excelência, com o esteio dos artigos 50, parágrafo segundo, da Constituição Federal combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvida a Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre “a arrecadação e distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, bem como sobre os impactos produzidos pelo PLC nº 315/09 na gestão dos recursos hídricos do país.”

**II – Análise**

O Requerimento nº 599, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos dos artigos 50, parágrafo segundo, da Constituição Federal combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal cuida de solicitação a Sua Excelência, a Ministra de Estado do Meio Ambiente, de esclarecimentos sobre “a arrecadação e distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, bem como sobre os impactos produzidos pelo PLC nº 315/09 na gestão dos recursos hídricos do país.”

Sua Excelência o Senador Arthur Virgílio embasa seu pleito alegando que “por disposição constitucional, o domínio das águas no Brasil e, portanto, a sua gestão, é da União e dos estados. Esse duplo domínio reforça a grande responsabilidade de se conhecer e analisar seu financiamento e o **status** de sua situação. A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos tem papel importante nesse processo.”

Complementa o nobre senador que “o presente requerimento tem por objetivo buscar subsídios para analisar a atual situação da gestão dos recursos hídricos no país, bem como o impacto produzido pelo PLC nº 315/09 nessa gestão.”

**III – Voto**

O Requerimento vem devidamente fundamentado e as razões que o justificam estão conforme o

ordenamento jurídico, além do que as respostas a serem dadas mostram-se relevantes para os interesses do País.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 599, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2010.

Handwritten signatures of the President and the Reporter of the Commission. The top signature is labeled 'Presidente' and the middle signature is labeled 'Relator'.

**PARECER Nº 1.496, DE 2010****Da Mesa do Senado Federal, sobre o  
Requerimento nº 600, de 2010**Relator: Senador **Heráclito Fortes****I – Relatório**

Trata o presente processo do Requerimento do nº 600, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, no qual Sua Excelência, com o esteio dos artigos 50, parágrafo segundo, da Constituição Federal combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido a Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia sobre “a arrecadação e distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, nos anos de 2007, 2008 e 2009.”

**II – Análise**

O Requerimento nº 600, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos dos artigos 50, pa-

rágrafo segundo, da Constituição Federal combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal cuida de solicitação a Sua Excelência, o Ministro de Estado das Minas e Energia, de esclarecimentos sobre “a arrecadação e distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, nos anos de 2007, 2008 e 2009.”

Sua Excelência o Senador Arthur Virgílio embasa seu pleito alegando que “por disposição constitucional, o domínio das águas no Brasil e, portanto, a sua gestão, é da União e dos estados. Esse duplo domínio reforça a grande responsabilidade de se conhecer e analisar seu financiamento e o **status** de sua situação. A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos tem papel importante nesse processo.”

Complementa o nobre senador que “o presente requerimento tem por objetivo buscar subsídios para analisar a atual situação da gestão dos recursos hídricos no País, as controvérsias em torno do processo de distribuição de valores arrecadados e a impacto produzido pelo PLC nº 315/09 na gestão desses recursos.”

**III – Voto**

O Requerimento vem devidamente fundamentado e as razões que o justificam estão conforme o ordenamento jurídico, além do que as respostas a serem dadas mostram-se relevantes para os interesses do País.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 600, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2010.

Handwritten signatures of the President and the Reporter of the Commission. The President's signature is at the top, followed by the Reporter's signature. Below them are several other handwritten signatures, likely of the members of the Commission.

**PARECER Nº 1.497, DE 2010**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 617, de 2010, do Senador Marconi Perillo, que requer sejam solicitadas, ao Ministro de Estado da Defesa, informações sobre os repasses orçamentários para a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, para investimentos no Aeroporto Santa Geneveva, de Goiânia – Goiás.**

Relator : Senador **Mão Santa**

Relator **ad doc**: Senador **Gerson Camata**

**I – Relatório**

O Senador Marconi Perillo requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas, ao Ministro de Estado da Defesa, informações sobre os repasses orçamentários para a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), para investimentos no Aeroporto Santa Geneveva, de Goiânia, capital do Estado de Goiás.

Mais especificamente, as informações solicitadas dizem respeito aos recursos federais repassados e aos investimentos realizados pela Infraero no referido aeroporto desde 2004.

Também são solicitadas informações sobre o cronograma de execução do projeto de construção do novo terminal de passageiros, executado pelo Ministério da Defesa por meio do Departamento de Engenharia e Construção do Exército (DEC).

O requerimento é acompanhado de justificção, em que o autor cita pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), segundo a qual teriam sido repassados a Infraero R\$350 milhões para investimentos no referido aeroporto, e relata problemas em seu funcionamento.

**II – Análise**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição, “as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado (...), importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas”.

O Regimento Interno do Senado Federal admite requerimentos de informações “para o esclarecimento de qualquer assunto submetido a apreciação do Sena-

do ou atinente a sua competência fiscalizadora” (art. 216, I). Os requerimentos não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirijam (art. 216, II).

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o Regimento Interno, determina, ainda, que “as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer” (art. 1º, § 2º).

O requerimento em análise atende plenamente a esses requisitos constitucionais e regimentais.

### III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 617, de 2010.

Sala de Reuniões, 17 de novembro de 2010.

Sala de Reuniões, 17 de novembro de 2010

Mão Santa, Presidente

Fracisco de Assis Moura, Relator

Gerson Camata

### PARECER Nº 1.498, DE 2010

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 648, de 2010, que solicita esclarecimentos acerca do plano de investimentos da Petrobras e de suas subsidiárias no Estado de Sergipe.**

Relator: **Senador Mão Santa**

Relator *ad hoc*: **Senador Gerson Camata**

### I – Relatório

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e com o art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, o Senador Antonio Carlos Valadares submete a consideração desta Mesa a admissibilidade do Requerimento de Informação nº 648, de 2010. O Requerimento sob análise, endereçado ao Ministro de Estado de Minas e Energia, pretende obter informações sobre o Plano de Negócios da Petrobras e suas subsidiárias, particularmente em relação aos investimentos previstos no Estado de Sergipe.

O autor do Requerimento justifica a solicitação com base no histórico de investimentos da Petrobras no seu Estado, na estreita cooperação da Estatal com o Governo Estadual, e na visão de que as sinergias entre as instalações existentes e os planos de expansão futura devam ser priorizadas no Plano de Negócios da Petrobras e de suas subsidiárias. Para aferir se essas sinergias estão sendo efetivamente priorizadas, o Senador Antonio Carlos Valadares solicita detalhamento do plano de investimentos do Grupo Petrobras em Sergipe.

### II – Análise

A análise de admissibilidade prevê a verificação da aderência do Requerimento ao Texto Constitucional, ao Regimento Interno desta Casa e aos Atos da Mesa.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição, “as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado (...), importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.”

O Regimento Interno do Senado Federal prevê requerimentos de informações “para o esclarecimento de qualquer assunto submetido a apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora” (art. 216, I). Além disso, os requerimentos não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirigem (art. 216, II).

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o Regimento Interno, determina, ainda, que “as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer” (art. 1º, § 2º).

O requerimento em análise atende plenamente a esses requisitos constitucionais e regimentais.

**III – Voto**

Ante o exposto, voto pela admissibilidade do Requerimento nº 648, de 2010.

Sala de reuniões 17 de novembro de 2010.

Sala de Reuniões, 17 de novembro de 2010

*[Handwritten signature]*, Presidente

*[Handwritten signature]*, Relator

*[Handwritten signature]* (Voto Simples)

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**PARECER Nº 1.499, DE 2010**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 673, de 2010.**

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

**I – Relatório**

Esta Comissão é chamada a opinar sobre a Requerimento do nº 673, de 2010, de autoria do Senador Jefferson Praia, no qual Sua Excelência, com o esteio dos artigos 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido a Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia sobre “as razões pelas quais a Refinaria de Manaus (REMAN) não foi contemplada, dentro do Plano de Negócios da Petrobras para 2010 a 2014, do aporte de recursos para a sua modernização, da ordem de R\$1,5 bilhão”.

**II – Análise**

O Requerimento nº 673, de 2010, de autoria do Senador Jefferson Praia, nos termos dos artigos 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, cuida de solicitação a Sua Excelência, a Ministro de Estado de Minas e Energia, esclarecimentos sobre “as razões pelas quais a Refinaria de Manaus (REMAN) não foi contemplada, dentro do Plano de Negócios da Petrobras para 2010 a 2014, do aporte de recursos para a sua modernização, da ordem de R\$1,5 bilhão”.

Sua Excelência o Senador Jefferson Praia traz como justificativa a necessidade da modernização da

mencionada refinaria, a fim de esta “entre em consonância com as preocupações de todo o mundo: uma produção capaz de garantir a redução de emissões atmosféricas, especialmente teores de enxofre do diesel e da gasolina”. O nobre Senador acrescenta que “em se modernizando a Reman, seu potencial de compra/consumo da nova matriz energética – o gás natural de urucu – será também assegurado”.

**III – Voto**

Pelo exposto, concluímos aprovação do Requerimento nº 673, de 2010, de autoria do Senador Jefferson Praia.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2010.

*[Handwritten signature]*, Presidente

*[Handwritten signature]*, Relator

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**PARECER Nº 1.500, DE 2010**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre a Requerimento nº 751, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requeridas informações ao Ministro das Relações Exteriores a respeito das relações do Brasil com a Bolívia.**

Relator: Senador **Mão Santa**

Relator *ad hoc*: Senador **Gerson Camata**

**I – Relatório**

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal a Requerimento nº 751, de 2010, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requeridas informações ao

Ministro das Relações Exteriores a respeito das relações do Brasil com a Bolívia.

O Requerimento foi apresentado tendo em vista a preocupação nesta Casa com a atuação do crime organizado nos dois países e através de nossas fronteiras. Na justificção são feitas referências a diversos problemas causados pelas organizações criminosas que atuam na região, com observações de juizes, promotores e autoridades do Brasil e da Bolívia, segundo os quais a situação mostra-se bastante crítica.

## II – Análise

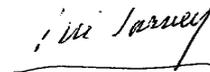
A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regulam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

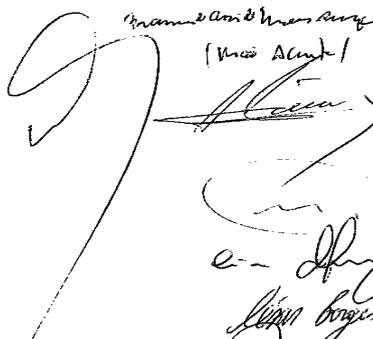
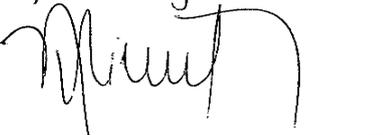
Igualmente, atende os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se refere a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora, não contém tema vedado par aquele diploma legal e nem sujeito a sigilo e se encontra dirigido à autoridade ministerial competente.

## III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 751, de 2010.

Sala de Reuniões da Mesa, 17 de novembro de 2010.

 , Presidente

 , Relator  
  
  


**PARECER Nº 1.501, DE 2010**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o  
Requerimento nº 773, de 2010.**

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

## I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Requerimento de nº 773, de 2010, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, da Constituição Federal e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido o Senhor Ministro de Estado dos Transportes a respeito dos recursos destinados ao Estado de Roraima entre os anos de 2007 e 2010.

## II – Análise

O Requerimento nº 773, de 2010, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, nos termos do artigo 50, da Constituição Federal e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, trata a respeito dos recursos destinados ao Estado de Roraima entre os anos de 2007 e 2010, indagando, especificamente quanto ao “o total de recursos individualizados por rodovia/projeto, com relação das respectivas ordens bancárias e recursos por rodovia desdobrados em subelemento de despesa com identificação do beneficiário da respectiva ordem bancária”.

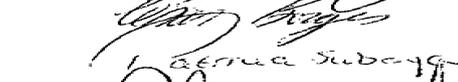
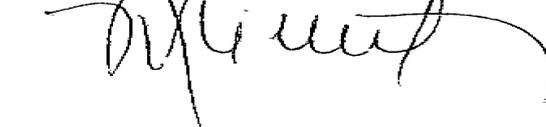
Sua Excelência o Senador Mozarildo Cavalcanti traz como justificativa a fato de “apesar do volume de recursos destinados ao Estado de Roraima a mídia constantemente alardeia sobre a precária situação das rodovias federais naquele Estado.”

O pedido encontra suporte legal e a justificativa a ampara quanto aos fatos.

## III – Voto

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 773, de 2010, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2010.

 , Presidente  
 , Relator  
  
  


**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal em sua 5ª Reunião, realizada em 17 de novembro do corrente ano, deliberou sobre as seguintes matérias:

- Pela aprovação dos **Requerimentos nºs 441, 506, 507, 509, 572, 585, 599, 600, 617, 648, 673, 751 e 773, de 2010, de informação**, nos termos de seus relatórios. Com a aprovação dos Requerimentos nºs 599 e 600, de 2010, nos termos do inciso IV do art. 216 do Regimento Interno, fica interrompida a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, que *altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH*.
- Pela aprovação do parecer sobre o **Requerimento nº 485, de 2010, de informação**, que conclui pelo encaminhamento da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.
- Pela declaração de prejudicialidade do **Requerimento nº 450, de 2010, de informação**, tendo em vista o falecimento do requerente. O Requerimento vai ao Arquivo.
- Pela rejeição do **Requerimento nº 1.466, de 2009**, do Senador Romero Jucá, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 137 e 193, de 2009. O Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2009, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa; e o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2009, vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 897, DE 2010**

**Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção**

**em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido na manhã de hoje, dia 18, em Curitiba, do escultor Espedito Oliveira da Rocha.**

#### **Justificação**

O mundo das artes plásticas perdeu, na manhã de hoje, na capital do meu estado, um artista plástico brasileiro do maior valor e uma figura humana exemplar. Refiro-me ao escultor Espedito Rocha, que se foi, perto de completar 90 anos, vítima de um câncer no pulmão, contra o qual vinha lutando bravamente desde o início do ano.

Autodidata, Espedito Rocha nasceu na pequena Vila Santa Clara, Pernambuco, em 1º de janeiro de 1921, ainda criança, percebeu seu talento para a escultura ao ser convocado pela família para ajudar no preparo da farinha de mandioca. Ao invés de apenas raspar a raiz, como lhe determinavam, ele não resistia à tentação de esculpir nela as figuras que brotavam de sua alma.

O menino logo se viu solicitado a produzir ou restaurar imagens religiosas, o que lhe valeu o apelido de “Espedito Santeiro”. Depois, já adulto, trabalhou como agricultor, mecânico em usinas de açúcar ou operário de indústrias químicas, mas sem jamais abandonar o gosto pela escultura em madeira.

Nos anos 40, Espedito Rocha descobriu e encantou-se com o marxismo, ideologia à qual passou a se dedicar, filiando-se ao Partido Comunista Brasileiro, com a mesma paixão que dedicava à escultura.

Atuante líder sindical, perseguido durante a ditadura militar, por conta de sua convicção ideológica, Espedito Rocha amargou seis meses na prisão. Foi solto sem que descobrissem sua verdadeira identidade, quando decidiu recomeçar sua vida no Sul, mais exatamente em São Paulo, aonde chegou em 1979. No ano seguinte seu talento já era reconhecido e ele fazia sua primeira exposição.

Uma referência do seu sucesso como artista plástico foi a apresentação que mereceu por parte do grande Pietro Maria Bardi. Ele definiu Espedito Rocha como “um dos Homens que desafiam as injunções próprias de quem é ligado ao mundo do trabalho. Na cartilha mais difícil, aprendeu a vida por ela própria. Transformou em poema de aroeira, peroba e cedro tudo o que viu e viveu.”

Já consagrado como escultor, com obras espalhadas por diversos países, Espedito Rocha escolheu para viver a cidade de Curitiba, onde permaneceu até o fim. O escultor deixa sete filhos, treze netos, dois bis-

netos e uma grande saudade em todos aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver.

Por tudo isso, estou certo de que Espedito Rocha se faz merecedor, por parte do Senado Federal, desta homenagem que sinto-me honrado em propor.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2010. –  
Senador **Alvaro Dias**.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/ Partido – RR) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2010**

**PEC da Cidadania**

Artigo 1º - Revoga, em parte, o § 4º, do artigo 14 da Constituição Federal.

Artigo 2º - O parágrafo 4º, do artigo 14, passa a ter a seguinte redação:  
“São inelegíveis os inalistáveis”.

### **JUSTIFICATIVA**

#### **1-INTRODUÇÃO**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), O Brasil ainda ostenta o infeliz saldo de **14,1 milhões de analfabetos**, como é chamada a população que não sabe ler nem escrever, que corresponde a 9,7% da população de 15 anos ou mais em 2009.

E os analfabetos funcionais, como são chamados aqueles que têm menos de quatro anos de estudo, possuem uma taxa duas vezes superior (20,3%).

Pois bem, a Constituição Federal afiança, em seu artigo 5º, que trata **Dos Direitos e Garantias Fundamentais**, que **TODOS** são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se, dentre outros, o direito à igualdade, enquanto o artigo 6º assegura, dentre outros direitos sociais, **o direito à educação**.

Não obstante o direito à educação, assegurado a **TODOS**, a realidade da pesquisa divulgada demonstra que por inúmeras razões, muitos não têm de fato acesso a mesma, *mazela que atinge uma gama significativa de pessoas, que por viver ou ter vivido em locais de difícil acesso, por exemplo, ou por terem padecido diversas penúrias, como a desnutrição, subnutrição, o trabalho infantil, e outros, não conseguiram ser alfabetizados por incompetência Estatal, que por meio de preceito constitucional que deveria ampará-los, conforme fizera a Constituição de 1967, após emenda de 1985, COMO A SE APROVEITAR DA PRÓPRIA TORPEZA, os impede peremptoriamente de serem candidatos a cargos eletivos.*

#### **2- DO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL VIGENTE**

A Constituição Federal de 1988 estabelece no **CAPÍTULO IV**, que trata dos **DIREITOS POLÍTICOS**, nos parágrafos 3º e 4º, do Art. 14, que:

*§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:*

- I - a nacionalidade brasileira;*
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;*
- III - o alistamento eleitoral;*
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;*
- V - a filiação partidária;*
- VI - a idade mínima de:*

- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º - São **inelegíveis** os inalistáveis e os **analfabetos**".

Não há como negar que da simples leitura do referido artigo, constata-se que os **analfabetos** estão sendo vítimas de discriminação inaceitável.

Imagina-se com facilidade, todas as dificuldades enfrentadas pelos ditos "analfabetos", cidadãos que experimentam característico constrangimento e grande problema para reivindicar seus legítimos direitos e interesses, já que a própria palavra usada indevidamente para defini-los soa como pejorativa, denotando a idéia de "fracasso" pessoal, **estigmatizando a pessoa como se tal característica a resumisse como ser humano.**

A corroborar com tal conceito de "inutilidade", vemos a Carta Magna do país impedir grande número de cidadãos, resumidos a meros "analfabetos", de se candidatarem a qualquer espécie de cargo eletivo, retirando-lhes a faculdade de, como sujeitos de direitos que são, tornarem-se elegíveis.

### **3-DA INDEFINIÇÃO E SUBJETIVISMO DO TERMO: "ANALFABETO"**

Muito pior do que o próprio preceito constitucional injusto que se pretende corrigir com esta emenda, é que operadores jurídicos, doutrinadores e juristas, que não se entendem no ato de definir o conceito de "analfabeto", que não está previsto em qualquer legislação, acabam decidindo quando da admissão dos registros dos candidatos, segundo peculiares e subjetivas interpretações, **entendendo, em grande parte que o exercício soberano de ser candidato deve ser relegado somente aos letrados**, o que não coaduna com o ideal de democracia que este parlamento tem a função precípua de defender.

Mas afinal, o que é "analfabeto"?

Adriano Soares da Costa esclarece (a ausência de esclarecimento): **"Não existe um conceito unívoco de analfabetismo, de modo à seguramente ser aplicado no Direito Eleitoral"**.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Teoria da Inelegibilidade e o Direito Processual Eleitoral, editora Del Rey, P. 109

Não existe, portanto, na doutrina pátria ou na legislação vigente, um conceito pronto, seguro, unívoco do que seja, analfabetismo, o que deixa o cidadão, aclamado em Convenção Partidária sob o jugo discricionário de julgadores e representantes do Ministério Público, que muitas vezes pensam de maneira diversa e até opostas, o que pode constituir um verdadeiro atentado ao soberano direito de tais cidadãos se candidatarem.

Portanto, não há como se negar tal direito aos analfabetos, pois a verdadeira sabedoria brota da essência dos homens e essa teoria de que o não alfabetizado deve ser excluído do direito de ser votado é discriminatória e repulsiva, **pois o conhecimento técnico formal exigido, a ética e a moral não caminham sempre lado a lado, existindo candidatos despreparados, corrompíveis e corruptíveis em todas as camadas sociais, independente do nível cultural, já que cultura, não é necessariamente sinônimo de sabedoria.**

**É inegável que existem muitos diplomados ignorantes, assim como existem muito analfabetos sábios.** A sabedoria não se consegue apenas com estudo, razão pela qual são muitos os teoricamente sem cultura, que possuem elevado grau de sabedoria, posto que erudição não constitui, por si só, sabedoria.

Em tal sentido, vejamos o que diz o representante do Ministério Público Luiz Ismaelino Valente: *“Nem a Constituição nem as leis definem o analfabeto... Analfabetismo não é sinônimo de ignorância. Há muito apedeuta com diploma de nível superior. Se é para fazer testes, que se faça um que afira a honestidade do candidato. É melhor um analfabeto honesto do que um letrado corrupto”*.<sup>2</sup>

#### 4-DA INJUSTA CONDIÇÃO DE VOTAR, SEM PODER SER VOTADO

O art. 529 da CLT dispõe sobre as condições para o trabalhador votar e ser votado: a) estar associado por mais de seis meses na entidade sindical e ter mais de dois anos de exercício da atividade ou da profissão; b) ser maior de 18 anos; c) estar no gozo dos direitos

sindicais. Não fazendo qualquer distinção entre candidatos e eleitores analfabetos ou alfabetizados, como deve ser.

Embora seja negado inexplicável e injustificadamente ao analfabeto o soberano exercício da elegibilidade, diversas legislações, como a acima mencionada, permitem que executem importantíssimas tarefas, como a de adquirir e alienar móveis e imóveis, casar, divorciar, contrair empréstimos, pagar tributos, defender a pátria através da prestação de serviço militar obrigatório, dentre outros.

**Também a mesma Constituição Federal que o discrimina, permite que o inelegível analfabeto eleja, senão vejamos:**

---

<sup>2</sup> Valente, Luiz Ismaelino. Procurador de Justiça no Pará, professor de Direito Eleitoral da ESM/PA e da FESMP/PA, sócio emérito do IBRADE (Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral)

“A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Sobre o assunto, volto a mencionar os louváveis comentários do Procurador de Justiça Luiz Ismaelino Valente:

**“Os direitos políticos exteriorizam-se de duas formas: o direito de votar (“jus suffragii”) e o direito de ser votado (“jus honorum”). A cidadania pressupõe igualdade. Julien Freund, em A Essência da Política, proclamou uma verdade absoluta: “Ninguém poder ser mais cidadão do que o outro”.**

O legislador brasileiro não leu o mestre francês. **A Constituição de 1988 negou ao analfabeto o direito de ser votado, mas conferiu-lhe o direito de votar. Isso não representa um avanço, pois a Emenda Constitucional nº 25, de 16 de maio de 1985, já assegurava ao analfabeto, na Carta de 1967, o direito de votar.**

**“A lei brasileira só deu ao analfabeto metade dos direitos políticos” – disse, com ironia, José Cretella Júnior. Quer dizer: entre nós, o analfabeto é só metade cidadão. Estamos mais atrasados do que a Polônia e a Bulgária, que consideram elegíveis os analfabetos, que, lá como cá, constituem boa parcela da população e merecem ser representados, como os demais segmentos.**

**Que prevaleça a plenitude dos direitos políticos positivos, de votar e ser votado. A concentração desses direitos no indivíduo é que o faz cidadão.** A interpretação das

normas relativas aos direitos políticos deve considerar a amplitude do direito de votar e ser votado”.<sup>3</sup>

Atualmente, toda a população, alfabetizada ou não, tem acesso a informação, por meio de diversos tipos de veículos de comunicação e assim podem adquirir amplo conhecimento sobre o país e o mundo.

Aliás, os analfabetos, são os únicos **ALISTÁVEIS**, que são **INELEGÍVEIS**, servindo muito bem para trabalhar e gerar riqueza ao país, bem como para serem responsáveis por seus atos na vida civil e penal e pela escolha de seus representantes políticos, sendo que a ausência desse direito lhes retira condição de cidadania elementar.

Ressalto, ainda, que o fato do exercício do voto por parte deles ser facultativo não elimina a discriminação inexplicável, posto que **facultativo também é o exercício do voto aos maiores de setenta anos, e nem por isso tais cidadãos são impedidos de se candidatarem**, desde que não sejam analfabetos.

<sup>3</sup> Valente, Luiz Ismaelino. Procurador de Justiça no Pará, professor de Direito Eleitoral da FESM/PA e da FESMP/PA, sócio emérito do IBRAJDE (Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral)

## 5-DA COMPATIBILIDADE DO ANALFABETISMO COM A ELEGIBILIDADE

Qual a razão real que impede os analfabetos de serem votados? Eles não entenderiam as leis e documentos de sua rotina de trabalho? Poderiam ser facilmente enganados por terceiros de má fé?

Ora! Então, nessa linha de raciocínio todos os políticos alfabetizados entendem as leis, as elaboram e cumprem com perfeição e não são enganados por terceiros? Claro que não! **A história política do Brasil mostra que número significativo de agentes políticos, todos alfabetizados, cometem equívocos próprios dos seres humanos, muitas vezes de boa fé, outras vezes imbuídos por interesses pessoais ou escusos, pois honestidade, dignidade e decoro não são privilégios dos abastados, cultos ou alfabetizados, constituindo o impedimento de elegibilidade do analfabeto instrumento de discriminação execrável, incompatível com os preceitos democráticos de um país como o nosso.**

Interessante ressaltar que tal impedimento não é técnico, mas preconceituoso e estigmatizador, tanto que a **Constituição Federal permite a elegibilidade de pessoas com deficiência visual, por exemplo, que em tese, padeceriam das mesmas dificuldades dos definidos como “analfabetos”,** mas felizmente não sofrem tal discriminação.

Aliás, pessoas com deficiência visual já comprovaram competência admirável para desempenhar altos cargos políticos, como por exemplo, David Paterson, o primeiro governador cego dos Estados Unidos, que assumiu oficialmente o mandato em Nova York e o Presidente Joaquim Balaguer, da República Dominicana.

Tal como os deficientes visuais, os rotulados de “analfabetos” podem encontrar pessoas confiáveis que lerão para eles papéis relevantes e escreverão o que eles ditarem, pois podem ser cultos e muito sábios, já que a sabedoria não está vinculada aos conhecimentos técnicos específicos repassados nos bancos escolares, pois o analfabetismo não os torna incapazes ou menos inteligentes.

O Juiz Federal Ivan Lira de Carvalho, discorreu sobre o tema de forma muito apropriada: *“Num país onde faltam escolas e onde as crianças são destas arrancadas para trabalhar ou trabalhar em carvoarias, é bem comum a escravidão do analfabetismo. E quando alguém alcança a luz das letras incipientes, deveria ser louvado e elogiado, e não ser perseguido para que não exerça uma porção da sua cidadania, que é justamente a exposição ao julgamento popular, via voto.*”

Penso que melhor seria, ao invés de ser procurada a execração de quem não é “doutor em letras”, fosse dada contribuição ao soerguimento de trabalhos educacionais (...) lembro, para mim e para os que divergem do meu pensamento, que Jean Jaques

Rousseau, aquele mesmo que brindou a humanidade com "Do Contrato Social", foi analfabeto até os trinta anos de idade e somente aos trinta e cinco começou a escrever, conforme atesta Graça Aranha em "A Estética da Vida", página 194<sup>4</sup>

## 6-CONCLUSÃO

É claro que este projeto não pretende soar como um retrocesso ou uma apologia a falta de conhecimento técnico educacional, pois sabemos da importância da educação para o desenvolvimento da nação e dos cidadãos em geral e devemos lutar de todas as maneiras para erradicação do analfabetismo no Brasil, *sem alijar, excluir ou ignorar o grande número de analfabetos ainda existentes no país, que possuem sim, o direito de se lançarem candidatos e disputarem cargos eletivos em condições de igualdade com os candidatos alfabetizados, posto que esta característica, por si só, não os fazem incapazes, inferiores, melhores ou piores que os demais, para o efetivo exercício da vida pública.*

**A NOSSA BATALHA DEVE SER CONTRA O ANALFABETISMO, NÃO CONTRA OS ANALFABETOS.**

Constata-se, ainda, que o vocábulo "analfabeto", com que querem estigmatizar concidadãos e impedi-los de ser eleitos deve ser excluído do conceito de inelegibilidade (§ 4º, Art. 14 da CF), além de preconceituoso é impreciso, indefinido, sujeito a discricionária e subjetiva interpretação de julgadores, muitas vezes pouco democráticos ou flexíveis.

---

4 Carvalho, Ivan Lira de. Juiz federal, professor de Direito na UFRN

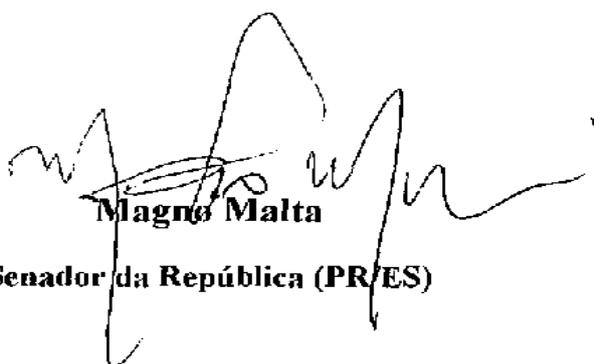
José Aleixo. Doutor em Ciência Política e Membro da Academia Mineira de Letras, no artigo intitulado: *A Inelegibilidade de Analfabetos - Uma nódoa na Constituição*, ao referir-se aos ditos “analfabetos” afirma que tais pessoas, ante o preceito constitucional ora atacado: “dolorosamente estão cerceadas na sua cidadania e sujeitas a ouvir, confundidas e humilhadas, a pungente sentença: “Como vocês são analfabetos são também, constitucionalmente, inelegíveis!” Elas sofrem dupla e perversa punição. Por injunções e incúrias, alheias, não tiveram condições de aprender a ler e escrever e, em consequência disso, são privadas do elementar direito de ser sufragadas. *Estes cidadãos, com as duras lições da escola da vida, podem valorizar muito mais que outros, basejados pela fortuna, a importância dos educandários e saberão lutar para que todos tenham acesso a eles*”.<sup>5</sup>

A Constituição de 1988 negou ao analfabeto o direito de ser votado, mas conferiu-lhe o direito de votar. Isso não representa um avanço, posto que ainda *em 1985, a Emenda Constitucional nº 25, do dia 16 de maio, já assegurava ao analfabeto, na Constituição Federal de 1967, o direito de votar, o que, por erro inescusável, não foi recepcionado pela Carta Magna de 1998, ironicamente conhecida como “Constituição Cidadã”, mas que concedeu aos analfabetos apenas 50% da cidadania a que fazem jus, vez que reconheceu apenas a metade de seus direitos políticos.*

Para expungir esta nódoa de nossa Constituição, basta suprimir do parágrafo 4º do artigo 14, o termo “analfabetos”. Assim livrar-se-ão eles de serem esbulhados de prerrogativa comum à cidadania, podendo por fim postular cargos políticos como qualquer outro candidato, submetendo seu nome à vontade soberana dos eleitores.

Por anacrônico, injustificável e injusto, peço o apoio de meus nobres pares à presente emenda constitucional.

Sala das Sessões,



**Magno Malta**  
**Senador da República (PR/ES)**

<sup>5</sup> Aleixo, José. *A Inelegibilidade de Analfabetos - Uma nódoa na Constituição*. Jesuita, Doutor em Ciência Política. Autor de trabalhos sobre o analfabeto. Membro da Academia Mineira de Letra.

PEC DOS ANALFABETOS - QUE PERMITE A ELEGIBILIDADE DOS ANALFABETOS



JAIME CAMPOS

Patricia Saboga

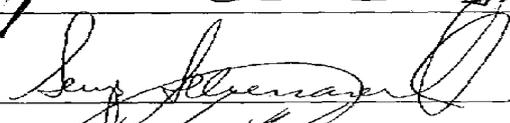


E. Resende

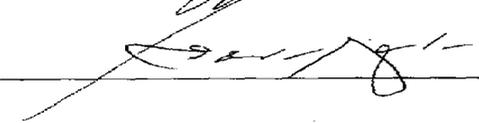


ROBIN FICHTMAN

Leon Anísio Pereira



DEMÓSTENES TORRELL



EDUARDO AZORIDO

Papaleo Paes

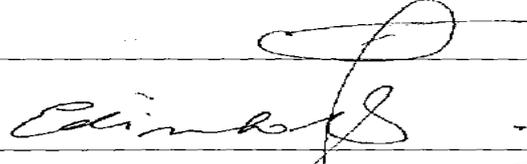
PAPALEO PAES



VALTER PEREIRA

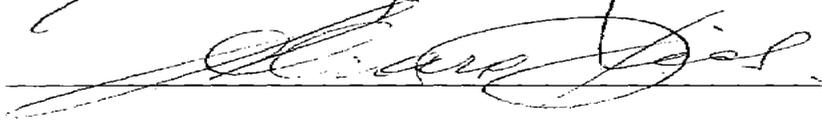


R. Quintanilha



EDISON LOBÃO

SENADOR EDISON LOBÃO



PEC DOS ANALFABETOS - QUE PERMITE A ELEGIBILIDADE DOS ANALFABETOS

  
MARCO MACIEL

  
ANTONIO CARLOS

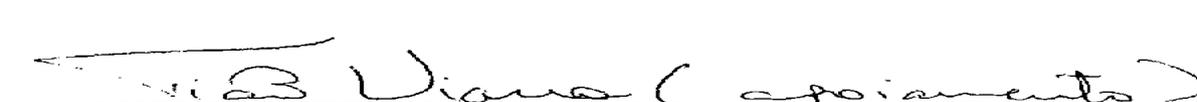
  
AUGUSTO BOTELHO

  
ALFREDO

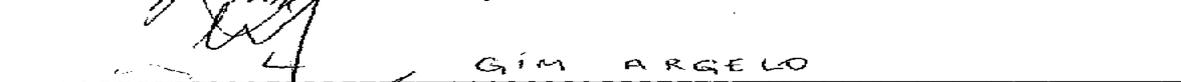
  
JEFFERSON PERIA

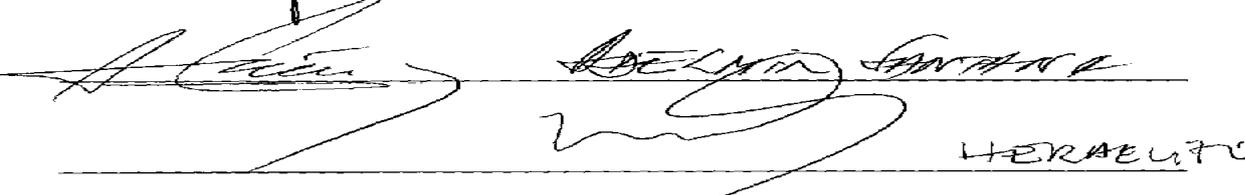
  
CEZAR BORGES



  
VALDIR FRAUPP

  
GIM ARGELO

  
DELVINA SANTANA

  
HERACLEITO

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 90, de 2010** (nº 1.939/2010, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 2.936/2010-TCU, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à consulta realizada pelo Ministro de Estado dos Transportes sobre a validade dos atos praticados durante a vigência da Medida Provisória nº 82, de 2002, em razão da manutenção, pelo Congresso Nacional, do veto total ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2003.

É o seguinte o Aviso:

#### **AVISO Nº 90, DE 2010**

Aviso nº 1.939-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, de 3 de novembro de 2010

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº 15.422/2005-7, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 3-11-2010, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – O Aviso nº 90, de 2010, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e, em cópia, foi juntado ao processado da Medida Provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – Há oradores inscritos.

Passarei a palavra aos oradores pela ordem de inscrição.

A Senadora Ideli Salvatti tem a palavra, por permuta com o Senador Jefferson Praia.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Srs. Senadores, durante a campanha, nós tivemos uma movimentação muito grande na Internet. Muito grande.

Eu quero, inclusive, aqui registrar que, dentro das nossas possibilidades de poder acessar os *sites*, o **YouTube**, o **Twitter**, que se movimentaram muito durante a campanha, eu cheguei até a comentar, Senador Paim, não sei se o senhor teve acesso a ele, um *e-mail* que circulou muito e de que até cheguei a ir.

Quando eu o li pela primeira vez, cheguei até a fazer alguns comentários, porque ele levava a isso.

Depois, os alunos da Universidade de Brasília, UnB, acabaram transformando trechos desse *e-mail* em pequenas produções, reproduzindo, com personagens, o que estava no *e-mail*.

O *e-mail* era um pouco jocoso: Por que voto em Serra? Decidi. Por que voto em Serra?

Eu vou ler alguns trechos: “Cansei de ir ao supermercado e encontrá-lo cheio. O alimento está barato demais. O salário dos pobres aumentou, e qualquer um, agora, se mete a comprar carne, queijo, presunto, hambúrguer e iogurte”.

Depois, Senador Magno Malta, num outro parágrafo, dizia: “Cansei dessa história de ProUni, que botou esses tipinhos, sem berço, na universidade. Até índio, agora, vira médico e advogado. É um desrespeito... Meus filhos, que foram bem criados, precisam conviver e competir com esses pobres”.

Pois lá, num outro parágrafo, dizia: “Cansei dos bares e restaurantes lotados nos fins de semana. Se sobra algum, a gatinha toda vai para a noite. Cansei dessa demagogia”.

E, lá pelas tantas, ia com outros: “Cansei de ir a **shopping** e ver a pobreza comprando e desfilando com seus celulares. Cansei dos estacionamentos sem vaga. Com essa coisa de juro baixo, todo mundo tem carro, até a minha empregada. “É uma vergonha!”, como diria o Boris Casoy”.

E vão outros: “O governo reduziu os impostos para os computadores. A Internet virou coisa de qualquer um. Pode? Até o filho da manicure, do pedreiro, do catador de papel, agora, navegam, têm Orkut... Vergonha, uma vergonha isso!”

E o *e-mail* continuava por aí.

Volto a dizer que os alunos – não sei se eram do curso de Comunicação da UnB – fizeram vários filminhos, ridicularizando esse sentimento, que apareceu na eleição, dos que não estão satisfeitos com a população melhorando de vida, as pessoas podendo ter acesso, podendo comprar. Durante a campanha, isso circulou.

Senador Paulo Paim, eu, durante a campanha, cheguei a comentar e a rir desse tipo de matéria, de *e-mails*, de vídeos que circulavam, colocando o assunto do preconceito e do significado dessa mobilidade social que nós tivemos, felizmente, a oportunidade de viver, hoje, no Brasil. Eu cheguei a considerar isso positivo, porque estava vindo à discussão o preconceito, pela brincadeira e até pela ridicularização, mostrando como é ridículo alguém não se sentir feliz porque o outro pode comprar carne, pode dar um iogurte ou um biscoito melhor para o filho, achando absurdo que alguém se

incomode porque o outro está podendo comprar carro, está podendo comprar casa.

Mas, com o passar dos dias, das semanas e até do processo eleitoral, temos uma situação com que temos de começar a ficar muito preocupados. Muito preocupados! Começou com aquela história das mensagens, no **Twitter**, contra os nordestinos, com aquela moça... Inclusive, agora, quero até aproveitar para dar os meus parabéns pelos 80 anos da OAB. Tivemos uma sessão muito bonita, homenageando os 80 anos da OAB.

A OAB de Pernambuco abriu um processo, investigação, e a moça vai responder por crimes de racismo e incitação pública à prática de crime, porque isso foi um absurdo que nós não podemos permitir que se propague pela Internet. Mesmo com toda a liberdade que há de comunicação, de expressão, há formas de se expressar.

Esses *e-mails* que eu citei – Por que voto em Serra? – ridicularizam e criam constrangimento para quem se incomoda com os outros melhorando de vida, querendo que melhoria de vida seja algo só para poucos, só para alguns e para os outros, não. Agora, nós não podemos admitir que, pelo **Twitter**, se propaguem matérias do tipo: “Nordestino não é gente. Faça um favor a São Paulo, mate um nordestino afogado.” Aí, a OAB de Pernambuco tomou as providências, abriu o processo e tal.

Também não podemos permitir aquilo que aconteceu no Rio Grande do Sul, quando a Polícia Civil encontrou material nazista, suástica, ameaça – estava implícita a ameaça ao Senador Paulo Paim –, num movimento claro, claro, claríssimo, num movimento preconceituoso, mas de um preconceito perigoso! Trata-se de preconceito com incitamento ao crime, à violência, como no caso ...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Já vou lhe ceder, Senador Magno Malta.

Como no caso do **Twitter**, do “Nordestino não é gente. Faça um favor a São Paulo, mate um nordestino afogado.”

No caso do vídeo, onde aparece a suástica, que é o símbolo nazista, no material pego pela Polícia Civil em Porto Alegre, estava implícita a ameaça física ao Senador Paulo Paim, pela sua luta, pela valorização e o respeito contra toda forma de preconceito, contra os negros. E era bem isso. Lá, no vídeo, aparecia jovens negros cometendo atos, também cometidos pelos brancos, na sua grande maioria também os brancos aparecem e cometem atos, infelizmente, porque não é uma questão de cor de pele se cometer determinados

atos de vandalismo, e, no final aparece a pergunta: “Somos nós ou os nossos descendentes responsáveis por isso? Como se só jovem negro cometesse algum tipo de crime no nosso País! A incitação era claríssima no material que a Polícia Civil pegou em Porto Alegre.

Ouçó, de imediato, o Senador Magno Malta, porque quero, depois, citar outros casos, inclusive um caso absurdo acontecido, infelizmente, no meu Estado.

Pois não, Senador.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Senadora Ideli, V. Ex<sup>a</sup> traz para esta Casa e esta tribuna um assunto importante, preocupante, um debate necessário para uma sociedade de bem. Estamos vivendo um tempo que já não mais comporta isso. Achávamos que isso estava meio enterrado. Não tínhamos a certeza de que estava enterrado por completo mas, a verdade é que está vivo, e bem vivo! Existem núcleos, às escondidas, no escuro, preparando-se para atacar a integridade física, moral das pessoas por sua cor, por sua pele, por sua condição social. Falo, aqui, na condição de nordestino, pois sou vítima o tempo inteiro das elites do meu Estado; falo na condição de evangélico discriminado; de negro, filho de faxineira nordestina. V. Ex<sup>a</sup> nos traz um debate que nos preocupa. Eu vi esse *e-mail* que V. Ex<sup>a</sup> leu, e digo que há muitos não agrada ver os pobres, agora chamados de “pobres emergentes” – fica até bonito –, são miseráveis, que saíram da condição subumana para serem integrados nessa nova condição de “pobres emergentes”. Por conta do ProUni, por conta dos Cefets, por conta das novas universidades, daqui a pouco os filhos desses serão classe média emergente; daqui a pouco não teremos mais miséria no País, porque ela será erradicada no Governo Dilma. Seremos o primeiro País do mundo a fazer isso, enquanto que os Estados Unidos ainda vivem a sua mazela. Quando eu quebrei o sigilo do Orkut, encontrei, nas páginas de pedofilia, um grupo de pessoas, uma caixa fechada, chamada “Morte ao Lula”. Eram jovens que falavam de armas de grosso calibre, que sabiam a distância do Palácio do Planalto para a casa do Presidente, que sabiam que tipo de arma o alcançaria. Era uma questão de segurança nacional. Entreguei o material ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, para que as providências – e estou falando isso hoje neste Plenário – fossem tomadas, porque era uma questão de segurança nacional a vida do Presidente Lula.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Isso está em um *site* de relacionamento. Essa demanda que envolve o Senador Paulo Paim – quero convocar todos para amanhã, já que teremos uma sessão aqui con-

tra a discriminação, contra o racismo, para tomarmos uma posição, para que o País veja que as pessoas de bem, as pessoas que respeitam direitos se unam definitivamente, porque esse monstro está bem vivo. Em 2007, essa rede nazista foi descoberta. Desde 2007 – aqui chamo a atenção como Presidente de uma CPI e amanhã, faço uma convocação ao Google, mais uma vez vamos para uma batalha, porque ele assinou um termo de ajuste de conduta – o *site* desses nazistas está no ar, portanto, há três anos. Há três anos foi denunciado, e o *Google* não o tirou do ar. É tanto que, nesse momento, eles estão em rede se articulando para que, amanhã, divulguem em todas as redes, desde o **Twitter**, Orkut, Facebook, tudo, trabalhem no sentido de disseminar mensagens contra negros, contra nordestinos, contra pobres, contra tudo o que eles acham que estão agindo certo para limpar o Planeta. Evoco também, para amanhã, o Ministério Público Federal, que recebeu a denúncia em 2007 – estou com o número do procedimento –, e nenhum procedimento foi aberto em 2007, e já envolvia a denúncia de morte ao Senador Paim. Por isso, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns! Quero convocar os Senadores que estão aqui em Brasília, aqueles que moram em Brasília, para que amanhã todos estejamos aqui. Quero conclamar o Presidente desta Casa, o Presidente Sarney, para que faça um expediente à Polícia Federal, à Polícia do Senado e determine à Polícia do Senado que vá ao Rio Grande do Sul buscar as informações. Temos uma Polícia nesta Casa, e é dever desta Instituição guardar e zelar pela integridade física do nosso querido Senador Paim. Por isso, parabenizo V. Ex<sup>a</sup>. Estou tomando todas essas medidas, inclusive oficiando o Senador Sarney – espero que ele o assine hoje ainda antes de sair desta Casa –, para que a Polícia do Senado tome providências, juntamente com a Polícia Federal, porque é a vida do Senador Paim que está em risco por conta da doença desses marginas morais que atentam contra a integridade de um negro, que é patrimônio deste País, na luta em favor dos deficientes brancos e negros, dos aposentados brancos, negros, amarelos, pobres e ricos deste País, que é o Senador Paim. De maneira que a parabenizo. V. Ex<sup>a</sup> traz o debate no momento em que os simples, os pobres vão tomando corpo neste País por conta da inclusão social feita nestes oito anos do Governo do Presidente Lula.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Magno Malta. V. Ex<sup>a</sup> pega bem o espírito do que queremos trazer em termos de debate para esta Casa.

Quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa, inclusive pela solenidade da audiência pública amanhã.

É véspera do dia 20 de novembro, Dia de Zumbi, dia de luta contra toda forma de discriminação e, de forma muito especial, contra os nossos afrodescendentes. Mais de seis milhões de pessoas, seres humanos, que foram arrancados do continente africano, contribuíram, na forma de escravidão, durante mais de três séculos, e ainda hoje sofrem todas as formas de discriminação de forma muito significativa.

Mas, Senador Magno Malta, tivemos, ainda nestes últimos dias, outros episódios que demonstram esse preconceito, essa sanha violenta de atacar e atingir os pobres, os negros, as mulheres, pessoas que têm outra orientação sexual. É o caso noticiado por uma grande rede, em que um grupo de cinco adolescentes, de classe média alta, atacou quatro pessoas na Avenida Paulista, em São Paulo.

A polícia está investigando. Há fortes suspeitas de que o ataque, a agressão ocorrida, inclusive com lâmpadas fosforescentes – agrediram e feriram as pessoas –, possa ter ocorrido por homofobia, por violência contra as pessoas, motivadas por essa não concordância com a orientação sexual que as pessoas têm e têm todo o direito de assumir.

Mas, além desses episódios do **Twitter** mandando matar nordestino, afogar nordestino, o núcleo nazista, com ameaça concreta contra o Senador Paulo Paim, descoberto no Rio Grande do Sul, a questão do ataque de jovens, de adolescentes de classe média contra pessoas com forte suspeita de ter sido uma agressão homofóbica.

No meu Estado, ontem, e isso está repercutindo na Internet de forma violenta, em pleno jornal do almoço, na TV de maior audiência no nosso Estado, no horário em que as famílias, as crianças, todo mundo está lá com possibilidade de assistir, ouvimos o seguinte comentário – vou ler apenas dois trechos do jornalista Luiz Carlos Prates, que falava dos problemas de trânsito, dos congestionamentos –:

É isso...As pessoas saem absolutamente desatinadas, por uma pressa que não se justifica por nenhuma razão. Eu andei ontem na BR-101. Nunca a tinha visto com tanto movimento, nem em dias de semana. Ontem era a metade de um feriadão: quem tinha que ter saído, já tinha saído e, ainda, era muito cedo para voltar pra voltar para casa. Mas, o que é isso?

Antes de mais nada, é a popularização do automóvel. Hoje, qualquer miserável tem um carro! O sujeito jamais leu um livro, mora apertado numa gaiola – que hoje chamam de apartamento –, não tem nenhuma qualidade de vida, mas tem um carro na garagem.

Olha a fala, Senador Augusto Botelho: “Hoje qual-quer miserável tem um carro”. Por quê? Por quê? Só pode ter carro a classe alta, a elite? Qual é o crime de uma pessoa... Posso até fazer uma discussão, acho que temos que fazê-la,...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – ...so-bre dar mais condições para o transporte coletivo, para as pessoas não precisarem usar tanto o transporte individual. Mas dizer que uma pessoa, pela sua classe social, pela sua renda, não tem direito a ter um carro. Só o rico, Senador Valter Pereira, que tem direito? Só quem tem dinheiro?

Mas teve coisa pior. Ele falou mais umas outras coisas e terminou assim:

Se um desgraçado destes [e esta é a palavra] é atropelado e feito sanduíche na pista, o que é que vão dizer? “Este trânsito insano...” Insano é o cara que para o carro, atravessa a BR, para ver o que aconteceu com a outra pessoa! [porque ele estava falando da história de parar para ver o acidente]. Então é isso: estultícia, falta de respeito, frustração, casais que não se toleram, popularização do automóvel!

Resultado deste Governo espúrio, que popularizou pelo crédito fácil o carro para quem nunca tinha lido um livro!

Então é isso. É preconceito puro! É preconceito escancarado!

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Se ele fosse chamado a se explicar, V. Ex<sup>a</sup> sofreria um processo da organização dele por estar querendo cercear a liberdade de imprensa, que é direito dele. Quer dizer, o cara fala isso, não responde por nada, ofende, agride, e quando é chamado às falas, você está amordaçando, tirando... É o fim do mundo. Então, é o seguinte: necessário se faz... Eu não sei qual é a associação ou sindicato, se é sindicato ou a associação. Penso que a televisão em que ele está é uma concessão pública, eles só são donos do equipamento. Então, a Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa poderia convocar os donos, porque a concessão é pública. Televisão é uma concessão pública, não é para que o cidadão, que é dono daquilo, seja obrigado a ouvir isso e seja destrutado na sua honra. Ele não pode ter as coisas, ele não pode conseguir, ele não pode crescer, porque alguém que usa um serviço que pertence ao cidadão se utiliza do microfone para falar uma barbaridade dessas. E vai ficar por isso mesmo? Eu não pertenço a essa comissão, mas, se pertencesse, eu entraria

convocando... Essa televisão reproduz o quê? SBT, Record, Globo? O que é?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Globo.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Então convoquem os donos. Convoquem os donos junto com ele, porque é concessão pública. Façam uma denúncia na Anatel, no Ministério das Comunicações. É preciso fazer! É preciso fazer! Na verdade, uma coisa ele não está mentindo: a prestação do carro mil, hoje, novinho, é R\$ 250,00. Hoje têm carro as pessoas que nem bicicleta podiam ter, neste novo Brasil, que caminha para dias diferentes. Infelizmente, desse tipo nós vamos ter que ouvir muito ainda. Mas, se botar freio... Eu sugiro a V. Ex<sup>a</sup> que proponha ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa, juntamente com a CCJ e a Comissão de Direitos Humanos, porque eles têm equipamentos, a concessão é pública, que faça uma denúncia à Anatel, ao Ministério das Comunicações; que tragam aqui os donos e esse jornalista macho, que ataca a honra das pessoas mais simples deste País, sem o menor escrúpulo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Magno Malta. Como amanhã eu não sei se vou poder estar na audiência, eu quero já inclusive, Senador Paulo Paim, deixar a transcrição da fala desse radialista, desse jornalista, para que possa fazer parte da sessão amanhã. De repente, a própria sessão amanhã pode tomar alguma deliberação, algum encaminhamento, na linha que o Senador Magno Malta está sugerindo, porque a sensação que passa é uma só: mexer na estrutura da “casa grande e senzala” é algo que não se admite no Brasil – casa grande e senzala. Tem uma minoria que tem direito a tudo, acessa tudo, e a grande maioria só tem uma tarefa e uma obrigação: servir, servir e servir, e fazer com que a minoria se dê bem. Porque quando diz: “resultado deste Governo espúrio, que popularizou pelo crédito fácil o carro”...

Gente, eu quero dizer o seguinte: o mesmo debate que nós fizemos na questão do Enem. Por que o Enem está sendo atacado? Tem problema? Teve erro? Teve falha? Mas a crítica ao Enem não é por causa de erro e de falha, é porque o Enem faz com que algo em torno de 4 milhões de jovens brasileiros possam entrar na disputa da vaga da universidade federal nas mesmas condições do “filhinho de papai”. Antes – no meu Estado, inclusive, aconteceu várias vezes – as famílias de bem fretavam até voo *charter* para permitir que seus filhos pudessem fazer vários vestibulares em universidades federais, vários. Num dia uma, no outro dia um voo *charter* para outra e assim vai. Agora, o Enem abriu. Hoje não é só quem tem condição que pode ficar circulando

de um canto a outro do País para fazer vestibular em várias universidades, porque o Enem permite ao aluno que se inscreve estar disputando...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – ... as vagas do ProUni em várias universidades particulares de classe alta, como também nas nossas universidades federais.

Eu queria ouvir o Senador Paulo Paim, com muito prazer.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli, eu quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> me dizia aqui que gostaria muito de fazer esse pronunciamento amanhã. Para mim, amanhã seria o dia adequado, inclusive, dessa sua fala. Porque, quando a gente fala da questão de 20 de novembro, que é no sábado – nós antecipamos, naturalmente, para esta sexta, porque sábado não teremos sessão –, muitos pensam que a gente só fala do preconceito contra o negro. Não é isso. V. Ex<sup>a</sup> está colocando muito bem. Aqueles que são preconceituosos, aqueles que são racistas, os intolerantes...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Machistas.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – ...machistas, são contra os pobres – e V. Ex<sup>a</sup> coloca muito bem aí o preconceito contra os pobres –, são contra quem tem a sua livre orientação sexual, são contra os evangélicos, são contra os judeus, são contra os palestinos, são contra os negros, são contra os brancos pobres. É esse o universo. Eu quero muito e faço questão de que o seu pronunciamento seja incorporado à sessão de amanhã. Que o debate amanhã seja um debate, eu diria, universal, contra todo tipo de preconceito. E quanto à ameaça a este ou aquele, ou a mim ou ao outro, ou à senhora ou ao Magno, a questão não é pessoal, a questão é do universo de pessoas que eles querem atingir. Eu estava no gabinete do Senador Magno Malta, e estava lá o Dr. Tiago. Ele me apresentou uma série de denúncias de que eles vão fazer atos amanhã contra todo esse universo de pessoas...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – ...que eles entendem que não estão à altura daqueles que querem a hegemonia da sociedade. Por isso, meus cumprimentos, Senadora Ideli. Vou pedir que o seu pronunciamento seja incorporado à sessão de amanhã.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Quero apenas concluir agradecendo, porque realmente já me foram dadas várias prorrogações. Mas considero esse assunto muito grave, muito delicado, porque ele vem se consolidando. Não é uma coisa

isolada. Eu citei aqui que, em menos de quinze dias, em menos de quinze dias, Senador Augusto Botelho, houve a questão do **Twitter** contra os nordestinos, o núcleo nazifascista descoberto em Porto Alegre, a questão dos adolescentes de classe média fazendo agressões bárbaras – provavelmente, pois ainda não está confirmado – pela questão homofóbica...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – ...e um jornalista utilizando uma concessão pública para fazer a propagação do preconceito contra as pessoas de menor poder aquisitivo, os “miseráveis”, como ele denominou, que não têm direito a ter nada.

Então, temos que estar muito atentos, temos realmente que agir, porque, em nosso País, isso está nos subterrâneos, isso está escondidinho. Se não reagirmos, vem para cima, aflora, sai, sai da retaguarda, do obscurantismo, vem a público, como já acontece em tantos países.

Então, eu tenho o entendimento de que, no Brasil – e já tive oportunidade de dizer isto...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – ...nós temos avançado muito na questão democrática. Nós derrubamos uma ditadura, conquistamos o direito novamente à organização sindical, à organização partidária, temos o direito de eleger desde o vereador até o presidente da República – porque houve época em que nós não pudemos fazê-lo –, temos liberdade de imprensa. Todas as pessoas podem manifestar suas ideias, desde que a manifestação não seja incitação ao crime, como em vários casos aqui está configurado. Mas o País só pode ser considerado absolutamente democrático – eu tenho esse convencimento – quando, além das formalidades da organização, da expressão, nós tivermos também resolvido o problema da miséria.

País que tem gente passando fome, país...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – ...que tem gente que não pode acessar os bens de consumo, os benefícios, as políticas públicas, país que tem ainda, como nós temos no Brasil, pessoas que estão absolutamente excluídas da vida social, da vida econômica, não pode se chamar país democrático. Não temos esse direito ainda, nós temos muito a trabalhar. E não podemos permitir que os preconceituosos, os que acham que o mundo foi feito para meia dúzia, e não para todos, que esses dominem, ajam e não sejam punidos.

Então, eu acho que é esse debate que nós temos que fazer e quero parabenizar mais uma vez a

iniciativa do Senador Paulo Paim. Desejo sucesso à audiência amanhã, e que isso seja, Senador Paulo Paim, o início de um movimento forte aqui pelo Senado, pelo Congresso Nacional, contra esse tipo de ação, de procedimento...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – ...e veiculação, seja pelo **Twitter**, seja pela TV, de atos que eu considero preconceituosos, de incitamento ao crime, ao crime mais perverso, que é o crime da discriminação e de impedir as pessoas de serem felizes.

Então, era isso, Sr. Presidente. Desculpe por ter me alongado, mas realmente o assunto merecia um debate como eu acho que vai acontecer amanhã, de forma mais profunda, na audiência.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA**

Não chegou a esta Presidência acordo das lideranças para apreciação das matérias da pauta de hoje. Nesse sentido, a Presidência encerra a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

#### **1**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 498, DE 2010**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 498, de 2010, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, novecentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta reais, para os fins que especifica.

(Lido no Senado Federal no dia 17-8-2010)

Relatora revisora: Senadora Lúcia Vânia

(Sobretando a pauta a partir de: 16-9-2010)

Prazo final prorrogado: 29-11-2010

#### **2**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

#### **3**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

#### **4**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

#### **5**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**6**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplexes do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**7**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**8**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

**9**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

**10**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

**11**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

**12**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

### 13

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 -Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

### 14

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

### 15

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Pau-

lo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

### 16

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

### 17

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russumanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

### 18

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justi-

ça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

**19**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 77, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e  
143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

**20**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 60, DE 2009**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e  
143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

**21**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e  
143 do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusa-

do, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

**22**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do  
Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regula o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

**23**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do  
Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

**24****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005**  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

**25****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**26****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**27****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Com-

plementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 28

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 29

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 30

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 31

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de

1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 32

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 33

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 34

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 35

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 36

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 37

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar,

de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 38

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 39

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 40

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 41

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990,

para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

#### 42

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

#### 43

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

*(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

#### 44

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea b do inciso I do art.

1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

#### 45

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramita-

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

#### 46

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007 *(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

#### 47

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007 *(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

#### 48

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar,

de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

**49**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007**  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**50**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

**51**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da

Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. S/Partido – RR) – Volta-se à lista de oradores.

Senador Valter Pereira, pela Liderança do PMDB.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para fazer um lastimável registro.

O rádio de Campo Grande, de Mato Grosso do Sul, perdeu uma das suas vozes mais vibrantes. No dia de hoje faleceu, em Campo Grande, o radialista Rui Pimentel.

Rui Pimentel, que é natural de Salvador, nasceu Rui Alves de Araújo. Rui Pimentel era um comentarista político de grande audiência pública, que chegou a Campo Grande procedente de Salvador, em 1975, e logo iniciou sua trajetória no rádio de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul.

Por mais de vinte anos, comandou um programa chamado Tribuna Livre, um espaço para debates políticos, para discutir esportes, enfim, um programa de grande popularidade, que todas as manhãs é apresentado na capital do meu Estado.

Era conhecido como um dos primeiros a fazer transmissões esportivas para o rádio sul-mato-grossense, na época em que o futebol de Mato Grosso do Sul brilhava com o Operário Futebol Clube de Campo Grande.

Em reconhecimento, recebeu prêmios, como o “Bola de Ouro”. Era torcedor do Bahia e do Vasco.

Cobriu várias copas do mundo, muitas competições internacionais e atualmente era Vice-Presidente da Associação Brasileira de Cronistas Esportistas da Região Centro-Oeste.

Rui Pimentel recebeu homenagens da Câmara Municipal de Campo Grande e da Assembleia Legislativa do Estado, que lhes distinguiram o título de cidadão campo-grandense e de cidadão sul-mato-grossense.

Era um jornalista polêmico. Foi um dos mais respeitáveis cronistas políticos da imprensa de Mato Grosso do Sul. Tinha uma característica que era essencial: sabia promover o contraditório, sabia respeitar as diversas tendências, sabia observar a ética da comunicação. Por isso, granjeava o respeito das pessoas.

Ele morreu hoje, com 65 anos de idade, vítima de um enfisema pulmonar. Deixa dois filhos, mas deixa também a saudade dos seus amigos, dos seus ouvintes, de todos aqueles que acompanhavam suas crônicas diárias, seus comentários, suas avaliações e suas entrevistas.

Ao fazer esse registro, quero transmitir a toda a sua família, a todos os seus amigos, a todos os seus admiradores e ouvintes as nossas homenagens e o nosso pesar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. DEM – MT) – Eu quero me associar ao Senador Valter Pereira, que presta homenagem a esse valoroso homem da imprensa do Mato Grosso do Sul.

E quero convidar para fazer uso da palavra o valoroso companheiro, Senador da República, Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (S/Partido – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jayme Campos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o *Valor Econômico* desta terça-feira trouxe uma importante matéria mostrando que o Brasil vive atualmente um preocupante processo de “desindustrialização” que pode ameaçar as contas externas do País.

O alerta foi feito por um documento reservado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior obtido pela reportagem do jornal.

Sr. Presidente, o documento, que segundo o *Valor* já circula entre os integrantes da atual equipe econômica, diz ser um “fator de preocupação e sinal de alerta” a influência da balança comercial no aumento do saldo negativo nas contas externas, o que torna o Brasil cada vez mais dependente de investimentos especulativos.

O relatório sugere que o Governo deve atuar para elevar o saldo comercial, em torno de 9% das exportações.

Esse é um alerta importante, Sr. Presidente Jayme Campos, pois o Governo deveria fixar um “nível mínimo” considerado aceitável para a relação entre o saldo comercial e exportações, e apoiar os exportadores. Essa relação superávit/exportações ficou em 8,8% para um saldo de US\$7,9 bilhões.

Para eliminar a necessidade de cobrir as contas externas com investimentos em carteira do exterior, seria necessário que o superávit no período tivesse

sido de US\$19,5 bilhões, desempenho considerado não muito bom pelo próprio Ministério.

O documento propõe que, após fixado o “nível mínimo aceitável” para o saldo comercial, o governo adotaria medidas para elevar as exportações de forma a reduzir pela metade a necessidade de financiamento para as contas externas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a matéria do *Valor Econômico* destaca ainda que a busca de um saldo comercial mais alto deve ser feita com iniciativas de estímulo às exportações brasileiras, com medidas estruturantes como redução de tributos sobre exportadores, simplificação de procedimentos burocráticos e políticas de incentivo à desvalorização do real, o que efetivamente pode trazer ganhos para o Brasil.

Baseados no desempenho das exportações no primeiro semestre, os técnicos do Governo previam que as exportações teriam de ter crescido US\$5 bilhões acima do resultado obtido entre janeiro e junho, ou seja, 35% além do desempenho do mesmo período de 2009.

No segundo semestre, o surpreendente desempenho das exportações elevou a previsão de exportações de US\$180 bilhões para US\$195 bilhões, o que reduziria o esforço para obter o superávit maior – o número exato teria de ser recalculado pela equipe econômica.

Para o Ministério do Desenvolvimento, a “reprimização” ameaça o País desde 2007 e ficou evidente no primeiro semestre, quando a participação dos produtos manufaturados (máquinas, veículos, eletrodomésticos) no total das exportações foi de 40,5%, abaixo dos 43,4% da participação de produtos básicos – o que fez o Brasil retroceder ao patamar de 2008, segundo o documento.

Enquanto o Brasil exporta cada vez mais *commodities* (ferro, soja, carne), o comércio de produtos manufaturados segue tendência inversa, e passou, de um superávit em favor do País de US\$4 bilhões, em 1992, para um déficit de US\$9,8 bilhões em 2007 – valor que subiu para US\$30,5 bilhões só no primeiro semestre de 2010.

Setores considerados de “baixa-média” tecnologia como os de têxteis, confecções e móveis, que mantiveram superávits comerciais até o começo da década, já têm déficits ou, como no caso de móveis e indústrias diversas, deverão ter saldo negativo até o fim do ano.

Outro exemplo do problema que enfrentamos é o segmento de veículos automotores e equipamentos de transporte, considerado de média-alta e alta intensidade tecnológica e que passou de um superávit anual de, em média, US\$9,1 bilhões, entre 2004 e 2007, a

um déficit de US\$3,1 bilhões em 2009, que deve se elevar ainda neste ano.

Nos últimos três anos, as exportações aumentaram a um ritmo inferior ao do crescimento do País e, na falta de medidas compensatórias, o câmbio influencia diretamente a perda de competitividade das vendas da indústria ao exterior, como mostra o estudo, Sr. Presidente Jayme Campos.

Já as importações aumentam acima do ritmo de crescimento da economia, ameaçando o saldo comercial, e os investimentos diretos já não são suficientes para cobrir as necessidades de financiamento do déficit nas contas externas.

Esse é um cenário preocupante, Sr. Presidente, pois mostra que o Brasil pode cair num ciclo de dependência de capitais de curto prazo, capitais especulativos, sujeitos a volatilidade e nervosismos dos agentes financeiros internacionais.

Confio, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a equipe econômica do Presidente Lula e da Presidente eleita Dilma Rousseff está atenta a este alerta e buscará, com o apoio do Congresso Nacional, o melhor caminho para a economia brasileira.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente Jayme Campos.

Muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Augusto Botelho pelo discurso que faz na tarde de hoje falando da nossa economia, sobretudo da questão da importação e da exportação. Na verdade, o Brasil precisa melhorar agora também a questão cambial. Lamentavelmente, aquele que exporta no Brasil hoje está sendo prejudicado, na medida em que o dólar está bem aquém diante do real. Portanto, é pertinente o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, pelo que o cumprimento, até porque é preocupado com a nossa economia.

Quero convidar para fazer uso da palavra o ilustre Senador da República, meu amigo, valoroso Senador, por permuta com o Senador Magno Malta, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jayme Campos, é uma alegria falar sob a sua presidência.

Senador Augusto Botelho, companheiros de todas as horas aqui; quero dizer que, naquele dia, sentime desconfortável em não atender a um pedido de V. Ex<sup>a</sup>. Tive que pedir vista daquele projeto, de um outro Senador, mas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que já olhei e V. Ex<sup>a</sup> tinha razão, de sorte que o meu parecer é favorável, acompanhando o parecer do Senador que terminou o seu período aqui, porque estava ocupando o espaço

de um outro que estava em licença. Então, meus respeitos aumentam por V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> estava me dizendo: “Não tem problema, Paim; pode deixar”. Eu insisti na vista, e V. Ex<sup>a</sup> estava com a razão. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, sobre a questão do preconceito, nós marcamos uma reunião para amanhã, aqui no plenário do Senado, onde vamos aprofundar esse debate, mas numa visão que chamo “macro”, preconceito contra todos, seja, como eu digo, evangélico, seja de religião de matriz africana, católica, apostólica, espírita; preconceito contra o judeu, contra o palestino. Enfim, nós vamos fazer aqui o debate. Vamos dizer que não aceitamos o preconceito contra a orientação sexual de cada homem, de cada mulher; o preconceito contra o negro, contra o branco, contra os pobres, contra os meninos, os homens e as mulheres que, infelizmente, estão nas ruas. Nós faremos aqui um bom debate, um debate maduro, que pretende mostrar que o Brasil não aceita essa questão do preconceito, do racismo e de uma visão sectária contra aqueles que pensam diferente.

Eu sempre digo e repito: se pensam que nos intimidam – porque não é a mim; eu não sou mais valente do que ninguém, sou um cidadão como qualquer outro –, não nos intimidam a nós, o povo brasileiro; não nos intimidamos em relação aos atos daqueles que são preconceituosos.

Mas, eu quero, no dia de hoje, Sr. Presidente – falarei sobre esse tema amanhã –, primeiro, registrar que nós teremos aqui, nos dias 23 e 24, o 1º Congresso Mundial dos Aposentados e Pensionistas. Enfim, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas está organizando, junto com a Comissão de Assuntos Sociais, já que entrei com requerimento para que o Congresso tenha também o caráter de seminário, para que a gente saiba qual é a situação dos aposentados e pensionistas nos cinco continentes.

Então, teremos o 1º Congresso Mundial de Aposentados. Estão confirmadas a presença, além da Cobap, de confederações e centrais dos trabalhadores como também da indústria. Foram convidados para se pronunciarem e farão palestras homens que conhecem a fundo o tema, como o Dr. Pedro Luciano Dornelles, que falará sobre o tema “Uma previdência humana e igualitária”. O congresso contará também com a presença do Ministro da Previdência Social, Dr. Carlos Eduardo Gabas, que falará sobre “As Parcerias Internacionais do Brasil”, claro no campo da previdência.

Acredito que o congresso será um momento nobre para que a gente possa efetivamente saber como está a previdência, não somente no Brasil, mas tam-

bém em outros países. E quem sabe avançarmos para um modelo de previdência universal.

Cumprimento o Presidente da Cobap, o Warley Martins Gonçalves, que foi quem teve essa iniciativa do 1º Congresso Mundial dos Aposentados, que vai se realizar aqui nos dias 23 e 24 de novembro, no Espaço Petrônio Portella.

Estarão aqui a Contratuh, a CNTC, a CNTI, CNTA, CNBB, FST, Novartis, a própria Confederação dos Trabalhadores na Indústria, enfim. Estou vendo aqui, como convidados, além de dirigentes de todas as centrais e confederações, também ministros, e o momento alto vai ser quando falarão convidados de outros países.

Também, Sr. Presidente, quero destacar, com enorme satisfação, que nós, do Rio Grande, estamos muito orgulhosos, porque a estudante gaúcha Fernanda Rodrigues, de 16 anos, da Escola Estadual de Educação Básica Vidal de Negreiros, do Município de Estrela, foi a vencedora do 3º Concurso de Redação do Senado Federal. O tema sobre o qual discorreu foi: “Brasília, capital dos brasileiros”. Fernanda escreveu que Brasília é “o avião brasileiro, que mostra o rumo certo, acolhe um pouco de cada cultura e de todas as pessoas de cada canto do Brasil”.

Finaliza ela dizendo:

Que Deus nos ajude a ultrapassar as nuvens, enfrentar as tempestades, e nos dê muitos [muitos] dias de sol. Não importa a latitude ou [mesmo] a longitude, combustível [para o sucesso do Brasil] não faltará. Sigamos juntos no avião brasileiro, unindo forças, esperanças e objetivos nobres. Pois, para cada brasileiro, Brasília é a amada capital nacional.

Em segundo lugar, ficou a redação “Brasília, capital... dos brasileiros”, feita pelo estudante Danilo Dutra Fuentes, do Centro Educacional D. Pércles Corrêa, do Município de Bom Jardim, lá no Rio de Janeiro. O terceiro colocado foi o aluno Moisés, do Colégio Estadual Unidade Polo, localizado em Campo Mourão, no Paraná. O título da sua redação foi: “Plano de Vôo”.

Quero aqui cumprimentar todos que, de uma forma ou de outra, organizaram esse evento. Cumprimento os consultores aqui do Senado, João Bosco e Marcos Magalhães, e a representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação, Lilian Sena. Cumprimento integrantes da comissão julgadora, que escolheu esses três vencedores dentre os 27 finalistas.

Sr. Presidente, felizes também estão os pais da estudante Fernanda Rodrigues, o Sr. Paulo Fernando de Oliveira Rodrigues e Marizabel Cividini, e a sua irmãzinha de um ano e quatro meses, que se chama Isabele.

Fernanda tem sonhos e objetivos de vida. Ela quer cursar letras, jornalismo e direito na universidade federal, quer formar uma família e que seus filhos estudem em escolas públicas. Isso segundo relato da própria Fernanda. Ela busca contribuir com o seu País e com o mundo, seja em questões éticas, morais, políticas, econômicas ou ambientais.

Parabéns, Fernanda! Parabéns a todos os que participaram dessa disputa aqui no Senado da República.

Quero também, Sr. Presidente, fazer um registro, embora o Dia Mundial do Diabetes já tenha passado. Eu estava numa agenda pesada no Rio Grande e não estava aqui, mas faço questão de lembrar aqui o dia 14 de novembro, Dia Mundial do Diabetes.

Esse dia foi criado em 1991 pela Federação Internacional do Diabetes em parceria com a Organização Mundial de Saúde, em resposta ao aumento do interesse em torno do diabetes no mundo, uma moléstia que avança de forma acelerada.

Essa foi considerada a maior iniciativa mundial em torno do combate ao diabetes. O dia 14 de novembro foi escolhido devido ao nascimento do cientista canadense Frederick Banting que, em parceria com Charles Best, foi responsável pela descoberta da insulina em outubro de 1921.

Dois anos mais tarde, Banting recebia o Prêmio Nobel de Medicina por essa descoberta e pela aplicação da insulina no tratamento das pessoas com diabetes.

Eu aqui agradeço, de público, Sr. Presidente: minha mãe tinha diabetes, descobriu muito cedo e, assim mesmo, ela viveu até os 88 anos com diabetes, aplicando insulina praticamente todos os dias.

Senhores, a cada ano é realizada uma campanha global para aumentar o nível de consciência sobre um tema diferente. As campanhas são compartilhadas por cerca de 190 associações de diabéticos de mais de 150 países. É uma iniciativa que reúne líderes, profissionais da saúde, pessoas com diabetes e público em geral.

No Brasil, a Sociedade Brasileira de Diabetes, por exemplo, tem procurado orientar sobre a melhor conduta para o tratamento e acompanhamento das pessoas com diabetes.

Sr. Presidente, são cerca de dez milhões de pacientes para aproximadamente três mil especialistas, conforme consta no *site* da sociedade que estuda e controla essa grave, grave doença.

Sr. Presidente, quero ainda registrar que recebi no meu gabinete mensagens encaminhadas por pessoas com diabetes informando que são mais de 280 milhões no mundo, com avanço epidêmico de 7 mi-

lhões por ano e com mais de 3,5 milhões de mortes causadas pela doença.

Diz mais o documento: no Rio Grande do Sul já são mais de 600 mil e que em sua cidade – no caso, de onde veio o documento, Carazinho – o número de diabéticos chega a ultrapassar 3.500 pessoas. É, sem sombra de dúvida, um grande contingente. Por isso, é importante olhar para esse quadro com mais atenção. Precisamos aumentar as campanhas para fazer com que a consciência de cada um seja mais aguçada para debater e enfrentar a questão do diabetes.

Friso ainda o que eu dizia antes em relação a outras doenças: também os idosos são os que mais sofrem com o diabetes. O Ministério da Saúde orienta sobre a prevenção das doenças e sobre a importância de exercícios físicos e de uma alimentação adequada e bem equilibrada.

Sr. Presidente, já está comprovado que a prática de exercícios diários, no caso do diabetes e de outras doenças, também pode ajudar no controle da doença.

Por isso, meus cumprimentos a essa mobilização pelo controle do diabetes.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de registrar ainda que, em relação a esse movimento chamado neonazista, quero apenas agradecer neste momento ao Deputado Dionísio Marcon, que promoveu na sexta-feira, dia 12, um ato público em repúdio a essa prática em solidariedade a este Senador.

Essa iniciativa se deu na Assembleia Legislativa de Porto Alegre, onde esteve presente o delegado da 1º Delegacia de Polícia de Porto Alegre. Ele expôs diversos materiais e vídeos, armas, bombas, dizendo que a intenção deles era, inclusive, explodir sinagogas, mas foram descobertos. O Delegado Paulo César Jardim inclusive estará aqui amanhã, fazendo um depoimento e demonstrando sua preocupação em relação aos ataques cometidos por esses grupos extremistas.

Quero também destacar, Sr. Presidente, que nesta minha linha de combate aos preconceitos, além da divulgação do Estatuto da Igualdade Racial, que apresentei – nós o aprovamos por unanimidade e o Presidente Lula sancionou –, lançamos na Feira do Livro, em Porto Alegre também, uma homenagem contando a história em quadrinhos do grande líder Sepé Tiaraju. Sepé, o índio, o homem que tombou em defesa do solo pátrio quando tentaram invadir o nosso País, a partir do Rio Grande, os espanhóis e os portugueses. Sepé Tiaraju agora consta do *Livro dos Heróis da Pátria*.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Foi uma iniciativa do Deputado Marco Maia de que tive a ale-

gria de ser o Relator, garantindo, assim, sua aprovação no Senado.

Agradeço às mais de duas mil pessoas que estiveram na Feira do Livro em Porto Alegre, recebendo tanto a minha assinatura quanto a do Deputado.

Na mesma noite também entregamos um perfil biográfico do Deputado Federal Adão Pretto, falecido no ano passado, um grande líder de todos os gaúchos.

Agradeço também, Sr. Presidente, à cidade de Encruzilhada do Sul – onde nasceu João Cândido, o chamado Almirante Negro, líder da Revolta das Chibatas –, que me concedeu, na terça-feira passada, o título de Cidadão de Cruz Alta. Agradeço também à cidade de Esteio, que me concedeu placa em homenagem à luta contra os preconceitos, e agradeço também...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – (...) à cidade de São Jerônimo, onde fui recebido neste fim de semana por lideranças de todos os partidos, inclusive do PP – o Marcelo Pato, Prefeito da cidade, estava lá – e onde dialogamos muito e falamos sobre a importância do combate a todo tipo de preconceito.

Cumprimento a Professora Luci, que solicitou o título ao Vereador Álvaro Sperb, do PMDB, de Encruzilhada do Sul.

Enfim, agradeço a todos que estiveram lá conosco.

Por fim, Sr. Presidente, permita-me ainda, em dois minutos, só dizer da minha alegria de ter recebido em meu gabinete a visita da Associação de Amigos da **Oktoberfest** de Igrejinha, no Rio Grande do Sul. Foi uma visita agradável de uma comunidade alemã que mostra que os alemães, italianos – eu diria japoneses, portugueses, espanhóis, todos – são contra o preconceito.

Quero aqui lembrar, Sr. Presidente, àqueles que pensam que, quando se fala em neonazista, estamos, de uma forma ou de outra, discutindo a questão dos alemães, que, no Rio Grande do Sul, as cidades em que tive mais votos foram as cidades com maior número de habitantes alemães e italianos, numa demonstração de que não é bem assim, de que o Rio Grande do Sul repudia essa prática. Então, agradeço muito aqui ao Presidente da Associação de Amigos da **Oktoberfest** de Igrejinha, Luiz Fernando Sohne, à sua esposa Deisi Sohne, ao Vice-Presidente Sergio Rogério Lampert, à sua esposa Regina Lampert, que também é Presidente da Apae de Igrejinha, e às assessoras que os acompanharam, entre elas Eliane Gewehr e Inara Reis.

Tenho certeza de que a **Oktoberfest** será, mais uma vez, uma grande festa, e eu, como estive lá outras

vezes, estarei lá na abertura das atividades. A festa se dá todos os anos em outubro. Parabéns, Igreja. Contem comigo, estarei aí com vocês!

Sr. Presidente, termino dizendo: Vivam todos, alemães, italianos, polacos, portugueses, japoneses, africanos! Não importa a origem ou a etnia, todos nós somos brasileiros e repudiamos qualquer tipo de preconceito. Os preconceituosos são a minoria da minoria da minoria, não chegam a 0,1%. Eu diria que aqueles que combatem os preconceitos são 99,9% do povo brasileiro.

Viva a liberdade! Viva a igualdade! Viva o povo brasileiro e a sua composição belíssima!

Obrigado, Presidente, amanhã falaremos mais sobre esse tema.

Agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, como sempre.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas está organizando o 1º Congresso Mundial dos Aposentados. Diversas outras entidades também contribuem para a realização do evento, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

O Congresso irá acontecer nos dias 23 e 24 de novembro, nesta Casa.

Foram convidados a se pronunciar e a realizar palestras, convidados como o Dr. Pedro Luciano Dornelles, que falará sobre “Uma Previdência Humana e Igualitária”

O Congresso contará também com a presença do nosso Ministro da Previdência Social, Dr. Carlos Eduardo Gabas, que discorrerá sobre o tema “As parcerias Internacionais do Brasil”

Acredito que esse Congresso é um passo muito importante para os aposentados. É uma possibilidade de se fazer um comparativo entre a Previdência no Brasil e o restante do mundo.

O folder que apresenta o Congresso diz tudo: “A população mundial envelhece de forma geométrica, tornando-se necessária a elaboração de estudos técnicos avançados para se implementar modernas políticas públicas que proporcionem mais qualidade de vida aos idosos. Através deste evento, estamos dando o primeiro passo, unindo nações para debater e formar um Modelo Previdenciário Universal.”

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs.

Senadores, como segundo assunto, faço registro sobre a premiação da estudante gaúcha Fernanda Rodrigues.

É com satisfação e alegria que registro aqui na tribuna, assim como já o fez o senador Sérgio Zambiasi, que a estudante gaúcha Fernanda Rodrigues, de 16 anos, da Escola Estadual de Educação Básica Vidal de Negreiros, do município de Estrela, foi a vencedora do 3º Concurso de Redação do Senado Federal.

Com o tema “Brasília, capital dos brasileiros”, Fernanda escreveu que Brasília é “avião brasileiro, que mostra o rumo certo, acolhe um pouco de cada cultura, de todas as pessoas, de cada canto do Brasil”. E finaliza “Que Deus nos ajude a ultrapassar as nuvens, enfrentar as tempestades, e nos dê muitos dias de sol. Não importa a latitude ou a longitude, combustível não faltará. Sigamos juntos no avião brasileiro, unindo forças, esperanças e objetivos nobres. Pois, para cada brasileiro, Brasília é a amada capital nacional”.

Em segundo lugar ficou a redação “Brasília, capital ... dos brasileiros”, feita pelo estudante Danilo Dutra Fuentes, do Centro Educacional Dr. Péricles Corrêa da Rocha, no município de Bom Jardim, no Rio de Janeiro.

O terceiro colocado foi o aluno Moisés Modesto da Costa do Colégio Estadual Unidade Pólo, localizado em Campo Mourão, no Paraná. O título da sua redação é “Plano de vôo”.

Parabenizo também os consultores legislativos do Senado João Bosco e Marcos Magalhães, e a representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) Lilian Sena Integrantes da Comissão Julgadora que escolheu esses três vencedores dentre as 27 redações finalistas, uma de cada estado brasileiro.

Senhoras e senhores, felizes também estão os pais da estudante Fernanda Rodrigues: Paulo Fernando de Oliveira Rodrigues e Marizabel Cividini, e a sua irmãzinha de 1 ano e 4 meses que se chama Isabele.

Fernanda tem sonhos e objetivos de vida. Ela quer cursar letras, jornalismo e direito em universidade federal. Quer formar uma família e que seus filhos estudem em escolas públicas.

Ela quer, ela busca contribuir com o seu país, e com o mundo, seja em questões éticas, morais, políticas, econômicas e/ou ambientais.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como terceiro assunto, faço registro sobre O Dia Mundial do Diabetes.

Eu gostaria de fazer um registro sobre o dia 14 de novembro, quando foi lembrado o Dia Mundial do Diabetes.

Esse dia foi criado em 1991 pela Federação Internacional de Diabetes (IDF) em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em resposta ao aumento do interesse em torno do diabetes no mundo.

Essa foi considerada a maior iniciativa mundial em torno do diabetes. O dia 14 de novembro foi escolhido devido ao nascimento do cientista canadense Frederick Banting que, em parceria com Charles Best, foi responsável pela descoberta da insulina, em outubro de 1921.

Dois anos mais tarde, Banting recebia o Prêmio Nobel de Medicina por esta descoberta e pela aplicação da insulina no tratamento das pessoas com diabetes.

A cada ano é realizada uma campanha global de conscientização, sob um tema diferente. As campanhas são compartilhadas por cerca de 190 associações de diabetes de mais de 150 países. É uma iniciativa que reúne líderes de opinião, profissionais da saúde, pessoas com diabetes e o público em geral.

No Brasil, a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), por exemplo, tem procurado orientar sobre a melhor conduta para o tratamento e acompanhamento das pessoas com diabetes.

Consta do site da Sociedade que, os números comprovam que a preocupação tem fundamento. São cerca de 10 milhões de pacientes para aproximadamente 3 mil especialistas.

Recebi um e-mail de uma pessoa que sofre de diabetes, informando que são mais de 280 milhões no mundo, com um avanço epidêmico de 7 milhões por ano, e com mais de 3,5 milhões de mortes, causadas por essa doença.

Ele me disse que no RGSUL já são mais de 600 mil, e que em sua cidade, Carazinho, o nº de diabéticos passa de 3.500.

É um grande contingente, Senhoras e Senhores Senadores. É importante olhar para esse quadro muito atentamente. Precisamos de campanhas de conscientização.

Eu vou frisar aqui o que tenho dito anteriormente, em relação a outras doenças e também aos idosos. O Ministério da Saúde orienta sobre a prevenção das doenças e com ela, a importância dos exercícios físicos e de uma alimentação adequada, bem equilibrada.

Já ficou comprovado que a prática de exercícios diários, no caso do diabetes e de outras doenças também, pode ajudar no controle à doença.

Eu espero que a mobilização do 14 de novembro tenha sido plenamente satisfatória e que os resultados dela extraídos tenham sido os mais positivos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs.

Senadores, como último assunto, faço registro sobre **Oktoberfest** de Igrejinha/ RS.

Tive a alegria de receber hoje, em meu Gabinete, a visita da Associação de Amigos da **Oktoberfest** de Igrejinha, no Rio Grande do Sul.

Foi uma visita muito agradável em que eu recebi o Presidente da Associação, Luiz Fernando Sohne, sua esposa Deisi Sohne, o Vice-Presidente Sergio Rogério Lampert, sua esposa, Regina Lampert, que também é Presidenta da APAE de Igrejinha e as assessoras da Associação, Eliane Gewehr e Inara Reis.

Eles vieram falar do sucesso que foi a 24<sup>a</sup> **Oktoberfest** de Igrejinha, que eles chamam de “a maior festa comunitária do Brasil”.

O sucesso da **Oktoberfest** de Igrejinha já se espalhou e sempre tive muita vontade de participar dessa grande festa, mas infelizmente minha agenda não permitiu. Eles gentilmente me convidaram para a festa do próximo ano e eu vou fazer o possível para estar lá. Quero participar daquela magia!

Igrejinha é uma cidade muito acolhedora, berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul e estende-se aos pés da serra gaúcha. Fica a 30km de Gramado e 82 km de Porto Alegre.

É uma cidade que tem 33 mil habitantes e cuja principal atividade econômica é a indústria calçadista. Eles também são donos de uma riqueza cultural muito grande e o turismo naquela região é algo que encanta os olhos. Garanto a vocês que vale a pena viajar até lá!

A Festa de Outubro, ou **Oktoberfest**, é uma celebração popular que teve início em Munique, na Baviera, e hoje está disseminada em vários lugares do mundo.

Ela chegou em Igrejinha em 1988 e já em sua primeira edição superou todas as expectativas, recebendo visitantes de toda região. Até hoje já passaram pela festa aproximadamente três milhões e trezentas mil pessoas. Passam por lá pessoas das mais diferentes regiões Brasil.

Toda comunidade se envolve na realização da festa e o resultado é uma parceria muito bonita, que só faz a cidade e o evento crescerem.

Como eu disse, todos se envolvem nesta festa que é um verdadeiro festival gastronômico, de cervejas artesanais, música e diversão.

Durante os dias da **Oktoberfest**, ocorrem eventos especiais dirigidos para públicos específicos. Eles tem, por exemplo, a **Oktoberfest** Infantil, quando são apresentados espetáculos artísticos, circenses e folclóricos.

Tem também a **Oktoberfest** da Melhor Idade e para quem gosta de adrenalina, eles tem a oktoberjipe, oktoberbike, oktobervôo livre e assim por diante.

É uma festa de muita alegria, e a energia lá deve ser muito positiva.

Acho muito bonita a atitude da comunidade que formou uma Associação para cuidar dos preparativos da festa. A Associação dos Amigos da **Oktoberfest** conta com a participação voluntária de 3000 pessoas, ou seja, 10% da população de Igrejinha.

Eu dou os parabéns à Associação e à cidade por promoverem uma festa com um espírito solidário tão forte. Fiquei muito feliz com a visita de vocês e quero aproveitar para mandar meu grande abraço a toda

população de Igrejinha, que sempre me recebeu tão calorosamente quando lá estive.

Deixo aqui meu convite a todos que me escutam, para que se programem e façam uma visita a Igrejinha. Tenho certeza de que não vão se arrepender. É um carinho para a alma.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, do art. 210 do Regimento Interno.)*



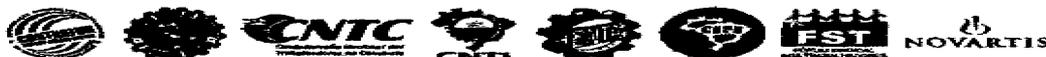
realização:



**PROGRAMAÇÃO**



**Dias 28 e 29 de Novembro  
Senado Federal - Brasília/DF**



## **Dia 23 de Novembro (Terça-Feira) Dia 24 de Novembro (Quarta-Feira)**

### **Período da Manhã**

8:00 - Credenciamento

9h30 - Abertura do Evento

Composição da Mesa

Execução dos Hinos

Bênção do Secretário-Geral da CNBB - Dom Dimas Lara

Saudações do Presidente da COBAP - Warley Martins Gonçalves

Pronunciamento do Presidente da CNTI - José Calisto Ramos

Pronunciamento do Presidente da CONTRATUH - Moneyr Roberto Tusch

Pronunciamento do Presidente da CNTA - Artur Bueno de Camargo

Pronunciamento do Presidente em Exercício da CNTC - Levi Fernandes Pinto

Pronunciamento do Presidente da CNITT - Omar José Gomes

Pronunciamento do Presidente da CSPB - João Domingos Gomes dos Santos

Pronunciamento do Coordenador do FST - José Augusto da Silva

Pronunciamentos das Autoridades Políticas e Dirigentes Convidados

Palestra do Ministro da Previdência Social - Dr. Carlos Eduardo Gabas

Tema: "As Parcerias Internacionais do Brasil"

12h30: Almoço no Restaurante da Câmara dos Deputados

### **Período da Tarde**

14:00 - Exposições dos Países Africanos

15:00 - Palestra do Senador Paulo Renato Palm

Tema: "Dificuldades na Aprovação de Leis e Projetos aos Idosos"

15h30 - Exposições dos Países Europeus

16h30 - Palestras do Conselheiro Nacional de Saúde - Alcides Santos

Tema: "Desafios da Saúde na Terceira Idade"

### **Período da Manhã**

9h30 - Reabertura do Evento

10:00 - Palestra do Profº Wagner Balera

Tema: "A Justiça na Previdência Brasileira"

10h30 - Palestra do Presidente do INSS - Valdir Simão

Tema: "A Evolução da Proteção aos Aposentados"

11:00 - Palestra do Dr. Pedro Laelano Dorvalles

Tema: "Uma Previdência Humana e Igualitária"

11h30 - Exposições dos Latino-Americanos

12h30: Almoço

### **Período da Tarde**

14:00 - Exposições dos Países Asiáticos

15:00 - Palestra do Superintendente da Polícia Federal - Dr. Paulo Quintiliano

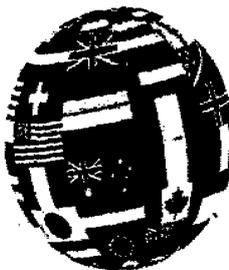
Tema: "A História das Fraudes na Previdência Brasileira"

16:00 - Palestra do Presidente da COBAP - Warley Martins Gonçalves

Tema: "A Força Política dos Aposentados no Mundo"

16h30 - Assinatura do Protocolo da Previdência Universal do Futuro

17h30 - Encerramento do Evento



A população mundial cresce de forma exponencial, tornando-se necessária a elaboração de estratégias inovadoras para se implementar modernas políticas públicas que proporcionem maior qualidade de vida aos idosos. Através deste evento, estamos dando a oportunidade para se unirem esforços para debater e formular um Modelo Previdenciário Universal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. DEM – MT) – Parabéns, Senador Paulo Paim! Em bom momento, V. Ex<sup>a</sup> veio falar sobre preconceito. O Brasil não tem, nunca teve ambiente para questões como essas, que têm de ser extirpadas na fonte. Nós, brasileiros, não concordamos com isso, nenhum cidadão brasileiro compartilha com atitudes como aquela a que assistimos pelo Jornal Nacional. Acredito que isso vem de uma meia dúzia de desempregados, de pessoas que não têm o que fazer, de pessoas que, de forma lunática, adotam uma prática lamentável, prática com a qual, tenho certeza absoluta, brasileiro nenhum concorda.

Quero também cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e todos aqueles que vão participar do 1º Congresso Mundial de Aposentados, que será realizado a partir de amanhã e que contará com a participação de representantes de cinco países deste continente.

Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> é defensor dos aposentados e dos pensionistas do Brasil. Há algo importante: temos de lutar agora para que o salário mínimo, no mínimo...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Em janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. DEM – MT) – Em janeiro.

A proposta inicial é de R\$540,00. O próprio Relator do Orçamento da União tem demonstrado que há ainda como avançarmos. É chegado o momento de, aos poucos, recuperamos o poder aquisitivo daqueles que recebem o salário mínimo e, sobretudo, de resgatarmos dívidas que o Governo deste País tem com nossos aposentados e com nossos pensionistas.

V. Ex<sup>a</sup> sempre defendeu, e defende todos os dias aqui, políticas públicas decentes para contemplar essas pessoas que contribuíram ao longo de suas vidas com o Brasil. É preciso haver, no mínimo, um salário mínimo de R\$570,00 ou de R\$580,00. Esse é o mínimo. O desejo nosso é...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Esse é o pedido das Centrais e das Confederações. Permita-me interrompê-lo para colaborar com V. Ex<sup>a</sup>. É exatamente esse o pedido das Centrais e das Confederações. Amanhã, aqui, vai falar um representante dos aposentados, para mostrar como o nosso idoso é discriminado, exatamente na linha do que V. Ex<sup>a</sup> relatou aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. DEM – MT) – Espero que a Presidente Dilma se sensibilize. Penso que o Presidente Lula avançou muito. Eu me recordo muito bem de que, quando eu era Prefeito de Várzea Grande, havia aquela luta no sentido de fazer com que o salário mínimo chegasse a US\$100 – esse valor estaria muito bom.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. DEM – MT) – Naquela época, concedi um aumento, para que fossem alcançados os US\$100, o que representou um avanço significativo. Entretanto, hoje, US\$100 nada representam. Hoje, o valor é de quase US\$300, mais ou menos isso. Agora, temos de avançar: é preciso que se chegue pelo menos a R\$570,00.

Eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup>, que sempre empunha aqui a bandeira dos aposentados, dos menos afortunados, que continuasse atuando nesse sentido, para conseguirmos esse avanço e para darmos melhores condições de vida para os aposentados. V. Ex<sup>a</sup> tem um aliado nesta Casa, sempre teve e sempre terá, porque as bandeiras que defende representam melhores perspectivas de vida para os aposentados e para os pensionistas deste País.

Parabéns, Senador Paulo Paim!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. DEM – MT) – Quero conceder a palavra ao ilustre Senador da República Magno Malta, que, indiscutivelmente, é um dos brilhantes Senadores desta Casa, que defende com unhas e dentes aqui o combate à pedofilia, luta na qual já se avançou.

Nós, particularmente, temos uma grande admiração pelo trabalho exemplar, operoso e vigoroso que V. Ex<sup>a</sup> fez. Hoje, se há regras, ou seja, políticas públicas, e a lei está prevalecendo sobre a atuação dos pedófilos, isso se dá graças a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Magno Malta. Tenho, de público, de reconhecer esse trabalho brilhante que V. Ex<sup>a</sup> fez, defendendo aqui as crianças, os menores deste País.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jayme Campos, que preside esta sessão, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, dos meios de comunicação desta Casa, antes de começar minha fala, gostaria de saudar três jovens do meu Estado: o Renatinho, que é professor de Educação Física e *personal trainer*, amigo nosso, um grande empreendedor que acredita no esporte como instrumento de prevenção ao uso de drogas e de fortalecimento da vida; a Isabela, sua companheira de trabalho – esses dois jovens têm feito grandes e importantes programações na área esportiva em meu Estado, especificamente na nossa cidade de Vila Velha, onde vivemos –; e a minha filha mais velha, a Magda – fico muito feliz por tê-la aqui, sentada em frente a mim.

A vida passa muito rapidamente, ela é fugaz. Hoje, minha filha é jovem, mas, um dia desses, era só uma criança. Ela cresceu na base do sacrifício. Digo

que foi um sacrifício, Sr. Presidente, porque, quando minhas filhas nasceram, já havia drogados na minha casa. Quando minhas filhas nasceram, eu e a mãe delas já tínhamos colocado dentro de casa pessoas drogadas, advindas de cadeias e das ruas, pessoas que haviam abandonado suas famílias e sua própria vida e se entregado às drogas. Há quase trinta anos, temos nos colocado à disposição dessas pessoas, o que, do ponto de vista humano, Senador Marco Maciel, representou um sacrifício para minhas filhas.

Por isso, fico muito orgulhoso de ver a minha filha ali, a Magda, minha filha mais velha, que tem meu nome. E me orgulho muito da vida que elas levam, do compromisso que têm com a vida humana, do compromisso que têm com Deus, do compromisso que têm com a família, do compromisso que têm com o interesse público e com a vida das pessoas. Agradeço a Deus a oportunidade de poder, nesta tarde, como pai, estar nesta tribuna, até por que posso dormir em paz, sem dor, sem lágrimas, sem angústia, porque as minhas filhas dormem em casa, as minhas filhas não conheceram o submundo das drogas, nem as madrugadas. Muito pelo contrário; cresceram e sobreviveram num ambiente onde eu e a mãe nos dedicamos plenamente à vida dos filhos dos outros, desafortunados, no submundo das drogas e do crime, e aprenderam a amar essas pessoas e dar parte da sua vida, o sacrifício da adolescência, da infância, para que nós pudéssemos produzir vida naqueles que precisavam de vida.

Por isso, minha filha, fico muito orgulhoso de estar na tribuna deste Senado e de tê-la aqui.

Lembro-me, Sr. Presidente, em 1992, muito próximo de nós: V. Ex<sup>a</sup>, um imortal da Academia Brasileira de Letras; e eu, um imortal também porque não tinha onde cair morto. Depois, deixei de ser imortal, porque me elegi vereador, e a vida foi mudando para mim. Agradeço a Deus por poder fazer essa referência e de ter a minha família, as minhas filhas – a Karla, que não está aqui; a minha Jaisliny, minha menor – e a mãe, Kátia, que se submeteram, durante esse tempo todo, comigo a uma missão que Deus deu a mim e à minha família para cumprirmos com vidas de pessoas neste País. De maneira que fico muito feliz.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna movido por um sentimento de justiça e penso que, se não tivesse esse sentimento de justiça, se não tivesse no meu peito a luta, a disposição para gritar e, quando necessário, me fazer ouvir com o grito de justos, certamente nesta hora eu não estaria aqui.

Amanhã, teremos uma sessão, e eu estarei aqui. Será uma sessão contra a discriminação racial e contra todo tipo de discriminação.

Acabei de falar com o Presidente José Sarney e mandei a ele um ofício para que tome providências com a Polícia do Senado e junto à Polícia Federal por conta dessa ameaça de morte ao Senador Paim – é um dever desta Casa –, por um grupo nazista denunciado há três anos. Esse grupo usa um *site* da Google. E estou convocando novamente o Google, porque essa empresa assinou um termo de ajuste de conduta com a CPI da Pedofilia. E esse termo de ajuste de conduta fala de todo tipo de discriminação e de atentado contra a honra, a moral e a emoção de crianças.

Desde 2007, tenho um procedimento – que vou mostrar amanhã –, um protocolo com o Ministério Público de São Paulo, e nenhuma providência foi tomada no sentido de fazer o enfrentamento e a investigação desse grupo maléfico. Ainda hoje esse *site* está no ar. É um *site* do Google. E, hoje à tarde, eles estavam **online**, trocando informações para as ações que farão amanhã no **Twitter**, no *site* de relacionamento, disseminando mensagens, vídeos, fotos contra negros, nordestinos, evangélicos, afrodescendentes e pobres neste País.

Sr. Presidente, um dia disseram que estávamos vivendo o Século das Luzes. Veio o advento da Internet, e tudo se globalizou. Com a globalização, em determinado momento, parecia que nós veríamos serem sepultados, definitivamente, a discriminação, o racismo, a intolerância no Brasil. Mas parece que houve um engano da nossa parte. Era como se eles estivessem dormindo, e os monstros se levantaram.

Hoje protocolei nesta Casa a chamada PEC da Cidadania. Essa PEC da Cidadania teve o privilégio de que fosse assinada por V. Ex<sup>a</sup>, grande Governador de Pernambuco, um homem ligado à educação, respeitado no País, um imortal da Academia Brasileira de Letras, Vice-Presidente da República por oito anos, Senador da República, um dos homens mais probos e preparados da Nação brasileira, Senador Marco Maciel. Tive a oportunidade e o privilégio de ter a sua assinatura nessa PEC da Cidadania.

Senador Marco Maciel, não leio nada na tribuna porque até me atrapalha, mas quero ler essa PEC da Cidadania para que a sociedade entenda os fundamentos dela, como ela foi fundamentada.

O art. 5º da Constituição brasileira diz o que é dever do Estado e direito do cidadão: transporte, saúde, segurança e educação. Se nós ainda temos 10% de analfabetos no Brasil é porque o Estado falhou. Esses 10% de irmãos nossos, a eles foi negado o acesso ao conhecimento. Há uma dívida da Nação para com eles. Mas ainda temos, neste País, meios-cidadãos. Meios-cidadãos! Ainda temos neste País cidadãos que são obrigados a recolher impostos e cumprir, à risca, a lei

que os chamados alfabetizados fizeram, impondo-lhes, não respeitando a condição deles em função daquilo que lhes foi negado.

O voto no Brasil não é facultativo. Analfabetos no Brasil, a Constituição de 1988 deixou-os livres para não votar – podem votar ou não votar –, mas não podem ser votados, como se fossem a escória, o resto. E, para quem olha o texto da Constituição invertido, é como se a Constituição estivesse dizendo assim: “Olha, vocês que fazem parte desses 10%, um monte de cabeças ocas, despreparados, analfabetos, burros, sem letra, vocês têm que nos obedecer – nós mandamos; vocês fazem – e, no processo eleitoral, vocês não têm direito a nada. Vocês só têm que obedecer. Vocês não poderão ser votados. Vocês não têm capacidade para serem representantes de nada”.

Fazendo essa introdução, eu passo a ler texto sobre a PEC da Cidadania:

Art. 1º Revoga, em parte, o § 4º do art. 14 da Constituição Federal.

Art. 2º O § 4º do art. 14 passa a ter a seguinte redação: “São inelegíveis os inalistáveis”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil ainda ostenta um infeliz saldo de 14 milhões de analfabetos, como é chamada a população que não sabe ler nem escrever, que compreende 9,7% da população de 15 anos ou mais em 2009.

E os analfabetos funcionais, como são chamados aqueles que têm menos de quatro anos de estudo, possuem uma taxa duas vezes superior (20,3%).

Pois bem, a Constituição Federal afiança, em seu art. 5º, que trata “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se, entre outros, o direito à igualdade, enquanto o art. 6º assegura, entre outros direitos sociais, o direito à educação – que é a área de V. Ex<sup>a</sup>.

Não obstante o direito à educação, assegurado a todos, a realidade da pesquisa divulgada demonstra, por inúmeras razões, que muitos não têm, de fato, acesso à educação, mazela que atinge uma gama significativa de pessoas que, por viverem ou terem vivido em locais de difícil acesso, por exemplo, ou por terem padecido diversas penúrias, como desnutrição, subnutrição, trabalho infantil e outros, não conseguiram ser alfabetizadas por incompetência estatal, que, por meio de preceito constitucional, deveria ampará-las, conforme fizera a Constituição de 1967, após emenda de 1985, como a se aproveitar da própria torpeza,

os impede, peremptoriamente, de serem candidatos a cargos eletivos.

## 2 – DO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL VIGENTE

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no Capítulo IV, que trata dos direitos políticos, nos §§ 3º e 4º do art. 14, que:

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I – a nacionalidade brasileira;

II – o pleno exercício dos direitos políticos;

III – o alistamento eleitoral;

IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;

V – a filiação partidária;

VI – a idade mínima de:

**a)** trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

**b)** trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

**c)** vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

**d)** dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Não há como negar que, da simples leitura do referido artigo, constata-se que os analfabetos estão sendo vítimas de discriminação inaceitável.

Imagina-se, com facilidade, todas as dificuldades enfrentadas pelos ditos “analfabetos”, cidadãos que experimentam característico constrangimento e grande problema para reivindicar seus legítimos direitos e interesses, já que a própria palavra usada indevidamente para defini-los soa como pejorativa, denotando a idéia de “fracasso” pessoal, estigmatizando a pessoa como se tal característica se resumisse como ser humano.

A corroborar com tal conceito de “inutilidade”, vemos a Carta Magna do País impedir grande número de cidadãos, irmãos nossos, resumidos a meros “analfabetos”, de se candidatarem a qualquer espécie de cargo eletivo, retirando-lhes a faculdade de, como sujeito de direitos que são, tornarem-se elegíveis.

## 3 – DA INDEFINIÇÃO E SUBJETIVISMO DO TERMO: “ANALFABETO”

Muito pior do que o próprio preceito constitucional injusto que se pretende corrigir com essa emenda é que operadores jurídicos, doutrinadores e juristas, que não se entendem no ato de definir o conceito de “analfabeto”, que não está previsto em qualquer legislação, acaba decidindo quando da admissão dos

registros dos candidatos, segundo peculiares e subjetivas interpretações, entendendo, em grande parte, que o exercício soberano de ser candidato deve ser relegado somente aos letrados, o que não coaduna com o ideal da democracia que este Parlamento tem a função precípua de defender.

Mas, afinal, o que é, Sr. Presidente, “analfabeto”?

Adriano Soares da Costa esclarece (a ausência de esclarecimento): “Não existe um conceito unívoco de analfabetismo, de modo a seguramente ser aplicada no Direito Eleitoral”.

Não existe, portanto, na doutrina prática ou na legislação vigente, um conceito pronto, seguro, unívoco do que seja analfabetismo, o que deixa o cidadão aclamado em convenção partidária sob o jugo discricionário de julgadores e representantes do Ministério Público, que muitas vezes pensam de maneira diversa e até oposta, o que pode constituir um verdadeiro atentado ao soberano direito de tais cidadãos se candidatarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Senador Magno Malta, eu gostaria de interrompê-lo por alguns segundos para registrar a presença, na galeria, dos vencedores do concurso de redação do Senado Federal.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Parabéns! Sejam bem-vindos.

Neste momento, faço um pronunciamento na defesa dos 10% discriminados nesta Nação brasileira que tiveram o seu direito ao conhecimento negado, porque a Constituição diz que é direito do cidadão receber do Estado segurança, saúde, educação, e os analfabetos, como são chamados, tiveram o seu acesso negado a quem lhes deveria dar. É direito e é dever do Estado, e o Estado não cumpriu o seu dever.

Portanto, não há como se negar tal direito aos analfabetos, pois a verdadeira sabedoria brota da essência dos homens, e essa teoria de que o não alfabetizado deve ser excluído do direito de ser votado é discriminatória e repulsiva, pois o conhecimento técnico formal exigido, a ética e a moral não caminham sempre lado a lado, existindo candidatos despreparados, corruptíveis e corruptíveis em todas as camadas sociais, independentemente do nível de cultura, já que cultura não é, necessariamente, sinônimo de sabedoria.

É inegável que existem muitos diplomados ignorantes, assim como existem muitos analfabetos sábios. A sabedoria não se consegue apenas com estudo, razão pela qual são muitos os teoricamente sem cultura que possuem elevado grau de sabedoria, posto que erudição não constitui, por si só, sabedoria. É só olhar o Presidente da República do Brasil.

Em tal sentido, vejamos o que diz o representante do Ministério Público Luiz Ismaelino Valente:

Nem a Constituição nem as leis definem o analfabeto... Analfabetismo não é sinônimo de ignorância. Há muito apedeuta com diploma de nível superior. Se é para fazer testes, que se faça um que afira a honestidade do candidato. É melhor um analfabeto honesto do que um letrado corrupto.

Um homem não pode ser medido pelo seu grau de escolaridade para disputar uma eleição e representar o seu povo. Um homem tem que ser medido pelo seu caráter. É melhor um Deputado analfabeto no Parlamento que um letrado corrupto no Parlamento.

#### 4 – DA INJUSTA CONDIÇÃO DE VOTAR SEM PODER SER VOTADO

O art. 529 da CLT dispõe sobre as condições para o trabalhador votar e ser votado:

- a) estar associado por mais de seis meses na entidade sindical e ter mais de dois anos de exercício da atividade ou da profissão;
- b) ser maior de 18 anos;
- c) estar no gozo dos direitos sindicais.

Não se faz qualquer distinção entre candidatos e eleitores analfabetos ou alfabetizados, como deve ser.

Embora seja negado inexplicável e injustificadamente ao analfabeto o soberano exercício da elegibilidade, diversas legislações, como a acima mencionada, permitem que executem importantíssimas tarefas, como a de adquirir e alienar móveis e imóveis, casar-se, divorciar-se, contrair empréstimo, pagar tributos, defender a Pátria através da prestação de serviço militar obrigatório, dentre outros.

Também a mesma Constituição Federal que o discrimina permite que o inelegível analfabeto eleja, senão vejamos :

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

- I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II – facultativos para:
  - a) os analfabetos;
  - b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Sobre o assunto, volto a mencionar os louváveis comentários do Procurador de Justiça Luiz Ismaelino Valente: “Os direitos políticos exteriorizam-se de duas formas: o direito de votar e o direito de ser votado. A cidadania pressupõe igualdade.”

Julien Freund, em **A Essência da Política**, proclamou uma verdade absoluta: “Ninguém” – ninguém! – “pode ser mais cidadão do que o outro.” O legislador brasileiro não leu o mestre francês.

A Constituição de 1988 negou ao analfabeto o direito de ser votado, mas lhe conferiu o direito de votar. Isso não representa um avanço, não, Sr. Presidente, pois a Emenda à Constituição nº 25, de 16 de maio de 1985, já assegurava ao analfabeto, na Carta de 1967, o direito de votar.

“A lei brasileira só deu ao analfabeto metade dos seus direitos políticos” – disse, com ironia, José Cretella Júnior. Quer dizer: entre nós, o analfabeto é só metade cidadão. Estamos mais atrasados do que a Polônia e a Bulgária, que consideraram elegíveis os analfabetos, que, lá, como cá, constituem boa parcela da população e merecem ser representados, como os demais segmentos da sociedade.

Que prevaleça a plenitude dos direitos políticos positivos, de votar e ser votado. A concentração desses direitos no indivíduo é o que faz o cidadão, Sr. Presidente.

“A interpretação das normas relativas aos direitos políticos”, Senador Paim, “deve considerar a amplitude do direito de votar e de ser votado”.

Atualmente, toda a população, alfabetizada ou não, tem acesso à informação, por meio de diversos tipos de veículos de comunicação e, assim, pode adquirir pleno conhecimento sobre o País e o mundo.

Aliás, os analfabetos são os únicos alistáveis que são inelegíveis – isso é um absurdo, Senador Paim! –, servindo muito bem para trabalharem e gerarem riqueza para o País, bem como para serem responsáveis por seus atos na vida civil e penal, e pela escolha de seus representantes políticos, sendo que a ausência desse direito lhes retira a condição de cidadania elementar.

Ressalto, ainda, que o fato de o exercício do voto por parte deles ser facultativo não elimina a discriminação inexplicável, posto que facultativo também é o exercício do voto aos maiores de 70 anos, e nem por isso tais cidadãos são impedidos de se candidatar. O voto é facultativo para os maiores de 70 anos, mas não é lhes tirado o direito de votar, desde que eles não sejam analfabetos. Ora, nós estamos diante de um debate que não precisávamos mais fazer, Sena-

dor Paim: o da compatibilidade do analfabetismo com a elegibilidade.

Qual é a razão que impede os analfabetos de serem votados? Eles não entenderiam as leis – olha só! – e documentos da sua rotina de trabalho? Poderiam ser facilmente enganados por terceiros de má-fé? É isso que os impede de serem votados?

Ora, então, nessa linha de raciocínio, todos os políticos alfabetizados entendem as leis, elaboram-nas, cumprem-nas com perfeição e não são enganados por terceiros? Claro que não! Muitos passaram por aqui e nunca conseguiram aprovar uma lei. Muitos passaram pela Casa e nunca frequentaram uma Comissão na Câmara dos Deputados, e muito elaboraram leis e, depois, saíram algemados como corruptos, mesmo sendo alfabetizados.

A história política do Brasil mostra que um número significativo de agentes políticos, todos alfabetizados, cometem equívocos próprios dos seres humanos, muitas vezes de boa-fé, outras vezes imbuídos por interesses pessoais ou escusos, pois honestidade, dignidade e decoro não são privilégios dos abastados, cultos ou alfabetizados, constituindo o impedimento de elegibilidade do analfabeto instrumento de discriminação execrável, incompatível com os preceitos democráticos de um País como o nosso.

Interessante ressaltar, Sr. Presidente, que tal impedimento não é técnico, mas preconceituoso, Senador Paim.

O impedimento não é técnico, Senador Jayme Campos, é um impedimento preconceituoso e estigmatizador, tanto que a Constituição Federal permite a elegibilidade de pessoas com deficiência visual, por exemplo, que, em tese, padeceriam das mesmas dificuldades dos definidos como “analfabetos”, mas, felizmente, não sofrem tal discriminação.

Dizem que eles não podem ser votados porque podem ser enganados por pessoas de má-fé, que eles não podem decidir entre o bem e o mal porque não tiveram acesso à escolaridade. Isso é o fim do mundo. Isso é o fim do mundo! Aliás, pessoas com deficiência visual já comprovaram competência admirável para desempenhar altos cargos políticos, como, por exemplo, David Paterson, o primeiro governador cego dos Estados Unidos, que assumiu oficialmente o mandato em Nova Iorque, e o Presidente Joaquim Balaguer, da República Dominicana.

Tal como os deficientes visuais, os rotulados de “analfabetos” podem encontrar pessoas confiáveis, que lerão para eles papéis relevantes e escreverão o que eles ditarem, pois podem ser cultos e muito sábios, já que a sabedoria não está vinculada aos conhecimentos técnicos específicos repassado nos bancos das

escolas, pois o analfabetismo não os torna incapazes ou menos inteligentes.

Senador Paim, o Juiz Federal Ivan Lira de Carvalho discorreu sobre o tema de forma muito apropriada.

V. Ex<sup>a</sup> olha para mim atentamente, porque sei que V. Ex<sup>a</sup> concorda com cada palavra do meu pronunciamento.

Ouçã bem, minha filha, o que disse ele.

Senador Paim, a maior sabedoria que eu já vi, na minha vida, foi a de uma analfabeta profissional, que era minha mãe. Ela tinha caráter, dignidade, capacidade e criou os filhos com capacidade, com dignidade, ensinando a retidão de procedimento e de comportamento.

Isso aqui, minha filha, foi o que sua avó me ensinou.

O Juiz Ivan Lira de Carvalho discorreu sobre o tema de forma apropriada...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, vou pedir água para a assessoria, pois eu senti que a emoção o pegou e a voz, eu sei, fica embargada.

Eu entendo o momento de V. Ex<sup>a</sup>, ao lembrar de sua mãe, que foi analfabeta. Meu pai e a minha mãe também eram analfabetos. Entendo, também, o que V. Ex<sup>a</sup> fala, porque eu tenho, no meu gabinete, no Sul e aqui, dois meninos cegos que são excelentes. Dão *show* em muita gente.

Eu quero só cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, enquanto V. Ex<sup>a</sup> respira. Não é um aparte, mas apenas um cumprimento. Tenha certeza de que nós temos o mesmo ponto de vista, porque o que V. Ex<sup>a</sup> está demonstrando é o preconceito contra aquele que não teve oportunidade de aprender a ler e a escrever.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Senador Paim:

Num país onde faltam escolas e onde as crianças são destas arrancadas para lavourar ou trabalhar em carvoarias, é bem comum a escravidão do analfabetismo. E quando alguém alcança a luz das letras incipientes, deveria ser louvado e elogiado, e não ser perseguido para que não exerça uma porção da sua cidadania, que é justamente a exposição ao julgamento popular, via voto.

Penso que melhor seria, ao invés de ser procurada a execração de quem não é “doutor em letras”, fosse dada contribuição ao soerguimento de trabalhos educacionais (...)

lembro, para mim e para os que divergem do meu pensamento, que Jean Jacques Rousseau, aquele mesmo que brindou a hu-

manidade com “**Do Contrato Social**”, foi analfabeto até os trinta anos de idade e somente aos trinta e cinco começou a escrever, conforme atesta Graça Aranha em “**A Estética da Vida**”, na página 194.

Conclusão, Sr. Presidente.

É claro que este projeto não pretende soar como um retrocesso ou uma apologia à falta de conhecimento técnico ou educacional, pois sabemos da importância da educação para o desenvolvimento da Nação e dos cidadãos em geral, e devemos lutar de todas as maneiras para a erradicação do analfabetismo no Brasil, sem alijar, excluir ou ignorar o grande número de analfabetos ainda existentes no País, que possuem, sim, o direito de se lançarem candidatos e disputarem cargos eletivos em condições de igualdade com candidatos alfabetizados, posto que esta característica, por si só, não os fazem incapazes, inferiores, melhores ou piores que os demais, para o efetivo exercício da vida pública.

A nossa batalha, Senador Paim, deve ser contra o analfabetismo no Brasil, não contra os analfabetos.

Constata-se, ainda, que o vocábulo “analfabeto”, com que querem estigmatizar concidadãos e impedi-los de ser eleitos deve ser excluído do conceito de inelegibilidade (§4º, art. 14, da Constituição Federal), além de preconceituoso é impreciso, indefinido, sujeito à discricionária e subjetiva interpretação de julgadores, muitas vezes pouco democráticos ou flexíveis.

José Aleixo, Doutor em Ciências Políticas e membro da Academia Mineira de Letras, no artigo intitulado “*A Inelegibilidade de Analfabetos – Uma nódoa na Constituição*”, ao referir-se aos ditos “analfabetos”, afirma que tais pessoas, ante o preceito constitucional ora atacado:

...dolorosamente estão cerceadas na sua cidadania e sujeitas a ouvir, confundidas e humilhadas, a pungente sentença: “Como vocês são analfabetos, são também, constitucionalmente, inelegíveis!” Elas sofrem dupla e perversa punição. Por injunções e incúrias, alheias, não tiveram condições de aprender a ler e a escrever e, em consequência disso, são privadas do elementar direito de ser sufragadas. Estes cidadãos, com as duras lições da escola de vida, podem valorizar muito mais que os outros, bafejados pela fortuna, a importância dos educandários e saberão lutar para que todos tenham acesso a eles.

A Constituição de 1988 negou, Senador Paulo Paim, ao analfabeto, o direito de ser votado, mas conferiu-lhe o direito de votar. Isso não representa um

avanço, posto que, ainda em 1985, a Emenda Constitucional nº 25, do dia 16 de maio, já assegurava ao analfabeto, na Constituição Federal de 1967, o direito de votar, o que, por erro inescusável, não foi recepcionado pela Carta Magna de 1988, ironicamente conhecida como Constituição-cidadã, mas que concedeu aos analfabetos apenas 50% da cidadania a que fazem jus, vez que reconheceu apenas a metade de seus direitos políticos.

Para expungir, retirar esta nódoa de nossa Constituição, basta suprimir do §4º do art. 14, o termo “analfabetos”. Assim, livrar-se-ão eles de serem esbulhados pelas ruas, debulhados, ralados, humilhados de prerrogativas comuns à cidadania, podendo pôr fim postular cargos políticos como qualquer outro candidato, submetendo seu nome à vontade soberana dos eleitores.

Por anacrônico, injustificável e injusto, peço o apoio dos senhores, desta Casa, para essa emenda constitucional.

Senador Paim, aquela Casa, à qual pertencemos, a Câmara Federal, é a representação do povo. Lá tem representação de bicheiro, representação de escola de samba, representação de plano de saúde, de latifundiários, de banqueiros, representação de sindicatos, de evangélicos, enfim, representantes de todas as cores e matizes e manifestações sociais.

Em um País que ainda tem 10% de analfabetos, quando a Constituição afirma, e de forma contraditória, porque é dever do Estado e direito do cidadão a segurança, a saúde e a educação, esses 10% tiveram seu direito negado. Ora, uma vez tendo seu direito negado, não tiraram deles também a responsabilidade de pagar impostos, de trabalhar, de criar família, de votar, de cumprir papel com a sociedade e, acima de tudo, de eleger pessoas, porque o voto não é facultativo, e a Constituição de 1988 facultou o voto ao analfabeto como facultou aos maiores de 70 anos. Mas os maiores de 70 anos, em não sendo analfabetos, poderão ser votados. Há uma série de contradições. Este Texto Constitucional, olhado de forma invertida, diz exatamente o seguinte: “Bando de despreparados, cabeças ocas, burros, analfabetos, vocês, que nada sabem, têm que viver para cumprir ordens nossas. Nós mandamos, e vocês fazem. Vocês são massa de manobra. Nós vamos manobrá-los sempre”.

Ora, isso acontece em um País que negou o direito a 10% e ainda está muito longe de erradicar o analfabetismo. Se aquela Casa é a representação do povo, é mais do que justo que os chamados analfabetos tenham representatividade e assento naquela Casa, porque um homem não deve ser medido pelo seu grau de escolaridade. Um homem tem que ser medido pelo

seu caráter. Até porque o problema da Câmara dos Deputados, o problema do Senado Federal, o problema da política brasileira, Senador Paim, não são os analfabetos, são os sabidos demais.

Ao tratarmos a escolaridade do Vice-Presidente da República, um dos empresários mais bem-sucedidos deste País, que, quando fala de economia, parece que é professor de economia em Harvard, nos Estados Unidos, mas que tem apenas o terceiro ano primário, veremos que é um gerador de honra neste País, porque gera milhões de empregos, como tantos outros que não tiveram acesso à universidade, que não tiveram, pelo menos, ao segundo grau. Se olharmos o Brasil de hoje na ótica da escolaridade do Presidente da República, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem apenas o 4º ano primário, veremos, Sr. Presidente, que escolaridade não é sinônimo de competência, não é sinônimo de visão e não é sinônimo de sensibilidade.

Foi exatamente nesses oito anos que o Presidente Lula construiu vinte novas universidades e extensões. Foram nesses oito anos que o Presidente Lula, que tem o 3º ano primário, construiu 214 escolas técnicas, o Presidente Lula fez o ProUni, o Presidente Lula fez a maior inclusão social do ponto de vista da educação na história do Brasil.

Ora, a melhor página da história do Brasil foi escrita por um semianalfabeto chamado Luiz Inácio Lula da Silva. Como é que ainda podemos discriminar analfabeto neste País?

Ontem, desentendi-me com um Deputado – não vou citar nome –. Fui pegar assinaturas de Senadores, e desavisado, sem saber de nada, disse: “Eu não concordo”. Eu disse: “Primeiro, não estou lhe perguntando”. Ele disse: “Precisamos é melhorar a Câmara”. Eu falei: “Perfeitamente. Elegendo gente com vergonha na cara”. “Ah, porque um analfabeto não vai saber ler um projeto, um analfabeto não vai saber elaborar um projeto”. “Ora, quem elabora projetos senão a assessoria? Quem vive lendo projeto a não ser uma meia dúzia de dedicados? A maioria absoluta não lê nada. Os projetos são elaborados por assessorias técnicas, por assessoria de gabinete. E a Casa está muito bem servida, tanto a Câmara Federal como bem o Senado da República” Para construir essa peça aqui, que era tão somente o sentimento da minha alma, fui buscar a assessoria do Ministério Público, fui buscar a assessoria do Conamp, fui buscar a assessoria de juristas, do corpo técnico desta Casa, para que eu pudesse colocar no papel o sentimento da minha alma, porque não podemos mais conviver com discriminação neste País.

Agora não me venha com uma história como essa de um sujeito que pensa que passou pela facul-

dade e por isso é melhor do que o outro. Até porque nos escândalos deste País não estão envolvidos os analfabetos; muito pelo contrário, estão envolvidos os letrados. E as pessoas que têm ido para a cadeia neste País normalmente pousam de doutores, com anel no dedo, porque passaram pela faculdade. São lobistas interessados no seu bem comum e esquecem o País, os pobres, os menos favorecidos. Eles, sim, envergonham a Nação, e não os analfabetos deste País.

Por isso, Senador Paim, espero que nos livreiros dessa nódoa. Espero que esta Casa faça justiça, Senador Paim. O advento Tiririca trouxe à luz o debate. E, desavisadamente, aquele Deputado dizia assim: “Olha como o Brasil vive, hoje, elegendo Tiririca para ser Deputado Federal”. Como o Brasil vive hoje? E perguntei a ele: O senhor acha que é melhor do que o Tiririca em quê? “Um palhaço?” Eu disse: Não, senhor, ele é profissional do riso, ele é um artista, e eu nem posso chamar o senhor de palhaço porque eu estaria ofendendo os palhaços, que é uma classe séria deste País. Nem de palhaço posso chamá-lo, não sei qual é o termo que posso usar, olhando nos olhos de um discriminador, de alguém que não respeita aqueles que tiveram seu direito negado neste País.

Realmente, a sociedade brasileira precisa aprender a votar; votar em quem tem compromisso com a sociedade, quem tem compromisso com a vida. Agora, imagine alguém que não teve acesso ao livro, que organiza a sua sociedade, organiza o seu bairro, faz uma associação de moradores, faz uma cooperativa de catadores de lata, de catadores de papelão, que reivindica do Prefeito o calçamento da rua, que queima pneu na rua, chama atenção das autoridades, que lidera o grupo do seu bairro para a melhoria de condição de vida. Veja se um indivíduo desse, com essa capacidade, por não ter passado pela escola, não está preparado para representar a população do seu bairro. Claro que ele está! Claro que ele está! Mas, enquanto se nega o direito a eles, os sabidos vão lá com dinheiro, com mentira, comprando consciência, desmoralizando; são detentores do poder a seu bel-prazer.

Volto a repetir, Senador Raupp, o problema do Brasil não são os analfabetos, são os sabidos demais. Portanto, Senador Paim, Tiririca, a esse a vida negou tudo. Com ele, também os profissionais do circo, artistas mesmo, que levam o riso aos distritos deste País aonde o Cirque Du Soleil não vai. O Cirque Du Soleil e tantos outros vão à capital, o teatro vai à capital, porque os teatros do Sesi só há nas capitais, nas grandes cidades. O Ministério da Cultura só apoia e só aprova, os conselhos só aprovam, projetos de artistas famosíssimos, para que saiam arrecadando em Petrobras e

Nestlé para fazerem *shows* para 500 pessoas, porque se forem tocar na rua não juntam mil.

Aqui é tão engraçado que Bruno e Marrone, Zezé de Camargo e Luciano, Amado Batista não fazem parte da MPB. O que é MPB? Música popular brasileira. O que é popular? É popular, é do povo. Então Zezé de Camargo e Luciano, Amado Batista, que põem 150 mil pessoas em frente a um palco, esses não são MPB. MPB são só aqueles que cantam em teatro para 500 pessoas, até porque tem que ser ali mesmo, porque ninguém vai mais. Esses têm tudo aprovado no Ministério da Cultura.

Agora, aonde só vai aquele parquezinho, Senador Jayme Campos... Senador Jayme Campos, olhe para mim! Lá perto da sua fazenda, da sua cidade, aquele distritozinho. V. Ex<sup>a</sup> foi Governador, sabe do que eu estou falando –, aquela cidadezinha aonde só chega aquela tourada, aquele parquezinho, Jayme, com aquele alto-falantezinho em cima, aquela boca de alto-falante rachada, aquele circozinho que a gente vê armado dentro do distrito ao passar pela estrada, passa ali trinta a quarenta dias, levando alegria... Se eles pararem para que os filhos estudem, eles morrem de fome, e a cultura morre, porque o Cirque Du Soleil não vai lá.

Os artistas que têm os seus projetos aprovados aqui no nosso querido Ministério da Cultura, esses não têm, esses não têm nem aposentadoria. Assim como há os ônibus do Senai, do Senac, para andar por aí, até fazendo mamografia agora, tratando de dente, ônibus ambulante, poderia haver um projeto de educação para atendê-los onde eles estão, um projeto só, mas não vão.

Esse foi um que se salvou. Quantos artistas do riso da qualidade de Tiririca o Brasil tem? Milhares! Milhares! No Ceará, então, de onde ele veio... Milhares e milhares. Mas aconteceu a música Florentina, ele ficou conhecido. Um profissional do riso que não precisa de **script**, que não fala palavrão e que faz as pessoas rirem, porque faz mesmo. Ele é um profissional do riso! Agora: “Não, votaram nele porque foi voto de protesto”. Pois bem. Quando votaram em Enéas, disseram: “Foi voto de protesto”. Mas ninguém comentou muito, porque Enéas era um intelectual, um cardiologista, um sujeito com uma clínica muito bacana. Não dava para bater no Enéas. “Era um voto de protesto.” É. Como é que voto de protesto? “Eu votei nesse cara aqui a vida inteira. O ano passado votei no outro, agora não voto mais. Vou votar no Enéas.” E daí? Escolheu o cara para dizer que não vota mais nos outros. Quando o Clodovil se elegeu, voto de protesto, mas não podia bater muito, porque ele era global, era um cara de televisão, um estilista querido, respeitado no

meio dele, um estilista famoso. Mas o Tiririca parecia defunto sem choro. “Vamos bater nele, analfabeto, veio do circo, um despreparado”. E agora eu vejo, o Tiririca vai lá e escreve.

Não precisava nada disso se a Constituição não os humilhasse. Quem votou no Tiririca, votou no Tiririca protestando, em muito boa parte. Disseram: “Não, eu votei no fulano e não vou votar mais. Foi ex-governador aqui e não quero votar mais. Votei no Sr. fulano de tal que é empresário, quis ser Deputado Federal. Já votei uma vez, não ganhou, não vou votar mais. Eu agora vou votar no Tiririca, porque quando eu chego em casa eu ligo a televisão, fico sentado no sofá e quem me desestressa é ele. Eu adoro ver Tiririca, eu dou mil risadas. Vou votar nele.” Votou no Tiririca.

Quem sabe a população de circo, que é muito grande no interior de São Paulo, votou nele. Ele teve 1,3 milhão de votos. Agora dizem que ele não pode tomar posse? Por quê? E nem os Tribunais o protegem? Por quê? Há muita gente ficha suja recorrendo nos Tribunais para tomar posse. A condição do analfabeto é tão deprimente, é tão deplorável, Senador Jayme Campos, que nem aos Tribunais eles podem recorrer.

Aí o Juiz: “Não, ele leu e escreveu”. Tiririca deu uma risada na cara de todo mundo. Leu e escreveu. Aí o Promotor disse: “Não, não. Eu vou recorrer porque algumas palavras estavam erradas.” Esse Promotor parece que nunca leu receita de médico. Esse Promotor ouviu falar dos problemas que houve no Enem? Porque a grande reclamação era de que havia coisa errada, frase errada, palavra errada no Enem. Ora, se o Enem está errado, estão querendo cobrar o que de Tiririca?

Eu tenho provas... V. Ex<sup>as</sup> sabem, Senadores Jayme Campos, Paulo Paim e Raupp, que eu relatei um projeto do Senador Gilvam que depois foi para a Comissão de Educação para acabar com o exame da Ordem.

Existe uma organização de bacharéis no Brasil que discordam do exame da Ordem e que lutam, com muita força, para acabar com o exame. Eles vieram ter comigo e adquiriram, Senador Jayme – vou mandar um pacote para V. Ex<sup>a</sup> sorrir –, correção de provas da OAB por doutores, por empresas contratadas para fazer os testes da OAB. O senhor vai rir, Senador Paulo Paim, do que eu vou lhe dar: eles escrevendo na borda o que estava errado. Tudo errado, o português todo errado! Estão querendo cobrar o que de Tiririca? Fala para mim.

Eu mesmo... O meu sonho era ser advogado, mas eu não consegui passar no vestibular. De vez em quando eu mando uma palavra errada. Falar mais do que um intelectual igual ao Senador Mão Santa... É um

homem de muita leitura, um médico, com doutorado, respeitado, mas você já viu as concordâncias do Mão Santa? Já viu o português do Mão Santa? Então, o promotor tem de dizer que o Mão Santa não pode ser candidato mais. Isso é uma piada! É uma piada tão grande, de mau gosto e tão acintosa contra um ser humano como o Tiririca, que passou a vida passando dificuldade, teve o seu cirquinho queimado antes de vir para São Paulo e, agora, se vê humilhado na televisão todos os dias!

Um conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, Senador Jayme, esta semana representou contra o promotor de São Paulo – um conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público. E é o conselho que eu dou ao PR: represente contra o promotor. Ele não é o dono do mundo, a sabedoria do mundo não é ele, a precatória do mundo não é ele.

Nesta semana, convidei o Presidente do Conamp, que veio ao meu gabinete, a quem mostrei esta proposta de emenda à Constituição. O Presidente do Conamp, que esteve em meu gabinete com a sua assessoria, comunga com o Brasil, que não quer aceitar a discriminação. Ele disse: “Olhe, um conselheiro entrou contra o promotor”. E isso é muito ruim para o Ministério Público porque ninguém diz quem foi o promotor, ninguém cita o nome dele, cita o nome do Ministério Público: “Foi o Ministério Público”.

Aliás, o Conamp precisa tomar uma providência, porque há tanto prefeito no interior virando bandido por causa de promotores novinhos, que nunca tiveram um voto, que chegam ao município e o prefeito é eles. Eles é que dão ordem, fazem e desfazem. Choveu, caiu o muro da creche, diz o promotor: “Vinte e quatro horas para fazer”. O prefeito fala: “Excelência, em 24 horas, não dá.” O promotor responde: “Problema seu. Abro um processo contra você”. Aí o homem corre para fazer em 24 horas, faz sem licitação e toma dois processos.

Então, os prefeitos precisam começar a reagir contra eles e dizer: “O senhor me denuncia e eu o denuncio lá em cima, no Conselho do Ministério Público. Ora, eu fui eleito, eu preciso governar. Se eu estiver fazendo indignidade, o senhor entre contra mim, mas o senhor não me persiga porque o senhor não tem voto”. Ao contrário disso, os prefeitos morrem de medo. Morrem de medo! Isso tem que acabar, Senador Jayme.

O partido do Tiririca, que é o meu partido, tem que enfrentar esse promotor. Se o partido tiver medo de representar contra ele, eu vou representar.

Quer fazer sucesso? Seja um Cembranelli da vida, enfrente a briga, vá lá e condene os Nardoni. Quer fazer sucesso? Seja um Blat na vida. Quer fazer sucesso? Seja uma Márcia Velasco, Promotora de Fernandinho Beira-Mar. Quer fazer sucesso? Vá enfren-

tar briga grande. Agora, ir à imprensa todo dia e dar entrevista para humilhar publicamente uma criatura a quem a vida negou tudo, chamado Tiririca?

Eu sei que milhões de brasileiros estão me ouvindo agora. Imagino até que alguns que tiveram o pai analfabeto que trabalhou dia e noite para dar uma faculdade para um filho que hoje é advogado, pais que pagaram com cheque pré-datado a faculdade para formar uma filha professora, no cabo da enxada, como cobrador de ônibus, vendendo laranja, acordando de madrugada, pegando feira, ou sendo faxineira, como era minha mãe, meu pai relojoeiro, para que eu e meus irmãos nos tornássemos o que nos tornamos.

Senador Paim, essas atitudes são uma humilhação contra nós, brasileiros de origem simples, que estamos sendo vilipendiados ao ver nossos irmãos, 10% ainda deste País, que tiveram seu direito negado, serem afrontados de forma tão vil e de forma irresponsável.

Pois somando os anos de escola do Presidente Lula com os anos do vice-Presidente José Alencar, não dão sete anos de escola. E o Presidente Lula é o maior Presidente da história deste País.

No governo do doutor, o doutor não fez uma universidade; no governo do doutor, o doutor fez um decreto proibindo escola técnica; o doutor não fez o ProUni, o doutor não fez a universidade do negro; não foi o doutor que tirou trinta milhões de brasileiros da miséria; o doutor não conseguiu pagar o FMI.

O analfabeto Lula pagou US\$15 milhões, e depois, de pirraça, emprestou mais US\$14. Foi Lula que criou a Farmácia Popular, Lula criou o Minha Casa, Minha Vida, Lula tirou do escuro quinze milhões de brasileiros que não tinham direito a água gelada porque não tinham luz.

Um dia, ouvi depoimento do Senador Jayme Campos, um homem do DEM, ex-Governador do Estado dele, respeitado. Ele me disse: “Esse projeto do Lula, o Luz para Todos, durante vinte anos eu ouvia essa conversa. Viajava e via o meu Estado, as fazendas sem luz, porque os governos federais não tomavam uma atitude. E chegou. Chegou para os colonos meus”.

Olha só. Esse homem só tem o terceiro ano primário. Nós não vivemos mais nessa época, não são dias mais. Os ditadores todos eram intelectuais. Os homens da ditadura militar intelectuais, todos generais. Ninguém se torna general por não ter estudado. Todos generais, e nos submeteram ao martírio, à humilhação daquilo que nós vivemos neste País.

Por isso, Senador Paim, é uma PEC, mas é também o desabafo de um cidadão filho de analfabetos. E a mim e aos meus irmãos foi negado o direito de ter acesso a livros, como a tantos milhões de brasileiros.

Por isso, penso que o cidadão, para ser candidato, para ser votado, precisa ser honesto, honrado, ter um passado de luta, um presente de trabalho pela sua comunidade, pelo seu bairro, pela sua cidade, pelo seu Estado, um investimento de vida, uma prestação de serviço com a sua própria vida às famílias, às crianças, à comunidade como um todo. Ele pode até não saber juntar duas frases e nem saber nenhuma palavra em inglês, e pode nem saber digitar, ainda.

E eu quero saber o seguinte: proibiremos os analfabetos digitais de serem votados? Porque são muitos que só sabem ligar e desligar o computador, como eu. Seremos impedidos, diante da tecnologia? Ou vamos alterar a Constituição brasileira para que tenhamos, de fato, cidadãos inteiros e não meio cidadãos? E tiremos da humilhação 10% dos nossos irmãos que têm tanto direito nessa vida, têm tanto direito neste País quanto aqueles que tiveram a oportunidade e o privilégio de frequentar a escola.

Que Deus nos ajude!

**O Sr. Jayme Campos** (DEM – MT) – Um aparte, Senador Magno Malta?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Senador Jayme.

**O Sr. Jayme Campos** (DEM – MT) – Sei que V. Ex<sup>a</sup> está concluindo, mas quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela fala na noite de hoje. V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, lúcido e, acima de tudo, coerente e corajoso. São poucos os políticos neste País que têm a coragem de ir a uma tribuna como a do Senado Federal e expressar, com muita clareza e com muita evidência, suas opiniões, sobretudo aquilo que é certo e aquilo que é errado. Quando o senhor fala aqui sobre o que acho que queriam fazer contra o Tiririca não existe em um Estado Democrático de Direito. A beleza da democracia, Senador Magno Malta, é que o povo escolhe seus representantes. Como o senhor bem disse, não é um promotor de Justiça ou um juiz que tem autoridade, a prerrogativa de tirar os um milhão e trezentos mil votos do Tiririca no Estado de São Paulo. Portanto, eu acho que se Tiririca não teve a primazia, a felicidade de ser uma pessoa alfabetizada até então, a culpa é do próprio Estado, que tem a obrigação de gerar oportunidades, sobretudo na questão da educação, da saúde, de uma melhor condição de vida para o seu povo. Portanto, quando V. Ex<sup>a</sup> propõe aqui a PEC para fazer uma emenda à Constituição em relação aos analfabetos, eu já fui signatário, como V. Ex<sup>a</sup>, e assinei consciente da importância. Como é que um cidadão pode votar e não pode ser votado? Então, eu acho que o Brasil tem que mudar, sobretudo acabar com esse preconceito. Isso é preconceito. É a mesma coisa: um cidadão com dezesseis vota, e ele não tem nenhuma responsabilidade civil e criminal, muitas ve-

zes, porque é menor. Mas para escolher seus governantes ele tem esse direito. Então, Senador Magno Malta, eu já disse e reitero aqui: o senhor é um dos Senadores mais valorosos e, acima de tudo, corajoso, que fala a verdade que muitos não têm a coragem de externar. Nesse caso, particularmente, do Tiririca, V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão. E tenha certeza de que essa emenda constitucional é meritória e vai ser aprovada, por unanimidade, nestas Casas, na medida em que, aí sim, estaremos dando o direito, estaremos construindo a verdadeira cidadania que milhões de brasileiros não tiveram até então. Muitas vezes... É o caso da educação, em que ainda temos quase vinte milhões de pessoas não alfabetizadas, de pessoas que não tiveram acesso ao ensino de terceiro grau. Uma pequena parcela, 7% ou 8%, da nossa população tem acesso ao ensino de terceiro grau, enquanto que na Argentina, que é vizinha nossa, 33% da população tem nível de terceiro grau. Tudo isso é fruto de políticas públicas decentes. E o Tiririca, com certeza, deu a demonstração de que ele é um simples cidadão do povo, mas é um homem, para mim, de talento. E eu imagino que, com a sua experiência de vida, uma dádiva que Deus deu a ele, e com o talento que tem, ele será um bom representante para o povo brasileiro, porque, sobretudo, é a cara do povo brasileiro que estará aqui no Congresso Nacional. Cumprimento o senhor, na certeza absoluta de que todas as opiniões que tem externado aqui são de importância e, acima de tudo, são coerentes com a maioria do povo brasileiro. Parabéns, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Eu incorporo ao meu pronunciamento. Agradeço muito o carinho, Senador Jayme Campos. V. Ex<sup>a</sup> que é um experiente Parlamentar...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – ...respeitado em seu Estado e também nesta Casa. Sua avaliação é absolutamente importante. Agradeço ter sido signatário comigo dessa PEC, de igual modo o Senador Paim e o Senador Raupp, que assinaram a PEC comigo, entendendo que não podemos viver mais um momento como esse, em um país que avança, um mundo vivendo a tecnologia, e ainda discriminarmos irmãos nossos.

V. Ex<sup>a</sup> dizia sobre o menor. Eu também sou autor da proposta da redução da maioridade penal, e queira Deus façamos isso no Brasil, para podermos minimizar a violência neste País, porque quem tem 16 anos ou 18 anos de idade não é menino, é adulto, mata, sequestra e estupra sabendo o que está fazendo.

do. Podemos e devemos tomar providências em favor da sociedade brasileira.

Agradeço-lhe muito. Encerro, Sr. Presidente, agradecendo-lhe a tolerância e dizendo à minha filha mais velha, que ali está, que este pronunciamento, Senador Paim, dedico à memória da minha mãe, dos meus tios, da minha avó, gente inculta, mas gente de muita sabedoria, de muita honra, de muito trabalho, como milhões de brasileiros que têm seu direito negado ainda hoje.

Queira Deus, antes do final do ano, nesta Casa, possamos dar nossa grande contribuição, penso que das mais importantes! A Presidente Dilma, na sua juventude, enfrentou as mais duras mazelas, imposições morais e afronta corporal, por buscar liberdade para todos. Que tenhamos o privilégio de assistir à sanção desse projeto! Vamos acabar, definitivamente, com essa discriminação por meio da sanção da Presidenta Dilma na Presidência da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.*

*Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Marco Maciel deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Magno Malta, pelo seu pronunciamento, que, como foi dito aqui, foi corajoso, como sempre, e coerente com sua história.

V. Ex<sup>a</sup> não disse o nome de sua filha. Quero saber qual é o nome dela.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – É Magda.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Magda, pode ter certeza de que esse é um dos melhores Senadores da República. Tenho muito orgulho de dizer que sou amigo dele. Você tem mais orgulho, porque pode dizer que é filha dele. Meus cumprimentos a você e a todos os familiares.

Parabéns, Magno Malta!

A proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 27, de 2010, de autoria de V. Ex<sup>a</sup>, já foi recebida pela Mesa, que a encaminhou para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se essa Proposta for bem trabalhada, a CCJ poderá aprová-la ainda neste ano, para que venha à deliberação do Plenário.

Meus cumprimentos!

Senador Valdir Raupp, V. Ex<sup>a</sup> dispõe da palavra e tem o tempo que entender necessário para fazer seu pronunciamento.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, eu queria

cumprimentar o nobre Presidente. V. Ex<sup>a</sup> fica muito bem nesta cadeira, Senador Paulo Paim, reeleito que foi pelo povo gaúcho, pelos seus relevantes serviços prestados ao povo do Rio Grande do Sul, onde moram minha mãe, vários irmãos meus e tios. Minha família está quase toda no Rio Grande do Sul. Uma pequena parte está em Rondônia e apenas dois irmãos em Santa Catarina. Somos 14 irmãos, Senador Magno Malta. Graças a Deus, todos vivos ainda. Meu pai criou toda a sua família trabalhando na roça.

Quero dizer que aprovo, apoiei essa PEC, mas tem que ter um prazo. Não podemos admitir que daqui a dez, quinze ou vinte anos ainda tenhamos analfabetos no Brasil. Meu pai criou 14 filhos na roça, em Santa Catarina, e todos foram alfabetizados, naquela época. Já tenho irmão com 70 anos, minha mãe está com 90 anos. Então, há 50 ou 60 anos, meus irmãos já frequentavam as escolinhas rurais e aprenderam a ler e a escrever. Não podemos admitir que, neste momento, em pleno século XXI, a gente possa estender esse prazo para analfabetos ainda poderem ser candidatos. Acho que, neste momento, sim, porque os governos, seja o Governo Federal, sejam os governos estaduais ou os governos municipais não deram condições para que toda criança tivesse a oportunidade de estudar.

Mas essa PEC tem que ter um prazo de validade, que seja de 10 ou 15 anos, até essa geração passada, que não teve acesso à escola, já que hoje só não vai à escola quem não quer ou aqueles filhos cujos pais não os obrigam a ir à escola para aprender a ler e a escrever. Então, concordo com a PEC, mas com prazo de validade.

Eu também queria aqui fazer uma consideração à fala do Senador Magno Malta, que tem sido um Senador de atuação destacada, destemido, corajoso, enfrentando os temas mais polêmicos desta Nação, como o caso da pedofilia, levando gente graúda para as barras dos tribunais. Agora, com mais esse ato de coragem, coloca essa PEC para que os analfabetos também possam ser votados, que tenham o direito de serem candidatos; mas com prazo de vencimento.

O Presidente Lula, que termina o seu segundo mandato, deixou um legado grandioso a este País. Um País com economia forte, crescendo, se desenvolvendo, as pessoas com direito de poderem frequentar uma escola, uma universidade, com mais institutos federais de educação. O nível do nosso povo, com certeza, mudou muito nos últimos oito anos. Não quero dizer que no Governo Fernando Henrique não houve avanço. Houve avanços significativos, com vários programas importantes, que foram continuados, aperfeiçoados e melhorados pelo Presidente Lula.

A energia elétrica, que já chega à grande maioria da população rural desassistida até pouco tempo, chega também ao meu Estado de Rondônia. Mas, neste momento, já há dois dias, acontece um grande movimento no escritório da empresa de energia elétrica em Rondônia, na cidade de Buritis – cidade que eu criei quando Governador há treze ou quatorze anos –, que enfrenta um problema sério de energia elétrica na área rural. Quase toda cidade já tem energia, mas a área rural ainda padece da falta de energia elétrica. Essa comunidade se revoltou e invadiu a Câmara de Vereadores, o prédio do escritório da empresa Ceron – Centrais Elétricas de Rondônia, por energia no campo.

Uma empresa pegou a obra. Não foi falta de o Governo contratar... Foi licitado, contratado. A empresa não executou a obra. Está sendo mudado para a segunda empresa. Lamentavelmente, isso tem acontecido muito no Brasil. O sonho do Presidente Lula era universalizar a energia elétrica em todas as casas de todas as famílias brasileiras. Não foi possível, muitas vezes, por falta de capacidade das empresas que pegaram as obras. E eu intercedi. Já estão tirando a empresa que foi vencedora; estão passando para a segunda empresa que quer fazer a obra. Essa obra deve acontecer. Espero que, em um ou dois anos, no máximo, todas as famílias de Rondônia tenham acesso à eletricidade, assim como no Estado de Pernambuco, que, conforme o Presidente anunciou, ontem, foi universalizado o fornecimento de energia. Todas as famílias de Pernambuco, hoje, seja na área urbana ou na área rural, têm energia elétrica. Creio que em outros Estados também. Talvez o Rio Grande do Sul, do Senador Paulo Paim, que é um Estado antigo, já tenha, assim como Santa Catarina e Paraná, a universalização da energia elétrica, mas nos Estados do Nordeste e do Norte...

Eu sei que na cidade de Granja, no Ceará, um distrito, até há pouco tempo, não havia energia em alguns setores da área rural. Foi colocado agora há pouco. Eu sei porque o meu primeiro suplente é de Granja, do Ceará, e foi para a inauguração de uma rede de energia na área rural do Município de Granja, no Ceará. Então, Estados de mais de 200 anos ainda não tinham energia elétrica em todas as casas. E o Presidente Lula se esforçou para isso. Só não deu conta porque, repito, as empresas não deram conta de executar as obras contratadas.

Então, quero aqui destacar os avanços do Governo Lula em todo o Brasil, principalmente no meu Estado, que gerou, só em duas obras, 29 mil empregos. Há outras obras de saneamento, de rodovias, de pontes. Ainda não tem a ferrovia, mas espero que a

ferrovia chegue logo, que está no PAC, até a cidade de Vilhena, na entrada do meu Estado, divisa com o Mato Grosso, que deve se estender até Porto Velho, até o porto graneleiro de Porto Velho, uma obra que vai ser também grandiosa. Mas, nesse momento, as maiores obras do Brasil praticamente são as duas usinas, Jirau e Santo Antônio, que vão gerar energia elétrica para o Brasil, mas já hoje geram renda e emprego para a população do meu Estado.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar sobre desoneração de folha de pagamento.

Não é mais novidade para ninguém que os encargos trabalhistas configuram-se em um peso extraordinário acrescentado aos produtos brasileiros. E que, onerados por um peso desnecessário e arcaico, nossos produtos perdem competitividade no mercado externo.

É preciso partir efetivamente para a diminuição desses encargos, que atingem desproporcionalmente as empresas de menor porte, sem dúvida, as que mais empregos geram. É sabido que as micro e pequenas empresas geram mais empregos proporcionalmente do que as grandes.

O noticiário do dia 15 de novembro foi pródigo em informar que a Presidente eleita vai se empenhar para desonerar a folha de pagamento como forma de reduzir o custo das empresas.

O Ministro do Planejamento já se adiantou e garantiu que Dilma Rousseff vai retomar as reformas microeconômicas, pois elas apresentam efeitos benéficos na elevação da produtividade.

A desoneração da folha de pagamento é ponto destacado na agenda da Presidente e já se encontra em estudo no Ministério da Fazenda. Isso não significa que o Governo vá abrir mão do esforço fiscal, pois é sabido que a diminuição de tributos acaba gerando mais arrecadação por estimular a economia.

A base dessa microrreforma pode ser a proposta inicial do Presidente Lula, que aponta para uma diminuição de 8,5 pontos percentuais sobre a contribuição baseada na folha de pagamento. A ideia inicial é reduzir a contribuição previdenciária de 20 para 14% e extinguir o salário-educação – 2,5% da folha de pagamento.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma ação imediata direcionada para a folha de pagamento não exclui uma reforma tributária mais abrangente, essa que vem sendo um dos pontos principais dos debates parlamentares já há bastante tempo, pois nosso sistema tributário é complexo, exigindo uma estrutura de fiscalização pesada, com grande corpo burocrático. Além disso, gera distorções, incidindo injustamente

sobre os mais pobres, devido à quantidade de tributos indiretos.

A reforma tributária, Sr. Presidente, a meu ver, será a única forma de diminuir a carga tributária deste País, diminuir a quantidade de impostos, diminuir a carga tributária e dar mais eficiência à arrecadação e talvez arrecadar mais. Arrecadar mais cobrando menos, com a eficiência que vai ser implantada com a reforma tributária.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, de 14 de novembro, já estampava declarações do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo em que ele admitia o “arrefecimento” da agenda micro ao longo do Governo Lula, pela necessidade de focar as ações de governo, principalmente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Porém, temos fé em que o início do próximo Governo seja o momento propício para cuidar dessas medidas que afetam a microeconomia, isso apesar das críticas que já se fazem sentir, partindo das centrais sindicais, que expressam sua preocupação de que a queda da contribuição previdenciária não seja compensada com outros recursos. É preciso mostrar-lhes que a queda dos encargos pode transformar-se em estímulo para a criação de novos empregos. Isto está provado: quando se diminui a arrecadação, quando se diminui a carga tributária das empresas, a tendência é aumentar a geração de empregos e não diminuir.

As centrais insistem numa antiga reivindicação: a de que o governo cobre a contribuição proporcionalmente ao faturamento das empresas.

Como é possível antever, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, qualquer proposta de desoneração merecerá um debate acurado e responsável no Parlamento. O Congresso tem o papel de aperfeiçoar as propostas provenientes do Executivo e deve exercê-lo de maneira responsável, refletindo os anseios da população.

Quero louvar a boa expectativa que a Presidente eleita gera com a proposta da desoneração da folha de pagamento, expressando minha certeza de que essa medida produzirá efeitos muito benéficos em nossa economia.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu faço votos de que a nossa querida Presidente eleita, Dilma Rousseff, e o nosso querido Vice-Presidente, Michel Temer, Presidente nacional do nosso Partido, o PMDB, e também Presidente da Câmara dos Deputados, até a diplomação ou a posse como Presidente eleita, possam continuar esse ciclo de progresso, de prosperidade que o Brasil vem vivendo.

Aí, Senador Magno Malta, nós vamos ter a certeza de que, em breve, muito breve, a PEC que V. Ex<sup>a</sup> está apresentando para que os analfabetos deste País

possam exercer cargos eletivos ou executivos no nosso País não precise mais existir, porque nós vamos ter um País alfabetizado, um País culto, um País desenvolvido, um País que possa dar o direito de todos os cidadãos brasileiros frequentarem uma escola, frequentarem um instituto federal de educação, uma escola técnica federal ou até mesmo uma universidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Valdir Raupp, permita-me só, bem rapidamente, uma consideração...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só vou fazer uma consideração e passo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Quanto a essa questão de retirar contribuição sobre a folha, eu quero dizer que sou totalmente favorável, e com o cuidado que teve V. Ex<sup>a</sup>... Eu, inclusive, o coloquei no debate da campanha ao Senado. Agora, não dá para simplesmente retirar a contribuição do empregador sobre a folha e não apontar uma fonte de recursos, como V. Ex<sup>a</sup> fala, responsável, porque, toda vez que se fala de reajuste do salário mínimo do aposentado, o discurso que a gente ouve na sociedade é que a Previdência está falida, o que não é verdade. V. Ex<sup>a</sup> sabe a minha posição.

Então, eu concordo com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, e nós já até o aprovamos aqui no Senado. Eu fui Relator de uma comissão mista de onze Deputados e onze Senadores, há mais ou menos cinco anos: que nós reduzamos progressivamente, ou de forma decrescente, para que um dia a contribuição para a Previdência sobre a folha seja zero. Seria correspondente a 20% a menos sobre a folha. Nós iríamos fazer a experiência – diminuindo de um lado, aumenta do outro – sobre o faturamento ou sobre o lucro, mas com percentuais que fiquem no mesmo parâmetro de hoje, na linha que V. Ex<sup>a</sup> demonstra. Se V. Ex<sup>a</sup> diminui os tributos, vai gerando mais empregos; mais empregos, mais contribuição. Então, vai-se fazendo essa equação. Dando certo, vai-se diminuindo por um lado e aumentando somente o necessário no faturamento, para que a Previdência não tenha problema de caixa.

Eu notei o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> teve todo o cuidado. Quer dizer que eu assino embaixo no seu pronunciamento. O caminho para mim é esse mesmo, porque, cada vez mais, vai diminuir o número de trabalhadores celetistas. A tendência, com os anos, é de que a tecnologia faça com que muita gente passe a trabalhar inclusive nas suas próprias casas. Por isso,

nós temos de apontar para o faturamento a médio e longo prazo.

Eu fiquei feliz também quando vi que a Ministra Dilma está disposta a enfrentar o debate de reduzir os encargos sobre a folha, de forma muito equilibrada, transferindo para o faturamento. Sempre dou esse exemplo.

Permita-me... Aí eu termino, porque o Senador Malta está esperando. Um banco gera, por exemplo, 50 empregos e tem um lucro de R\$5 bilhões. Uma empresa gera 5 mil empregos, não tem os mesmos R\$5 bilhões e paga sobre a folha. Então, o banco paga muito menos do que aquele que efetivamente gera emprego.

Por isso, meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>. Vai ser um bom debate. Eu tenho certeza de que vamos construir juntos uma alternativa que fortaleça as empresas que mais geram postos de trabalho e, ao mesmo tempo, fortaleça a Previdência.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Com a ajuda de V. Ex<sup>a</sup>, com o conhecimento que V. Ex<sup>a</sup> tem nesta área, tenho certeza de que nós haveremos de encontrar um ponto de equilíbrio para resolver esse problema.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero fazer um registro que oficie ao Presidente da Casa com relação ao caso do atentado que tentaram programar e ainda estão ensaiando, num comportamento racista, nojento, discriminador contra V. Ex<sup>a</sup> e contra tantos outros que são minorias neste País.

Falei com o Sr. Presidente José Sarney. A princípio, falei com a Sr<sup>a</sup> Cláudia Lyra, que disse que não podia. Eu não sei o que Senador pode, se a gente tem que pedir a bênção para a Secretária da Mesa. Eu fui ao Presidente. Nós precisamos colocar amanhã um telão aqui, para poder mostrar as ações que não foram tomadas preventivamente quando denunciadas, para que esse tipo de coisa não acontecesse. E mostraremos amanhã.

Quero reafirmar que, enquanto Senador da República eleito pelo meu Estado, eu tenho um dever com o eleitor do Brasil e do meu Estado. Não vou obedecer a Secretária de Mesa. Tratei com o Presidente da Casa, o Presidente Sarney.

Agora, você imagine a que ponto chegamos: para se colocar um telão aqui, ou você beija a mão da Secretária da Mesa, ou ela diz que não o atende. Que brincadeira é essa? Que brincadeira é essa? Que

piada é essa? Não estou entendendo. Não estou entendendo. A ordem está dada pelo Sr. Presidente. Sou Senador da República, V. Ex<sup>a</sup> é.

Amanhã as pessoas que estarão aqui na sessão são pessoas discriminadas de todas as ordens e vítimas por essa discriminação nociva e criminosa. V. Ex<sup>a</sup>, que é um combatente, é um negro, vítima. E essa quadrilha, apanhada no Rio Grande do Sul, de nazistas, denunciados desde 2007, sem que nenhuma providência fosse tomada...

Tratei com o Presidente da Casa e disse-lhe que a Polícia do Senado, juntamente com a Polícia Federal, precisa tomar providências rapidamente com relação à integridade física de V. Ex<sup>a</sup> e de sua família. Oficiei ao Presidente da Casa e recebi aqui – está em minhas mãos – um comunicado da Mesa que diz que não pode. O que pode? Eu tenho de perguntar à Secretária da Mesa se, como Senador, eu posso, num pronunciamento meu, mostrar essa barbaridade numa sessão solene?

Como Senador desta Casa, gostaria de reafirmar o meu desejo de que amanhã, na sessão, o telão esteja aqui, para que a sociedade brasileira tome conhecimento de que a Google ainda é devedora e não tem cumprido o termo de ajuste de conduta que assinou conosco – essa denúncia é de 2007, a descoberta. Houve protocolo feito ao Ministério Público Federal de São Paulo, mas nenhum procedimento foi instaurado. Precisamos saber de tudo.

Agora, se, para resolver uma questão como essa, um Senador da República tiver de fazer um ofício à Secretária da Mesa para que ela defira, aí nós não precisamos mais disputar eleição.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, as suas considerações e, conseqüentemente, sua reclamação serão encaminhadas ao Presidente da Casa. Naturalmente, vamos dialogar para que o telão esteja instalado aqui amanhã.

A sessão que faremos amanhã não dirá respeito somente à questão do negro, do índio, de orientação religiosa, sexual, de etnia ou de origem. Está confirmada a presença da OAB, da CNBB, da comunidade evangélica, de índios, de ciganos. Então, é uma sessão para demonstrar ao Brasil que o nosso povo, a nossa gente, não aceita nenhum tipo de discriminação.

Tenho certeza de que vamos construir esse entendimento.

A propósito, o Delegado César Jardim, do Rio Grande do Sul, estudioso desse tema e que descobriu essa célula nazista – algo que se registra também em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Argentina – tam-

bém vai precisar do telão. Ele pediu o telão para que possa fazer a sua explanação sobre o tema.

Como ele dizia lá, esses grupos atiram em todos, procuram atingir todos que não pensam como eles.

V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão, e esperamos que amanhã façamos uma sessão com a maior tranquilidade, demonstrando ao nosso País que o povo brasileiro não aceita nenhum tipo de discriminação.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

Está encerrada a sessão.

Que Deus ilumine a todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Sr<sup>a</sup> Senadora Patrícia Saboya e o Sr. Senador Pedro Simon enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA** (PDT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, poderia escolher muitos ângulos para falar da vida dinâmica e produtiva da grande cearense Rachel de Queiroz.

Poderia mencionar sua intensa atividade intelectual, iniciada como jornalista, que foi até morrer, mas rapidamente voltada também para a literatura.

Poderia falar de sua veia política, iniciada com sua participação no Partido Comunista, que deixaria mais tarde, revoltada com o autoritarismo de sua direção. Nunca, porém, deixou de acompanhar de perto a vida pública do seu país.

Poderia me referir às glórias por ela obtidas, em especial por ter sido a primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras. Seria difícil enumerar tantas provas de reconhecimento público, inclusive internacionais.

Poderia citar sua modéstia e discrição. Convidada para os mais altos postos da República, inclusive um Ministério, recusou sempre. Recusava-se a se expor, até por ser desquitada, o que era raro na vida pública daquela época, e conduziria a um escrutínio de sua vida privada, o que não desejava.

Prefiro, porém, lembrar sua profunda sensibilidade social, presente em sua obra literária e em toda a vivência política que se estendeu até os últimos dias. Em todos os seus livros está marcada a dor e o sofrimento do povo brasileiro, particularmente os nordestinos, sempre eivada, porém, de esperança.

Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza, capital do nosso Ceará, no dia 17 de novembro de 1910, filha de Daniel de Queiroz e de Clotilde Franklin de Queiroz, descendendo, pelo lado materno, da estirpe dos Alencar (sua bisavó materna era prima de José de Alencar, autor de “*O Guarani*”), e, pelo lado pater-

no, dos Queiroz, família de Quixadá, onde residiam e onde seu pai era Juiz de Direito nessa época.

Em 1913, voltam a Fortaleza, face à nomeação de seu pai para o cargo de promotor. Após um ano no cargo, ele pede demissão e vai lecionar Geografia no Liceu. Dedicar-se pessoalmente à educação de Rachel, ensinando-a a ler, cavalgar e a nadar. Fugindo dos horrores da seca de 1915, em julho de 1917 transfere-se com sua família para o Rio de Janeiro, fato que seria mais tarde aproveitado pela escritora como tema de seu livro de estréia, **“O Quinze”**.

Com o pseudônimo de **“Rita de Queluz”** ela envia ao jornal **“O Ceará”**, em 1927, uma carta ironizando o concurso **“Rainha dos Estudantes”**, promovido por aquela publicação. O diretor do jornal, Júlio Ibiapina, amigo de seu pai, diante do sucesso da carta a convida para colaborar com o veículo. Era o início de uma longa e brilhante carreira de jornalista. Sua colaboração em **“O Ceará”** torna-se regular. Publica o folhetim **“História de um nome”** – sobre as várias encarnações de uma tal Rachel – e organiza a página de literatura do jornal.

Submetida a rígido tratamento de saúde, em 1930, face a uma congestão pulmonar e suspeita de tuberculose, a autora se vê obrigada a fazer repouso e resolve escrever **“um livro sobre a seca”**. **“O Quinze”** – romance de fundo social, profundamente realista na sua dramática exposição da luta secular de um povo contra a miséria e a seca – é mostrado aos pais, que decidem **“emprestar”** o dinheiro para sua edição, que é publicada em agosto com uma tiragem de mil exemplares. O livro logo transformaria Rachel numa personalidade literária. Com o dinheiro da venda dos exemplares, a escritora **“paga”** o empréstimo dos pais.

Em março de 1931, recebe no Rio de Janeiro o prêmio de romance da Fundação Graça Aranha, mantida pelo escritor, em companhia de Murilo Mendes (poesia) e Cícero Dias (pintura). Conhece integrantes do Partido Comunista; de volta a Fortaleza ajuda a fundar o PC cearense. Começava sua militância política.

Casa-se com o poeta bissexto José Auto da Cruz Oliveira, em 1932. É fichada como **“agitadora comunista”** pela polícia política de Pernambuco. Seu segundo romance, **“João Miguel”**, estava pronto para ser levado ao editor quando a autora é informada de que deveria submetê-lo a um comitê antes de publicá-lo. Semanas depois, em uma reunião no cais do porto do Rio de Janeiro, é informada de que seu livro não fora aprovado pelo PC, porque nele um operário mata outro. Fingindo concordar, Rachel pega os originais de volta e, depois de dizer que não via no partido autoridade para censurar sua obra, foge de lá e rompe com o Partido Comunista.

Publica o livro pela editora Schmidt, do Rio, e muda-se para São Paulo, onde se aproxima do grupo trotskista. Nasce, em Fortaleza, no ano de 1933, sua filha Clotilde. Muda-se para Maceió, em 1935, onde faz amizade com Jorge de Lima, Graciliano Ramos e José Lins do Rego. Aproxima-se, também, do jornalista Arnon de Mello (pai do futuro presidente da República, Fernando Collor, que a agraciou com a Ordem Nacional do Mérito). Sua filha morre aos 18 meses, vítima de septicemia.

O lançamento do romance **“Caminho de Pedras”**, pela José Olympio – Rio, se dá em 1937, que seria sua editora até 1992. Com a decretação do Estado Novo, seus livros são queimados em Salvador – BA, juntamente com os de Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, sob a acusação de subversivos. Permanece detida, por três meses, na sala de cinema do quartel do Corpo de Bombeiros de Fortaleza. Em 1939, separa-se de seu marido e muda-se para o Rio, onde publica seu quarto romance, **“As Três Marias”**.

Por intermédio de seu primo, o médico e escritor Pedro Nava, em 1940 conhece o também médico Oyma de Macedo, com quem passa a viver. O casamento duraria até à morte do marido, em 1982. A notícia de que uma picareta de quebrar gelo, por ordem de Stalin, havia esmigalhado o crânio de Trótski faz com que ela se afaste da esquerda.

Deixa de colaborar, em 1944, com os jornais **“Correio da Manhã”**, **“O Jornal”** e **“Diário da Tarde”**, passando a ser cronista exclusiva da revista **“O Cruzeiro”**, onde permanece até 1975. No ano de 1950, escreve em quarenta edições da revista **“O Cruzeiro”** o folhetim **“O Galo de Ouro”**, editado a seguir como livro.

Sua primeira peça para o teatro, **“Lampião”**, é montada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e no Teatro Leopoldo Fróes, em São Paulo, no ano de 1953. É agraciada, pela montagem paulista, com o Prêmio Saci, conferido pelo jornal **“O Estado de S. Paulo”**. Em 1958, publica a peça **“A beata Maria do Egito”**, montada no Teatro Serrador, no Rio, tendo no papel-título a atriz Glauce Rocha.

O presidente da República, Jânio Quadros, a convida para ocupar o cargo de ministra da Educação, que é recusado. Na época, justificando sua decisão, teria dito: **“Sou apenas jornalista e gostaria de continuar sendo apenas jornalista.”**

O livro **“As Três Marias”**, com ilustrações de Aldemir Martins, em tradução inglesa, é lançado pela University of Texas Press, em 1964.

O golpe militar de 1964 teve em Rachel uma colaboradora, que **“conspirou”** a favor da deposição do presidente João Goulart.

O presidente general Humberto de Alencar Castelo Branco, seu conterrâneo e aparentado, no ano de 1966 a nomeia para ser delegada do Brasil na 21ª Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, junto à Comissão dos Direitos do Homem. Passa a integrar o Conselho Federal de Cultura, em 1967, e lá ficaria até 1985. Depois de visitar a escritora na Fazenda Não me Deixes, em Quixadá, o presidente Castelo Branco morre em desastre aéreo.

Estréia na literatura infanto-juvenil, em 1969, com “**O Menino Mágico**”, em 1969. No ano de 1975, publica o romance “**Dôra, Doralina**”.

Em 1977, por 23 votos a 15, e um em branco, Rachel de Queiroz vence o jurista Pontes de Miranda e torna-se a primeira mulher a ser eleita para a Academia Brasileira de Letras. A eleição acontece no dia 04 de agosto e a posse, em 04 de novembro. Ocupa a cadeira número 5, fundada por Raimundo Correia, tendo como patrono Bernardo Guimarães e ocupada sucessivamente pelo médico Oswaldo Cruz, o poeta Aluísio de Castro e o jurista, crítico e jornalista Cândido Mota Filho.

Lança em 1992 o romance “**Memorial de Maria Moura**”. Em 1993, recebe dos governos do Brasil e de Portugal, o Prêmio Camões e da União Brasileira de Escritores, o Juca Pato. A Siciliano inicia o relançamento de sua obra completa. 1994 marca a estréia, na Rede Globo de Televisão, da minissérie “**Memorial de Maria Moura**”, adaptada da obra da escritora. Inicia seu livro de memórias, em 1995, escrito em colaboração com a irmã Maria Luiza, que é publicado posteriormente com o título “**Tantos anos**”. Pelo conjunto de sua obra, em 1996, recebe o Prêmio Moinho Santista.

Em 2000, é publicado “**Não me Deixes – Suas histórias e sua cozinha**”, em colaboração com sua irmã, Maria Luiza. Em novembro deste ano, quando a escritora completou 90 anos de idade, foi inaugurada, na Academia Brasileira de Letras, a exposição “Viva Rachel”. São 17 painéis e um ensaio fotográfico de Eduardo Simões resumindo o que os organizadores da mostra chamam de “geografia interior de Rachel, suas lembranças e a paisagem que inspirou a sua obra”.

Rachel de Queiroz chegou aos 90 anos afirmando que não gosta de escrever e o fazia para se sustentar. Ela lembra que começou a escrever para jornais aos 19 anos e nunca mais parou, embora considere pequeno o número de livros que publicou. “*Para mim, foram só cinco, (além de **O Quinze, As Três Marias, Dôra, Doralina, O Galo de Ouro e Memorial de Maria Moura**), pois os outros eram compilações de crônicas que fiz para a imprensa, sem muito prazer de escrever, mas porque precisava sustentar-me*”, recorda ela. Faleceu, dormindo em sua rede, no dia 04 de novembro 2003,

do Rio de Janeiro. Deixou, aguardando publicação, o livro “**Visões: Maurício Albano e Rachel de Queiroz**”, uma fusão de imagens do Ceará fotografadas por Maurício com textos de Rachel de Queiroz.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, está sendo realizada, no Senado Federal, entre os dias 16 e 19 deste mês, a “3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz”, com o lema “A importância dos primeiros laços entre os bebês e os seus cuidadores”.

Louvido seja quem teve a ideia da escolha da palavra-chave que orienta as discussões deste ano: “vínculo”. Uma relação que começa antes de nascer e que não se corta junto com o cordão umbilical.

Eu tenho certeza de que o mundo seria diferente, muito melhor, se essa também fosse, de fato, a palavra-chave na construção da nossa sociedade. Ela seria mais justa e mais humana, se as relações sociais se mantivessem, pelo menos, com o vínculo da solidariedade. Se o tecido social não sofresse esse esgarçamento que toma conta, hoje, das nossas casas e das nossas ruas. Das nossas vidas, enfim.

Eu não consigo imaginar esse tipo de vínculo, sem calor humano. É falsa a ideia de que a globalização, impulsionada pela tecnologia, uniu as pessoas. Que as Juntou. Que as tornou mais próximas.

Essa “união”, essa “junção”, essa “proximidade” são virtuais. Ouso dizer “falsas”. Perigosas, em muitos casos, principalmente para as nossas crianças. Nós estamos a um toque de outro ser humano que está no outro lado do planeta. As redes sociais nos fazem conversar, em tempo real, com pessoas de todos os cantos do mundo. Mesmo que elas estejam em plataformas espaciais.

Mas, nós estamos cada vez mais sozinhos, entre quatro paredes. Falando com internautas e astronautas, mas, nós sim, perdidos no espaço. Muitas vezes, no tempo.

Os nossos vínculos mais importantes, aqueles que foram a argamassa da construção das velhas gerações, eram moldados, primeiramente, na família. Ela era o espelho que refletia valores e que construía referências.

A escola e a igreja eram, também, uma grande família. Também espelhavam esses mesmos valores e construía essas mesmas referências. Nós éramos, enfim, seres mais coletivos, ligados pelos melhores vínculos.

A vida moderna, que é o tempo onde vive, e viverá por mais tempo que nós, as novas gerações,

cortou esses vínculos. Quebrou esse espelho. Hoje, pais e mães, ou a família, até mesmo por necessidade de sobrevivência, deixam de ser real, e dão lugar, também, ao virtual.

As nossas crianças passam, agora, mais tempo vendo televisão, do que na escola. Pior: do que com a família. Elas não são “criadas”, como nós dizíamos antes. Na verdade, elas são “moldadas”. E, como se sabe, nem sempre pelos melhores valores.

Quando nos libertamos das nossas quatro paredes, a praça não é mais o local onde realizamos o coletivo.

Elas foram substituídas pelos corredores dos shoppings, iluminados por vitrines que exercem, na verdade, a mesma função das telas do computador e da TV: o culto frenético e fanático ao consumismo, a religião cuja bíblia é a mesma globalização.

As nossas crianças, hoje, mais se parecem protótipos de adultos. A televisão lhes ensina a conjugar o verbo ter em todos os tempos. Eu tenho, eu tive, e se ainda não tive nem tenho, terei. Ou, como a televisão é imperativa, que eu tenha!

Antes, a pergunta clássica era: “o que é que você vai ser quando crescer?”. Hoje, soa como “o que é que você vai ter?”. Ou, pior: “o que é que você tem que ter, para parecer ser?”.

Há uma contradição, entretanto: as nossas crianças, quando crianças, querem crescer o mais rápido possível. A partir de um determinado momento, há uma tendência, cada vez mais visível, a não quererem crescer. Existiriam, hoje, razões objetivas encantadoras para se tornarem adultas? Oportunidades de emprego? Perspectivas de uma vida digna? Ou elas, como muitos de nós, se tornarão adultos estressados e, principalmente, desencantados?

“Criamos filhos para o mundo”, como dizemos hoje. Só que um mundo, cada vez mais, virtual. Sem calor humano. Concorrente. A disputa quebra vínculos. Uma concorrência ou uma disputa que começa cada vez mais cedo. Por um lugar numa sala de parto. Pelo berçário. Pela creche. E que passa, depois, pelo lugar na escola, no hospital, na fila do remédio, no emprego, no estacionamento, no vestibular e no concurso. Um lugar ao sol, enfim.

Quando criamos filhos para o mundo, na verdade estamos nos submetendo a um dos ditames mais drásticos da globalização, que é a destruição de raízes. Raízes de família. Raízes de pátria. Raízes de “ser”.

Não concebemos mais filhos para que eles vivam o contexto da nossa história familiar.

Temos que adaptá-los a outras histórias, estranhas, nem sempre conhecidas e recomendadas. As relações humanas com os nossos filhos tornam-se,

cada vez mais, profissionais, não mais construídas, mas contratadas, a um custo, a um preço, a um salário. O vínculo é contratado.

Infelizmente, pelo estresse do dia-a-dia, o ser humano está perdendo a sensibilidade com suas crianças, tenham elas menos de seis anos, ou mais de noventa.

Difícil imaginar um mundo sem televisão e sem suas mensagens pelo consumismo, mas, se é inevitável a TV ser, cada vez mais, uma espécie de “babá eletrônica”, ou “cuidadora”, bem que o canal “Animal Planet”, ou “Planeta Animal”, poderia ser um canal aberto, acessível a todos. Cultural e educativo. É que o mundo seria muito melhor se aprendêssemos a criar vínculos como fazem com seus filhos os animais que dizemos irracionais.

E, isso para não dizer que nós, humanos e racionais, somos mais dependentes que a grande maioria deles, desde que despontamos para o mundo. O ser humano não sobrevive de seus próprios instintos, como muitos dos outros animais. Ele depende, mais que todos eles, de vínculos. E os está destruindo, cada vez mais. Isso pode estar significando uma ferida de morte para a própria raça humana.

Este nosso encontro anual é, portanto, um nadar contra a corrente. Um despertar da sensibilidade. Um moldar, quase que artesanal, de vínculos.

Eu sou um eterno otimista com a raça humana. Estou certo de que ela é, na sua essência, sublime. Não fosse assim, deixaria de acreditar na obra do Criador.

Lembro-me de uma passagem da vida de Michelangelo, o criador de maravilhas como David e Pietá, e da magia das pinturas da Capela Cistina. Quando lhe perguntavam de onde vinha tamanha criatividade, ele respondia, mais ou menos, assim: “a arte já vem pronta dentro do mármore; basta ao artista tirar-lhe os excessos e expô-la à luz”.

É assim com o ser humano, quando se “dá a luz”. Ele já vem pronto, como a mais bela de todas as artes. Só que, no caso, os excessos vêm depois. Cabe-nos, portanto, tirar esses excessos. E devolver a luz!

Isso não implica que devemos esquecer essa nossa mais bela obra, antes da luz. Ao contrário. Não há vínculo mais belo e mais sublime que a mulher e o bendito fruto no seu ventre.

Mas, esse vínculo, entre mãe e filho antes do parto, continua sendo, principalmente nos países e nas camadas mais pobres da população, de altíssimo risco.

O número de mortes de mães, por complicações da gravidez e do parto é assustador. São algo como dez milhões de mulheres, no mundo, todos os anos.

Isso sem contar que, para cada mulher gestante que morre, outras vinte ficam com sequelas.

Portanto, o caminho mais que necessário para a criação e a manutenção de vínculos é longo e árduo. Louvo as experiências bem sucedidas, como a que ouviremos hoje. É nobre saber que existem artífices na moldura da cidadania. Mas, que vão mais longe nesse mesmo caminho: moldam relações humanas. Vínculos, muitas vezes perdidos nos desvãos da sobrevivência. Um trabalho instigante e movido pela persistência, porque se sabe, nada substitui o vínculo que nasce antes da luz, no ato primeiro da concepção. Em um amor que ainda não se conseguiu criar similares. Mas que se busca, mesmo sabendo ser algo que beira a divindade. É o homem procurando justificar a sua imagem à semelhança do Criador.

Eu acho que essa deve ser a orientação das discussões das manhãs desta nossa 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz: fazer com que sejam os mesmos os moldes da cidadania e da humanidade. Mas, tão ou mais importante que as discussões, que acontecem todas as manhãs, são os cursos e “oficinas” das tardes. Aliás, os dicionários mostram uma definição, bastante apropriada para o, para a palavra “oficina”: “lugar onde se verificam grandes transformações”.

Que se constitua, então, o evento, em um lugar de multiplicação dos nossos vínculos. Mas, sobretudo, de divisão.

Diz o ditado que o homem, para ser completo na sua travessia terrena, tem que, pelo menos, escrever um livro, plantar uma árvore e ter um filho. Livros e árvores, o homem escreve e cultiva sozinho. Filhos, é preciso “vínculo”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 2 minutos.)*

### **AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY**

**18-11-2010  
quinta-feira**

**13h – Almoço oferecido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da República da Zâmbia Rupiah Banda**

Sala Brasília do Palácio Itamaraty

**15h15 – Recebe o Presidente da República da Zâmbia Rupiah**

Salão Nobre do Senado Federal

**16h – Ordem do Dia**  
Plenário

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

## Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

## Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Regis Fichtner\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

## Maranhão

**Maioria-PMDB** - Edison Lobão\*  
**Maioria-PMDB** - Mauro Fecury\* (S)  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

## Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

## Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

## São Paulo

**Minoria-DEM** - Alfredo Cotait\* (S)  
**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

## Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Hélio Costa\*  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

## Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

## Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

## Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

## Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

## Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

## Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

## Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**PSC** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

## Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

## Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

## Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

## Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

## Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PR** - Alfredo Nascimento\*\*

## Paraná

**Minoria-PSDB** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

## Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**PV** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

## Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

## Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

## Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**PDT** - Acir Gurgacz\*\*

## Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

## Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

## Roraima

**S/PARTIDO** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

# COMPOSIÇÃO

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2009

**Prazo prorrogado:** 23/09/2009

**Prazo prorrogado:** 02/05/2010

**Prazo prorrogado:** 11/11/2010

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(1,4)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>	1. José Nery (PSOL-PA) <sup>(2,5,6)</sup>
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(8)</sup>
VAGO <sup>(8)</sup>	
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(10)</sup>	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
6. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
9. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
10. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
  - \*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
  - \*\* . Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
  - \*\*\*. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
  - \*\*\*\*. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.
  - \*\*\*\*\*. Prorrogado até 22.12.2010 através do Requerimento nº 872, de 2010, lido em 10.11.2010.

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1,4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(1,9)</sup>	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) <sup>(5,6)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>	2. VAGO <sup>(8)</sup>
Gilvam Borges (PMDB-AP) <sup>(7)</sup>	
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(1)</sup>	1. João Vicente Claudino (PI) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (DF) <sup>(2)</sup>	

### Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

### **3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

**Número de membros:** 13 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 24/06/2009

### **4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 01/09/2009

## **5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 18/11/2009

## **COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

### **1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008**

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>  
**RELATOR:** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

**Leitura:** 05/03/2008  
**Instalação:** 06/11/2008  
**Prazo prorrogado:** 30/06/2009  
**Prazo prorrogado:** 31/08/2009  
**Prazo prorrogado:** 22/12/2009  
**Prazo prorrogado:** 17/07/2010  
**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

---

### **MEMBROS**

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

**Notas:**

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\* Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

\*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiofficio@senado.gov.br

## 2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**Leitura:** 02/07/2008  
**Designação:** 26/08/2008  
**Instalação:** 27/08/2008  
**Prazo:** 22/12/2009  
**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(3,4)</sup>	1. Senador João Vicente Claudino

### Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
  2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
  3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
  4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- \*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Irani Ribeiro dos Santos

**Telefone(s):** 33034854

**Fax:** 33031176

### 3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

**Finalidade:** Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**Leitura:** 10/03/2009  
**Designação:** 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(2)</sup>
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) <sup>(1,3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>PDT</b>	
	1.

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 330311176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

#### 4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

**Finalidade:** Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) <sup>(4,6)</sup>

**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(2)</sup>
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) <sup>(3,7)</sup>	1.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor	1.

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
  2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
  3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
  4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
  5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
  6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
  7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- \*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

**Finalidade:** Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

---

### MEMBROS

---

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )

---

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

---

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

---

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

---

#### Maioria ( PMDB, PP )

---

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1,2)</sup>

---

#### PTB

---

Senador Gim Argello

---

**Notas:**

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros: 7**

---

### MEMBROS

---

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )

---

---

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

---

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

---

Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) (3)

Senadora Fátima Cleide (PT)

---

#### Maioria ( PMDB, PP )

---

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)

Senador Valdir Raupp (PMDB) (2)

---

#### PTB

---

VAGO (4)

---

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

## 7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

**Finalidade:** Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

**Número de membros:** 7

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Coordenação:**

---

### MEMBROS

---

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )

---

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

---

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

#### Maioria ( PMDB, PP )

---

Senador Mão Santa (PSC) <sup>(2,3,4)</sup>

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(1,5)</sup>

---

#### PTB

---

Senador João Vicente Claudino

---

#### Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
  2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
  3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
  4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
  5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
- \*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

## **8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES**

**Finalidade:** Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

**Número de membros: 3**

---

### **MEMBROS**

---

Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>

---

---

**Notas:**

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

## **9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**Finalidade:** Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

**Número de membros: 5** titulares e 3 suplentes

---

## **ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5**

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Instalação:** 03/03/2009

---

### **MEMBROS**

---

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

---

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 3303.4638

**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

## CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que reforma o Código de Processo Penal.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**RELATOR-GERAL:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS:** Senador Tião Viana (PT-AC)

**RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL:** VAGO <sup>(8)</sup>

**RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR-PARCIAL - PROVAS:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**Instalação:** 20/05/2009

### MEMBROS

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

Senador Aloizio Mercadante (PT) <sup>(3,5)</sup>

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

#### Maioria ( PMDB, PP )

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

#### PTB

VAGO <sup>(7)</sup>

#### PDT

Senadora Patrícia Saboya <sup>(1,2,4,6)</sup>

#### Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,  
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

**PRAZOS**<sup>1</sup>

**RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)**  
**RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)**<sup>2</sup>  
**PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)**<sup>2</sup>  
**PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009**<sup>3</sup>  
**REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)**

<sup>1</sup> Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

<sup>2</sup> Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

<sup>3</sup> Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiofficio@senado.gov.br

## CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

**RELATOR-GERAL:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO:** Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

**RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL:** VAGO <sup>(4)</sup>

**RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS:** Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

**RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

**Designação:** 09/07/2010

**Instalação:** 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Regis Fichtner (PMDB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Suplicy (PT) <sup>(1)</sup>	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) <sup>(1,3)</sup>
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Senador Gim Argello
<b>PDT</b>	
Senador Acir Gurgacz	1.

### Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
5. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- \*. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,  
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)  
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)<sup>1</sup>  
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)<sup>1</sup>  
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

**Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO**

**Telefone(s): 33033511**

**E-mail: sscepi@senado.gov.br**

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(110)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(34)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(33)</sup>
Delcídio Amaral (PT) <sup>(28)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(30)</sup>
Aloizio Mercadante (PT) <sup>(38)</sup>	3. Paulo Paim (PT) <sup>(11,41,94,105)</sup>
Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(37,93,104)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT) <sup>(36,107,114,121,122)</sup>
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(35)</sup>	5. VAGO <sup>(29,72)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(40)</sup>	6. VAGO <sup>(4,39,81,82,83,84,87,95)</sup>
César Borges (PR) <sup>(31)</sup>	7. João Ribeiro (PR) <sup>(32)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) <sup>(66,68)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(55,61)</sup>
Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(56,59,111)</sup>	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(64,67,88,92,100,101)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(54,70)</sup>	3. Hélio Costa (PMDB) <sup>(3,60,97,98)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(63)</sup>	4. VAGO <sup>(2,60,80,85,86,91)</sup>
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(8,15,53,69,117,119)</sup>	5. Edison Lobão (PMDB) <sup>(9,65,71,96,99)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(57,62)</sup>	6. Regis Fichtner (PMDB) <sup>(1,60,109,116)</sup>
Renan Calheiros (PMDB) <sup>(58,78)</sup>	7. Almeida Lima (PMDB) <sup>(58,77)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM) <sup>(44)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(43,102,103,118,120)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM) <sup>(17,43)</sup>	2. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(18,50)</sup>
Efraim Morais (DEM) <sup>(49)</sup>	3. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(46)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(52,106,108,113,123,126)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(43)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(14,16,47)</sup>	5. Kátia Abreu (DEM) <sup>(48)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(13,51,76,79,89,90)</sup>	6. José Agripino (DEM) <sup>(5,45,112,115,124,125)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(24)</sup>	7. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(23)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(27)</sup>	8. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(19,25,74)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(24,73)</sup>	9. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(26)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(24)</sup>	10. Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(22,75)</sup>
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
João Vicente Claudino <sup>(42)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(12,42)</sup>
Gim Argello <sup>(42)</sup>	2. Fernando Collor <sup>(42)</sup>

## PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

### Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (OF. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG)
105. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
106. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
109. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
110. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
114. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 110/2010)
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
121. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
122. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 070/10-GLDBAG).
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 069/10-GLDEM).
126. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO <sup>(6)</sup>	2. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(10,12,14)</sup>	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO <sup>(11,13)</sup>
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7,15)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>PMDB PDT PSDB</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

### Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (5)</b>	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32,107,113,120,121)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,94,102)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,109,116)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80,101,118,119)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,110)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,93,103)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46,108,112,114,123,125)	4. José Agripino (DEM) (4,40,111,115,124,126)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66,100,105,106,122)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
<b>PTB (8)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
<b>PDT</b>	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

### Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).
119. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 069/10-GLDBAG).
122. Em 22.10.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 072/10-GLPSDB).
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).
126. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 069/09-GLDEM).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(17)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(10,11)</sup>
VAGO <sup>(2,16)</sup>	2. Marisa Serrano (PSDB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PSDB) <sup>(6,12,15)</sup>	1. Paulo Paim (PT) <sup>(5)</sup>
<b>PMDB</b>	
Regis Fichtner <sup>(8,18,19)</sup>	1. VAGO <sup>(7,13,14)</sup>
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(4)</sup>	1. Gim Argello (PTB) <sup>(9)</sup>

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. n° 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB n° 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).
16. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
19. Em 16.11.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 131/10-PRES/CAS).

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) (13,23)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (13,18)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (8)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) (7,17,19)	2. VAGO (2,12,16)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (1)</b>	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (5,23)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,6)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) (9,14,15)	1. Regis Fichtner (3,21,24)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (11)	1. João Durval (PDT) (10)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
11. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
20. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
21. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
22. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
23. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
24. Em 16.11.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 131/10-PRES/CAS).

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(1)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(5,6)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) <sup>(2,3)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

### Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(103)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Serys Shessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,31)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,30,116)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (35)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,32,73)
Ideli Salvatti (PT) (38,110,113,120,121)	5. César Borges (PR) (37,40)
Tião Viana (PT) (34,40,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,36,77,84)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (58,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,68)
Almeida Lima (PMDB) (62,67)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (57,67,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (60,67)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,66,76,101,105)
Valter Pereira (PMDB) (2,67)	5. Valdir Raupp (PMDB) (41,59,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,63,102,104)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,67,115,119)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (45)
Demóstenes Torres (DEM) (43)	2. Adelmir Santana (DEM) (46)
Jayme Campos (DEM) (50,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (52,111,117,118,123,125)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49,112,114,124,126)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (51)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,44)
Alvaro Dias (PSDB) (24,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,70,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (25,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27,72,90,92)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
VAGO (48,122)	1. Gim Argello (42,108,109)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
43. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
46. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
51. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of.13/10-GLDBAG).
101. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
102. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
104. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello(OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 20.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 066/2010-GLDBAG).
122. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM), em vaga cedida temporariamente ao PSDB.
126. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 069/2010).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

**RELATOR:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
<b>PTB</b>	
VAGO (4)	1. Gim Argello
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

**Notas:**

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

\*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomcej@senado.gov.br

### **3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA**

**Finalidade:** Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

**Número de membros:** 6 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)  
**RELATOR:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**Designação:** 10/02/2010

---

#### **TITULARES**

---

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

---

##### **Maioria ( PMDB, PP )**

Pedro Simon (PMDB)

---

##### **Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

---

**Notas:**

\*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (92,106)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (74,79)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
Roberto Cavalcanti (PRB) (31,81,89,93,94)	1. VAGO (1,36,108)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (31,126)	2. Gim Argello (PTB) (37,95,100)
Fátima Cleide (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,34)
Paulo Paim (PT) (31,47,66)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (30,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) (38,76,78,80,95,116,120,132,133)	6. João Ribeiro (PR) (30,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,107)	7. Marina Silva (PV) (30,80)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) (56)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,57,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (54,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
VAGO (64,109,127,130)	4. Neuto De Conto (PMDB) (58,125,131)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (62)
VAGO (5,9,61,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,63,119)
VAGO (53,65)	7. VAGO (59,110)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) (4,50,115,118,121,135,138)	1. Gilberto Goellner (DEM) (48,113,114,128,129)
Marco Maciel (DEM) (40)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,41)	3. Jayme Campos (DEM) (46,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (42)	4. Efraim Morais (DEM) (52)
José Agripino (DEM) (13,49,117,122,123,124,136,137)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,44)
Adelmir Santana (DEM) (45)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (26)	7. Cícero Lucena (PSDB) (29,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (22,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (28,68,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (24)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi (7,51)	1. João Vicente Claudino (51)
VAGO (51,134)	2. Mozarildo Cavalcanti (51)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

**Notas:**

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
109. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
110. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
115. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
119. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
120. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
121. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 54/10-GLPSDB).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
124. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
125. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
126. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
127. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão (OF.GLPMDDB nº 124/2010).
128. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
129. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
130. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
131. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
132. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
133. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 067/10-GLDBAG).
134. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
135. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
136. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
137. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida, temporariamente, ao PMDB (Of. nº 070/2010-GLDEM).
138. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
VAGO (7,16,23,25)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,17)	2. Flávio Arns (PSDB) (16,17,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	3. VAGO (7)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gerson Camata (PMDB) (3,20)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (15)	3. VAGO (14)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,13)
Marco Maciel (DEM) (10)	2. VAGO (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (9,18)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,11)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (7,12)	1. VAGO (12)

### Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
25. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão de Educação, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6,7)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
  2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
  3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
  4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
  5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
  6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
  7. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- \*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Renato Casagrande (PSB) (22)	1. Fátima Cleide (PT) (21)
Marina Silva (PV) (7,22,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (24,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (20)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (26)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gilvam Borges (PMDB) (38,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Hélio Costa (PMDB) (38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,39)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (32,61,62,64,65)	1. Adelmir Santana (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,34,63)
Heráclito Fortes (DEM) (30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,28)
Eliseu Resende (DEM) (35)	4. Jayme Campos (DEM) (9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (6,33)	1. Sérgio Zambiasi (33)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
65. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Finalidade:** Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(9)</sup>	1. VAGO <sup>(3,4,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,7)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Jefferson Praia (PDT-AM) <sup>(5,12,15)</sup>

**Instalação:** 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Marina Silva (PV) <sup>(1,2)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) <sup>(10,16)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(3,7,8,9)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO <sup>(13,14,17,18)</sup>	2. Adelmir Santana (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

### Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
  2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
  3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
  4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
  5. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
  6. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
  7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
  8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
  9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
  10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
  11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
  12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
  13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
  14. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
  15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
  16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
  17. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
  18. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- \*\*. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

### 5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** VAGO <sup>(2,11,13)</sup>

**Instalação:** 29/09/2009

**Atualização:** 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) <sup>(4)</sup>
César Borges (PR) <sup>(3)</sup>	2. VAGO <sup>(3,9)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1,5,6,7)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(10,12)</sup>	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
13. Vago em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM, de 11.05.10).
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- \*\* . Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

#### **5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**Leitura:** 10/05/2010

**Instalação:** 13/05/2010

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

**Notas:**

1. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).
2. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- \*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.
- \*\* . Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,74)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,78)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) (2,25,77,81,82,84)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62,79,83)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
<b>PTB (7)</b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

### Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
74. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
77. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
78. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
82. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
83. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
84. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 069/10-GLDEM).

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER  
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**PRESIDENTE: VAGO  
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**

**Telefone(s): 3311-4251/2005**

**Fax: 3311-4646**

**E-mail: scomcdh@senado.gov.br**

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E  
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE  
E DO IDOSO**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(9)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(40)</sup>	1. Aloizio Mercadante (PT) <sup>(39,69,85,88,89)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(46,73)</sup>	2. Marina Silva (PV) <sup>(38,83,84)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(44,68)</sup>	3. Renato Casagrande (PSB) <sup>(45,75)</sup>
Paulo Paim (PT) <sup>(47,95,99)</sup>	4. Magno Malta (PR) <sup>(43)</sup>
Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(42,55,67,86,87)</sup>	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) <sup>(22,41,50,72,106)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. Almeida Lima (PMDB) <sup>(5,65)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(61)</sup>	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(6,76,77)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(64)</sup>	3. Hélio Costa (PMDB) <sup>(2,94,96)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,70,74)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(19,24,63)</sup>
Regis Fichtner (PMDB) <sup>(4,100,103)</sup>	5. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(10,21,62,92,93,97,98)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Morais (DEM) <sup>(48)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(11,54)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(58)</sup>	2. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,51)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(18,29,57)</sup>	3. VAGO <sup>(23,27,56,101,102,104,105,109)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(8,52)</sup>	4. Alfredo Cotait (DEM) <sup>(53,78,79,80,107,108)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(33,66)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(37)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(33)</sup>	6. Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(17,34,71)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(35)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(36)</sup>
<b>PTB <sup>(12)</sup></b>	
Fernando Collor <sup>(13,14,15,16,25,26,28,30,49)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(49)</sup>
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya <sup>(32,60,81,82,90,91)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(20,31,59)</sup>

### Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB n° 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. GSALFN n° 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. n° 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos n°s 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. n° 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
103. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 105/2010).
104. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de suplente ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (Of. N° 051/10-GLDEM).
105. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. n° 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
106. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
107. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
108. Em 03.11.2010, o Senador Alfredo Cotait é designado membro suplente do Democratas na Comissão (Of. n° 66/2010-GLDEM).
109. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (11)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo  
**Telefone(s):** 3303-3496  
**Fax:** 3303-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) <sup>(5)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO <sup>(2,7)</sup>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PMDB PP</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1,3)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) <sup>(6)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

### Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18,90,92,98,99)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94,97)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87,88,95,96)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
<b>PTB (4)</b>	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

### Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofizio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
96. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
97. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
98. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
99. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 065/10-GLDBAG).

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa  
**Telefone(s):** 3303-4607  
**Fax:** 3303-3286  
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (57,58,67,72)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
César Borges (PR) (25)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Shlessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB) (38,46,55,56,68,71)	1. VAGO (48,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (41)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) (33,65,66,73,74)	1. Gilberto Goellner (DEM) (35,63,64,69,70)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (20)	5. Cícero Lucena (PSDB) (17)
Marconi Perillo (PSDB) (22)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,21,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (18,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (19)
<b>PTB (5)</b>	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

### Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
18. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
70. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
71. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
72. Em 06.10.2010, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 79/2010-CDR).
73. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
74. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 069/09-GLDEM).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(77,79)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT) <sup>(19)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(19,71)</sup>
VAGO <sup>(18,63,67,70,75)</sup>	2. Fátima Cleide (PT) <sup>(4,6,20)</sup>
Augusto Botelho (S/PARTIDO) <sup>(17,25,49,87)</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(23,60,61,62,65)</sup>
César Borges (PR) <sup>(22,54)</sup>	4. Serys Slhessarenko (PT) <sup>(21,52)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(2,11,44,47,59,68,69,74)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(40,45)</sup>
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(34,43,86,90)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(36,38)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(39,46)</sup>	3. Renan Calheiros (PMDB) <sup>(35,41)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(37,50)</sup>	4. Regis Fichtner (PMDB) <sup>(42,48,82,85)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(29,77,78,88,89)</sup>	1. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(3,32)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(30,80,84,93,94)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(26)</sup>
Kátia Abreu (DEM) <sup>(31)</sup>	3. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,28)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(8,10,27,57,58,72,73)</sup>	4. José Agripino (DEM) <sup>(24,81)</sup>
VAGO <sup>(16,53,55,64,66,83,92)</sup>	5. Mário Couto (PSDB) <sup>(15,56)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(12,56)</sup>	6. João Tenório (PSDB) <sup>(13)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(13)</sup>	7. Marconi Perillo (PSDB) <sup>(14)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
VAGO <sup>(9,33,91)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(33,51)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
26. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (OF. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos n°s 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
82. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. n° 56/10-GLPSDB).
84. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. n° 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
85. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDDB n° 111/2010).
86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
89. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular DEM na Comissão (Of. n° 061/10-GLDEM).
90. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1° 10.2010 (OF. INT. GSNC n° 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
91. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
92. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
93. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
94. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. n° 068/10-GLDEM).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(5,7,9)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(13,14)</sup>	2. VAGO <sup>(6,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(10,11)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3,12)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. n° 221/2009-GSEJUN).
6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. n° 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. n° 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento n° 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. N° 037/10-GLDEM).
12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos n°s 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
14. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1° 10.2010 (OF. INT. GSNC n° 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## 10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

**Finalidade:** Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Designação:** 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1. Gerson Camata (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
<b>PTB</b>	
	1. VAGO (2)

**Notas:**

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

\*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) (64,78)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (4)</b>	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,70)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,46)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (19,45)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Hélio Costa (PMDB) (34,63,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (40,65,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (38,42)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,73,75,76)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28,69,71,79,80)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,24,74,77,81,82)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,44)
<b>PTB (5)</b>	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

**Notas:**

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
64. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
65. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
70. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
74. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
75. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
80. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
81. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
82. Em 16/11/2010, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 069/10-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PSDB) <sup>(4,5)</sup>	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**

**Telefone(s): 3311-1120**

**Fax: 3311-2025**

**E-mail: scomcct@senado.gov.br**

**COMPOSIÇÃO**  
**CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
VAGO (1,2)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 26/10/2010

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2,17)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(4)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>			
VAGO <sup>(3)</sup>		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
VAGO <sup>(14)</sup>		2. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(16,19)</sup>	
VAGO <sup>(1)</sup>		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(18)</sup>		4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>			
VAGO <sup>(15)</sup>		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) <sup>(13)</sup>	
VAGO		4. VAGO <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>			
VAGO <sup>(10)</sup>		1. VAGO <sup>(11)</sup>	
VAGO <sup>(12)</sup>		2. VAGO <sup>(6)</sup>	
VAGO <sup>(7)</sup>		3. VAGO <sup>(8)</sup>	
VAGO <sup>(9)</sup>		4. VAGO <sup>(9)</sup>	
VAGO <sup>(9)</sup>		5.	
<b>PTB</b>			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
<b>PDT</b>			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>			
VAGO (/) <sup>(20)</sup>			

**Atualização:** 03/11/2010

### Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
15. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.
19. A Senadora Ideli Salvatti reassumiu o mandato em 06.10.2010, conforme Of. 047/2010-GSISAL, lido na sessão de 06.10.2010 e publicado na mesma data.
20. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo**  
**Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260**  
**E-mail:scop@senado.gov.br**

### 3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

#### 4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

**Número de membros:** 12 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(3)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO <sup>(4,5)</sup>
<b>DEM</b>
Marco Maciel (PE)
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Fátima Cleide (RO)
<b>PTB</b>
VAGO <sup>(2,12,13)</sup>
<b>PDT</b>
Patrícia Saboya (CE) <sup>(6,8,9)</sup>
<b>PR</b>
Magno Malta (ES) <sup>(1,7,10)</sup>
<b>PSB</b>
Renato Casagrande (ES)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PP</b>
Francisco Dornelles (RJ) <sup>(11)</sup>
<b>PSOL</b>
José Nery (PA)

**Atualização:** 29/04/2010

**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
  3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
  4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
  5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
  6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
  7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
  8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
  9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
  10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
  11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
  12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
  13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- \*. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

**Número de membros:** 14 titulares

**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**1ª Designação:** 23/03/2010

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>DEM</b>
Adelmir Santana (DF)
<b>PSDB</b>
João Tenório (AL) <sup>(2)</sup>
<b>PT</b>
Tião Viana (AC) <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>
Gim Argello (DF) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>
Patrícia Saboya (CE) <sup>(4)</sup>
<b>PR</b>
César Borges (BA)
<b>PSB</b>
Antonio Carlos Valadares (SE)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PP</b>
Francisco Dornelles (RJ)
<b>PSOL</b>
José Nery (PA)
<b>PSC</b>
Mão Santa (PI)
<b>PV</b>
Marina Silva (AC) <sup>(1)</sup>

**Atualização:** 27/04/2010

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
  2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
  3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
  4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
  5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- \*. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephem Mindlin para ser homenageado in memoriam.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PSC-PI) <sup>1</sup>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Marquzezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) <sup>4</sup>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) <sup>2</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) <sup>3</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

<sup>1</sup> Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

<sup>2</sup> O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

<sup>3</sup> O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

<sup>4</sup> O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)<sup>12</sup>

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) <sup>17</sup>
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ALFREDO COTAIT (DEM/SP) <sup>18, 19</sup>	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> 16 (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) <sup>13</sup>
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)
<b>DEPUTADOS</b>	
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) <sup>14</sup>	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) <sup>15</sup>

(Atualizada em 18.11.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/II/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

<sup>13</sup> O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

<sup>14</sup> Indicado, conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

<sup>15</sup> Indicado, conforme Of. nº 067/10/LIDPV, datado de 17/03/2010, do Deputado Edson Duarte, Líder do PV, em substituição ao Deputado Dr. Nechar, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, de 02.03.10, lidos na Sessão do SF de 22.03.2010.

<sup>16</sup> O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

<sup>17</sup> O Senador Neuto de Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional, do Estado de Santa Catarina, a partir de 05.08.2010.

<sup>18</sup> Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

<sup>19</sup> Indicado como titular em substituição ao Senador Romeu Tuma, devido ao seu falecimento, conforme Of. nº 073/10-GLDEM, do Senador Antonio Carlos Júnior, Vice-Líder no exercício da Liderança do Democratas, datado de 18.11.2010, lido na Sessão do SF de 18.11.2010.

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

**VICE-PRESIDENTE:** Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

# COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

## COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Senador Eduardo Azeredo <sup>1</sup>

**Vice-Presidente:** Emanuel Fernandes

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> GUSTAVO FRUET <sup>2</sup> PSDB-PR	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

<sup>1</sup> O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

<sup>2</sup> O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 198 páginas

OS: 2010/15318